

RELATÓRIO ANUAL 2017

volume 26





RELATÓRIO ANUAL 2017

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2017.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Prudencial
Departamento de Sistemas de Pagamento

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>

Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 400 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual nº 26 - Maputo

BM/DCO-DEE-DSP-DPG-2017

Demonstrações Financeiras; Situação Macroeconómica;

Sistema Financeiro e Sistema Nacional de Pagamento

Reg Nº 05/GABINFO/DE97

CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Governador **Rogério Lucas Zandamela** [ao centro]

À ESQUERDA

Vice - Governador **Victor Pedro Gomes**
Administrador **Alberto Sidónio Bila**
Administradora **Gertrudes Adolfo Macueve Tovela**

À DIREITA

Administrador **Waldemar Fernando de Sousa**
Administrador **Paulo Felisberto Maculuve**
Administrador **Felisberto Dinis Navalha**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	6
Demonstração da Posição Financeira - Separada e Consolidada	10
Demonstração do Rendimento Integral - Separada e Consolidada	11
Demonstração de Outro Rendimento Integral – Separada e Consolidada	12
Demonstração de Alterações no Capital Próprio – Separada	13
Demonstração de Alterações no Capital Próprio - Consolidada	14
Demonstração de Fluxos de Caixa – Separada e Consolidada	15
Notas às Demonstrações Financeiras	16

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1.	EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	63
1.1.	ECONOMIA MUNDIAL EM 2017	63
1.2.	PREÇOS DAS MERCADORIAS	65
2.	CONJUNTURA INTERNA	67
2.1.	SECTOR REAL	67
2.1.1.	Preços	67
2.1.2.	Produto Interno Bruto	70
2.2.	FINANÇAS PÚBLICAS	71
2.2.1.	Execução Orçamental em 2017	71
2.2.2.	Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	73
2.3.	SECTOR MONETÁRIO	74
2.3.1.	Taxas de Juro	77
2.3.2.	Agregados Monetários e Creditícios	79
2.3.3.	Base Monetária (BaM)	80
2.3.4.	Massa Monetária	80
2.3.5.	Crédito à Economia	81
2.4.	SECTOR EXTERNO	84
2.4.1.	Taxas de Câmbio	84
2.4.2.	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	86
2.4.3.	Balança de Pagamentos	86
2.4.4.	Reservas Internacionais Líquidas	88

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Inflação Anual de Moçambique	67
Gráfico 2:	Estrutura do PIB por ramos de actividade	71
Gráfico 3:	Fontes de Financiamento do Défice Fiscal	73
Gráfico 4:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	78
Gráfico 5:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	79
Gráfico 6:	Crédito Por Sectores Institucionais	82
Gráfico 7:	Crédito por Sector de Actividade (Estrutura)	83
Gráfico 8:	Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)	83

Gráfico 9:	Evolução das Taxas de Câmbio Nominais nos Bancos Comerciais	84
Gráfico 10:	Volume de Compras e Vendas do BM no MCI	85
Gráfico 11:	Volume de Transacções entre os Bancos e o Público	85
Gráfico 12:	Evolução do ITCER (Mensal)	86
Gráfico 13:	Reservas Internacionais Líquidas	89

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Evolução do PIB e do IPC em Economias Seleccionada	63
Quadro 2:	Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC	65
Quadro 3:	Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas	64
Quadro 4:	Desagregação da Inflação de Moçambique	68
Quadro 5:	Inflação por Classes e Cidades	69
Quadro 6:	Dinâmica da Produção Sectorial	70
Quadro 7:	Orçamento do Estado e Execução	72
Quadro 8:	Operações do MMI e Taxas de Juros	77
Quadro 9:	Taxa de Juro a Retalho	78
Quadro 10:	Agregados Monetários e Impacto Cambial	79
Quadro 11:	Evolução dos Depósitos Totais	80
Quadro 12:	Principais Factores de Variação da Massa Monetária (M3)	81
Quadro 13:	Evolução do Crédito à Economia	82
Quadro 14:	Balança de Pagamentos	87

CAIXA

Caixa 1:	Medidas de Política Monetária e Cambial Tomadas pelo BM em 2016/2017	74
----------	--	----

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução da Taxa de Câmbio	75
Gráfico 2:	Evolução das Taxas de Juro no MMIGráfico	75

3. SISTEMA FINANCEIRO

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	93
2.	SECTOR BANCÁRIO EM MOÇAMBIQUE	94
2.1.	Evolução do número de instituições sob supervisão do BM	94
2.2.	Contencioso	95
3.	DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO	96
3.1.	Concentração no Sistema Bancário	96
3.2.	Estrutura Patrimonial	97
3.2.1.	Evolução e Estrutura do Activo	97
3.2.2.	Passivo	100
3.3.	Solvabilidade	103
3.4.	Rendibilidade	105
4.	MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	112
4.1.	Desempenho do Mercado	112
4.2.	Harmonização Regulatória Regional	113
5.	SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL	113

5.1.	Supervisão “Off-site”	113
5.1.1.	Tratamento de Reclamações – Recurso	113
5.1.2.	Resumo dos Tipos de Reclamações	114
5.1.3.	Intuições mais Reclamadas	115
5.1.4.	Relatórios de Reclamações Recebidos das Instituições de Crédito - 1ª Instância	115
5.2.	Supervisão “On-Site”	116
5.2.1.	Relatórios Inspeção às Instituições de Crédito	116
5.2.2.	Matrizes de Recomendações	117
5.3.	Atendimento dos Pedidos de Informação	117
5.3.1.	Resumo dos Pedidos de Informação	118
5.3.2.	Pedidos de Informação por Província	118
5.4.	Educação Financeira	119
5.4.1.	Implementação do Programa de Educação Financeira	119
5.4.2.	Divulgação do Programa de Educação Financeira na TVM e na RM	119
5.4.3.	Celebração do Global Money Week	120
5.4.4.	Palestras Voltadas ao Público-Alvo	120
5.4.5.	Celebração do Dia Mundial da Poupança	120
5.4.6.	Produção de Material Gráfico	121
5.4.7.	Acção de Capacitação do BM ao MINEDH	121
5.4.8.	Participação na 8ª Edição do Festival do Wimbe	122
5.4.9.	Projecto “Poupe – Cada Metical Conta”	122

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)	94
Quadro 2:	Evolução de agências de bancos em funcionamento	95
Quadro 3:	Quotas de Mercado	97
Quadro 4:	Transacções no mercado de cotações oficiais	134
Quadro 5:	Pincipais assuntos reclamados em sede de recurso	134
Quadro 6:	Reclamações recebidas em 2017	134
Quadro 7:	Agências inspeccionadas por província	134
Quadro 8:	Pedidos de informação	134

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de herfindhal-hirschman no sistema bancário	134
Gráfico 2:	Evolução do activo	134
Gráfico 3:	Estrutura do activo	134
Gráfico 4:	Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional	134
Gráfico 5:	Estrutura do passivo exigível	134
Gráfico 6:	Evolução dos depósitos a ordem e a prazo	134
Gráfico 7:	Estrutura dos depósitos	134
Gráfico 8:	Estrutura dos depósitos de residentes	134
Gráfico 9:	Rácio de solvabilidade	134
Gráfico 10:	Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	134
Gráfico 11:	Rácio de alavancagem (leverage ratio)	134
Gráfico 12:	Varição homóloga dos resultados e da margem financeira	134
Gráfico 13:	Estrutura dos juros e proveitos equiparados	134
Gráfico 14:	Composição da conta de resultados	134
Gráfico 15:	Rendibilidade	134

Gráfico 16:	Rendibilidade do activo (mínimo, máximo, interquartile)	134
Gráfico 17:	Rendibilidade dos capitais próprios (mínimo, máximo, interquartile)	134
Gráfico 18:	Estrutura dos custos operacionais	134
Gráfico 19:	Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)	134

4. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTO

1.	Enquadramento	127
2.	Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária	128
3.	Banca Electrónica	130
3.1.	Transacções Electrónicas de Retalho	130
3.2.	Serviços Financeiros Móveis	131
3.3.	Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica	132
4.	Indicadores de Inclusão Financeira	133
4.1.	Acesso Geográfico	133
4.2.	Acesso Demográfico	142
4.3.	Uso	134
5.	Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado	134
6.	Metical em Tempo Real	145

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Documentos Compensados na CEL (Valores em 10 ⁶ de MT, Volume em 10 ³)	128
Quadro 2:	Rácios de concentração na CEL (%)	128
Quadro 3:	Estrutura das devoluções na CEL por motivos	129
Quadro 4:	Agentes por regiões e por províncias	129
Quadro 5:	Transacções dos serviços de moeda electrónica.	130
Quadro 6:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	131
Quadro 7:	Conta Única do Tesouro (valores em MN 10 ⁶ em ME 10 ³ , quantidade em 10 ³)	132
Quadro 8:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	132

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Caixas de Pagamento Automático (ATM)	130
Gráfico 2:	Terminais de Pagamento Automático	130
Gráfico 3:	Contas Bancárias	131
Gráfico 4:	Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME	133
Gráfico 5:	Acesso geográfico das ATM e POS	133
Gráfico 6:	Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME	134
Gráfico 7:	Acesso demográfico das ATM e POS	134
Gráfico 8:	Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta	135
Gráfico 9:	Volume das Operações do MTR	136
Gráfico 10:	Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)	136



PREFÁCIO

Em 2017, a economia moçambicana, avaliada pelo desempenho dos principais indicadores económico-financeiros, recuperou consideravelmente do estado de crise em que se encontrava no ano anterior.

Com efeito, o metical fortificou-se face às principais moedas internacionais, a inflação abrandou de forma assinalável para um dígito, as reservas internacionais do País aumentaram para USD 3.299 milhões, em termos brutos (valor suficiente para cobrir 7,3 meses de importações de bens e serviços, excluindo grandes projectos), e lográmos uma maior estabilização e reforço da solvabilidade e da liquidez do sector bancário moçambicano.

Por seu turno, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,7%, nível ainda moderado para o potencial da economia, reflectindo a fraca procura interna, num contexto de contenção fiscal.

O desempenho positivo dos indicadores económico-financeiros reflectiu as medidas restritivas tomadas no ano anterior, visando fazer frente à então conjuntura económico-financeira adversa, bem como a melhoria das condições climáticas e o fim das hostilidades militares.

Em Abril de 2017, após a avaliação das perspectivas que apontavam para a continuação da desaceleração da inflação no horizonte de médio prazo, iniciámos o refreamento da restritividade da política monetária, postura que se prolongou até ao fim do ano.

A complementar, tomámos outras medidas visando modernizar o quadro de política monetária, reforçar a transparência no mercado financeiro e flexibilizar as operações cambiais.

Em termos concretos, introduzimos a taxa de juro do mercado monetário interbancário de Moçambique (taxa MIMO), firmámos um acordo com o sistema bancário sobre o indexante único da taxa de juros, introduzimos a taxa de câmbio de referência do mercado cambial, introduzimos o princípio de unicidade da taxa de câmbio, assim como, liberalizámos totalmente as transações correntes e parcialmente as transacções de capital.

Ao nível prudencial, e tendo em vista reforçar a estabilidade, robustez e confiança no sistema financeiro, aprovámos o aumento dos capitais mínimos para os bancos comerciais, alterámos

os mecanismos de apuramento dos fundos próprios regulamentares e dos rácios e limites prudenciais para as instituições de crédito.

Ao nível microeconómico, as contas do Banco de Moçambique fecharam com um resultado líquido positivo de 5.587,90 milhões de Meticais no exercício de 2017, gerado, essencialmente, por operações financeiras, mormente os ganhos com as operações realizadas nos mercados cambial e monetário, assim como com os juros de aplicações das reservas externas no mercado internacional.

As reformas em curso do lado monetário e do lado fiscal, num ambiente de estabilidade sócio-política a nível nacional e de crescimento das economias internacionais, permitem-nos antever, para 2018, a continuação da retoma da economia moçambicana.

Aos nossos colaboradores, às instituições financeiras nacionais e internacionais, às instituições académicas, aos órgãos de comunicação social e ao público em geral, endereçamos o reconhecimento do Banco de Moçambique por toda a colaboração prestada em 2017.

Rogério Lucas Zandamela

O GOVERNADOR



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram preparadas em conformidade com as políticas contabilísticas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2017 indicadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Junho de 2018 e vão assinadas em seu nome por:



Paulo Felisberto Maculube

*Administrador do Pelouro
de Planeamento e Serviços Financeiros*





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para a Administração do Banco de Moçambique

Opinião Adversa

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique (“o Grupo e Banco”) constantes das páginas 6 a 56, que compreendem a Demonstração Consolidada e Separada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017, e a Demonstração Consolidada e Separada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada e Separada de Outro Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada e Separada de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada e Separada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um sumário das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, devido a significância da questão discutida na secção da Base de Opinião Adversa do nosso relatório, estas demonstrações financeiras consolidadas e separadas não apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada e separada do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e fluxos de caixa consolidados e separados do exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de Opinião Adversa

Conforme explicado na Nota 5.1 i. das demonstrações financeiras, o Banco não consolidou as demonstrações financeiras da Kuhanha - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA e sua subsidiária adquirida durante o ano de 2017. Esse investimento foi contabilizado pelo custo histórico. De acordo com a Norma Internacional de Relato Financeiro - NIRF 10, *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, a subsidiária deveria ter sido consolidada considerando que é controlada pelo Banco. Se a Kuhanha-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões tivesse sido consolidada, muitos elementos nas demonstrações financeiras em anexo teriam sido materialmente afectadas e, portanto, a derrogação dos requisitos da

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA



NIRF 1- é considerada pervasiva. Os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas desta derrogação não foram determinados.

Além disso, a nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas e separadas indica que o Grupo e Banco capitalizaram as diferenças cambiais não realizadas resultantes da conversão de activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e ouro para estar em conformidade com o Artigo 14 da lei número 1/92 de 3 de Janeiro - Lei Orgânica do Banco de Moçambique. De acordo com a NIC 21 *Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio*, todas as diferenças cambiais resultantes da conversão de activos e passivos monetários devem ser contabilizados na Demonstração de rendimento integral consolidada e separada. Por conseguinte, o total de activos na demonstração da posição financeira consolidada e separada está sobreavaliado em 24. 9 bilhões de Meticais e os custos consolidados e separados do exercício e resultados transitados estão subavaliados pelo mesmo valor.

Auditámos de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades sob essas normas são descritas na secção de *Responsabilidades dos Auditores com relação às Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Grupo e do Banco de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fornecer uma base para a emissão da nossa opinião adversa.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade dos Administradores, que obtivemos antes da data do presente relatório, e o Relatório Anual, que se espera que nos seja disponibilizado após essa data. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e separadas e o nosso relatório de auditoria.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre o mesmo.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou caso contrário apresente distorções materiais. Se, com base no trabalho que



realizamos na outra informação, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas e separadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que a administração determinar como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo e/ou Banco em continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente :

- Identificar e avaliar os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA



- Obter uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluir sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo ou Banco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Grupo e/ou Banco deixem de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.
- Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou actividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela instrução, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo. Somos exclusivamente responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaia, 04/CA/OCAM/2012

Sócio

29 de Junho de 2018

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – SEPARADA E CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2017	2016	2017	2016
Activos					
Moeda estrangeira	7	617.741	678.660	617.741	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	8	135.784.037	98.087.554	136.078.122	98.316.994
Ouro	9	10.738.233	4.146.258	10.738.233	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	10	21.954.103	26.234.849	21.954.103	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	11	87.629.558	40.012.084	86.984.148	39.738.490
Propriedades, instalações e equipamento	12	26.566.407	23.513.196	27.031.562	23.877.393
Activos intangíveis	13	15.184	14.840	534.181	526.293
Outros activos financeiros	14	50.067.862	46.643.382	49.856.555	45.990.781
Responsabilidades com benefícios a empregados	20	-	161	-	161
Flutuação de valores	15	24.926.158	-	24.926.158	-
Total dos activos		358.299.283	239.330.984	358.720.803	239.509.879
Passivos					
Notas e moedas em circulação	16	49.448.079	47.613.399	49.448.079	47.613.399
Depósitos de outras instituições	17	118.209.987	86.196.815	118.209.987	86.196.815
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	18	148.403.642	46.808.195	148.403.642	46.808.195
Financiamentos externos	19	20.199.302	25.238.331	20.199.302	25.238.331
Responsabilidades com benefícios a empregados	20	7.677.310	-	7.677.310	-
Outros passivos	21	2.928.734	1.484.238	3.620.838	1.690.669
Flutuação de valores	15	-	9.926.269	-	9.926.269
Total dos passivos		346.867.054	217.267.247	347.559.158	217.473.678
Capital próprio					
Capital	22	2.361.314	2.361.314	2.361.314	2.361.314
Reservas Legais		488.412	488.412	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	23	2.942.440	3.741.386	2.085.610	3.209.252
Reserva de reavaliação de justo valor	23	52.165	136.688	52.165	136.688
Resultado líquido		5.587.898	15.335.937	5.591.864	15.701.949
Total do capital próprio		11.432.229	22.063.737	10.579.365	21.897.615
Interesses minoritários		-	-	582.280	138.585
Total do capital próprio		11.432.229	22.063.737	11.161.645	22.036.200
Total dos passivos e capital próprio		358.299.283	239.330.984	358.720.803	239.509.878

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2017	2016	2017	2016
Juros e rendimentos equiparados	26.1	7.698.084	4.141.809	8.784.405	4.152.131
Juros e gastos equiparados	26.2	(14.138.461)	(1.556.077)	(14.761.021)	(1.557.313)
Margem financeira		(6.440.377)	2.585.732	(5.976.616)	2.594.818
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	27	18.320.807	17.999.424	18.386.508	18.006.238
Outros rendimentos operacionais	28	551.671	184.741	554.130	200.626
Total de rendimentos		12.432.101	20.769.897	12.964.022	20.801.682
Gastos com o pessoal	29	(4.638.832)	(3.547.670)	(4.725.183)	(3.580.260)
Depreciações	12	(254.957)	(178.803)	(310.936)	(243.395)
Amortizações	13	(345)	(344)	(11.591)	(64.380)
Outros gastos operacionais	30	(1.950.069)	(1.707.143)	(2.324.448)	(1.792.468)
Total de gastos operacionais		(6.844.203)	(5.433.960)	(7.372.158)	(5.680.503)
Resultado líquido do exercício		5.587.898	15.335.937	5.591.864	15.121.179
Resultado Líquido Realizado		5.587.898	15.335.937	5.591.864	15.121.179
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:					
Ao BM		-	-	5.589.922	15.226.412
Aos Interesses minoritários		-	-	1.942	(105.233)

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido do exercício	5.587.898	15.335.937	5.591.864	15.121.179
Outros rendimentos				
Alterações no justo valor - activos financeiros disponíveis para venda 23	(84.523)	60.263	(84.523)	60.263
Alterações no justo valor - Responsabilidades com benefícios a empregad 20	(7.746.914)	1.960.659	(7.746.914)	1.960.659
Total do rendimento integral	(2.243.539)	17.356.859	(2.239.573)	17.142.101

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - SEPARADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2016		2.361.314	76.425	576.024	488.412	4.052.871	7.555.045
Dividendos declarados		-	-	-	-	(2.837.011)	(2.837.011)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2015		-	-	1.215.860	-	(1.215.860)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2016		-	-	-	-	15.335.937	15.335.937
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	374.358	-	-	374.358
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	60.263	-	-	-	60.263
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	1.575.144	-	-	1.575.144
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.361.314	136.688	3.741.386	488.412	15.335.937	22.063.737
Dividendos declarados		-	-	(8.435.000)	-	-	(8.435.000)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2016		-	-	15.335.937	-	(15.335.937)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2017		-	-	-	-	5.587.898	5.587.898
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	47.030	-	-	47.030
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	(84.523)	-	-	-	(84.523)
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	(7.746.914)	-	-	(7.746.914)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.361.314	52.165	2.942.440	488.412	5.587.898	11.432.229

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Alexandre Simão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo

BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – CONSOLIDADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2016	2.361.314	76.425	273.357	488.412	3.935.984	7.135.492	130.363	7.265.855
Dividendos declarados	-	-	-	-	(2.837.011)	(2.837.011)	-	(5.674.022)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2015	-	-	986.669	-	(1.098.975)	(112.306)	112.305	(1)
Total do rendimento integral do exercício de 2016	-	-	-	-	15.226.412	15.226.412	(105.232)	15.121.180
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores	-	-	374.082	-	-	374.082	-	(360.314)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	-	60.263	-	-	-	60.263	-	(27.929)
Responsabilidade com benefícios aos empregados	-	-	1.575.144	-	-	1.575.144	-	(1.317.105)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	1.150	100.165
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.361.314	136.688	3.209.252	488.412	15.226.410	21.422.076	138.585	21.560.661
Dividendos declarados	-	-	-	-	(8.435.000)	(8.435.000)	-	(8.435.000)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2016	-	-	6.686.178	-	(6.791.410)	(105.232)	105.232	-
Total do rendimento integral do exercício de 2017	-	-	-	-	5.692.175	5.692.175	1.942	5.694.116
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores	-	-	(62.907)	-	-	(62.907)	(2.636)	(65.543)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	-	(84.523)	-	-	-	(84.523)	-	(84.523)
Responsabilidade com benefícios aos empregados	-	-	(7.746.914)	-	-	(7.746.914)	-	(7.746.914)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	339.155	339.155
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	2.361.314	52.165	2.085.609	488.412	5.692.173	10.679.675	582.279	11.261.953

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




BANCO DE MOÇAMBIQUE

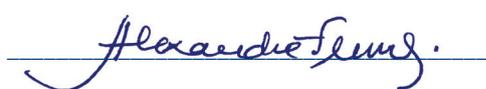
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	5.587.898	15.335.937	5.591.864	15.121.179
Ajustamentos para:				
Depreciações e amortizações	255.300	179.147	322.527	307.775
Custo com pensões	(7.746.914)	-	(7.746.914)	-
Fluxo líquido das actividades operacionais	(1.903.716)	15.515.084	(1.832.522)	15.428.954
Variações em:				
Activos financeiro detidos para negociação	4.280.746	(9.571.512)	4.280.746	(9.571.512)
Outros activos financeiros	(3.760.975)	(41.182.118)	(3.760.975)	(40.864.326)
Depósitos de outras instituições	32.013.172	16.945.316	32.013.172	16.945.316
Activos do fundo de pensões	7.677.310	(161)	7.677.310	(161)
Outros passivos	1.444.496	(1.153.669)	1.444.496	(1.051.037)
Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	108.158.129	8.350.798	108.158.129	8.350.798
Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	(34.852.427)	21.537.208	(34.852.427)	21.537.208
Fluxo líquido das alterações ao nível do capital circulante	114.960.451	(5.074.138)	114.960.451	(4.653.714)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	113.056.735	10.440.946	113.127.928	10.775.240
Fluxo de caixa das actividades de investimento				
Aquisição de propriedades, instalações e equipamentos	(3.340.416)	(6.566.013)	(3.534.787)	(6.770.907)
Aquisição de Activos intangíveis	-	-	(432.081)	(45.222)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(50.453.727)	(16.471.097)	(6.226.187)	(16.471.097)
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	(47.701.997)	(146.848)	(47.701.997)	(146.848)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(101.496.140)	(23.183.958)	(57.895.053)	(23.434.074)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento				
Aumento de Notas e moedas em circulação	1.834.680	8.278.928	1.834.680	8.278.928
Variação de financiamentos externos	(5.039.029)	6.927.165	(5.039.029)	6.927.165
Dividendos declarados	(8.435.000)	(2.837.011)	(8.435.000)	(2.837.011)
Aumento de Reservas	-	-	-	373.931
Entradas de realização de capital	-	-	225.493	1.150
Ajustamentos de exercícios anteriores	78.753	373.930	-	(653)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	(11.560.596)	12.743.012	(11.413.856)	12.743.510
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-	14.645	84.676
Caixa e equivalentes de caixa no início do período *	-	-	229.440	144.764
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período *	-	-	244.085	229.440

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa e equivalentes de caixa na sua demonstração da posição financeira.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 1 – BASE DE PREPARAÇÃO

1.1. Introdução

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, na Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

O Banco tem por objectivo principal a preservação do valor da moeda nacional.

No prosseguimento do seu objecto, o Banco visa ainda alcançar os seguintes fins:

- a) promover a realização de correcta política monetária;
- b) orientar a política de crédito com vista à promoção do crescimento e desenvolvimento económico e social do país;
- c) gerir disponibilidades externas de forma a manter adequado volume de meios de pagamento necessários ao comércio internacional; e
- d) disciplinar a actividade bancária.

1.2. Estrutura de Relato Financeiro

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

A Lei requer que os ganhos e perdas cambiais resultantes da reavaliação sejam contabilizados como activos ou passivos e que não sejam reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

NOTA 2 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas são apresentadas em Metical, que é igualmente a moeda funcional do Banco e do Grupo.

NOTA 3 – USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos ou

diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Recuperabilidade de outros activos

O Banco analisa periodicamente o saldo de Outros Activos, verificando se existem indícios de imparidade de forma a determinar a necessidade de reconhecer perdas por imparidade ou não. Nesta avaliação, são utilizadas as estimativas aprovadas pela Administração. A determinação da recuperabilidade de Outros Activos requer um julgamento significativo por parte da administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa em todos os aspectos materiais.

NOTA 4 – NORMAS EMITIDAS MAS NÃO EFECTIVAS

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 e a adopção antecipada é permitida. O Banco não antecipou a adopção das seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Até à data de autorização das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as seguintes Normas e Interpretações significativas foram emitidas mas não tinham sido ainda adoptadas:

NIRF 15 *Rédito de contratos com clientes*

Esta norma substitui a NIC 11 *Contratos de Construção*, NIC 18 *Rédito*, IFRIC 13 *Programas de Fidelização de Clientes*, IFRIC 15 *Acordos para Construção de Imóveis*, IFRIC 18 *Transferência de Activos para Clientes* e SIC-31 *Rédito – Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade*.

A norma contém um modelo único que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecimento do rédito: num momento ou ao longo do tempo. O modelo apresenta um contrato de análise de transacções com base em cinco etapas para determinar quanto e quando o rédito é reconhecido.

Esta nova norma terá provavelmente um impacto significativo sobre o Banco, que irá incluir uma possível mudança na tempestividade do reconhecimento do rédito e na mensuração do rédito que é reconhecido. O Banco está actualmente no processo de execução de uma avaliação mais detalhada do impacto desta norma e irá fornecer mais informações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Esta norma terá um impacto significativo sobre o Banco, que inclui mudanças na base de mensuração de activos financeiros do Grupo para o custo amortizado, o justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às da NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade foi alterado do modelo de “perda incorrida” da NIC 39 para um modelo de “perda esperada de crédito”, que se espera que aumente as imparidades de crédito reconhecidas pelo Banco.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

Até à data das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, foi elaborada a matriz de classificação dos instrumentos financeiros. Entretanto, para as contas de 2017, o Banco ainda não efectuou o ensaio das alterações para avaliar o seu impacto.

NIRF 16 *Locações*

A NIRF 16 foi publicada em Janeiro de 2016. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”). A NIRF 16 substitui a anterior norma de locações, NIC 17 *Locações e Interpretações relacionadas*. A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações sendo incluídas na Demonstração da Posição Financeira. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a NIRF 15. Os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. O Banco começou a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16. Não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Banco.

NOTA 5 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem.

5.1. Estrutura de relato financeiro

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Consolidação

i. Empresas subsidiárias

O Banco detém uma participação financeira na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Consideram-se empresas subsidiárias aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Nas demonstrações financeiras separada do Banco, o investimento na SIMO, encontra-se reconhecido ao custo histórico pelo facto das acções desta empresa não se encontrarem cotadas na Bolsa de Valores, o que torna difícil a estimativa do respectivo justo valor.

As transacções entre empresas do grupo, saldos, receitas e despesas em operações entre empresas do grupo são eliminadas. Os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do grupo que sejam reconhecidos nos activos são também eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

Quando o Banco deixa de ter controlo de uma subsidiária, a quantia escriturada da participação é reavaliada ao justo valor na data da alienação, sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor de alienação reconhecida em ganhos ou perdas.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

A Administração do Banco de Moçambique tomou a decisão de considerar para efeitos de consolidação apenas as aquisições ou investimentos relacionados directamente com as suas funções como Banco Central. Todas outras aquisições ou investimentos efectuados por suas subsidiárias ficam de fora do âmbito da Consolidação.

Contudo o Banco de Moçambique consolidou outra das suas subsidiárias, a Sociedade Interbancária de Moçambique.

ii. Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com accionistas minoritários que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida da quantia escriturada dos activos líquidos da associada é registada no capital próprio. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registados no capital próprio.

5.2. Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Grupo são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não-monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

Relativamente aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que estes ganhos e perdas devem ser apresentados numa conta da demonstração da posição financeira (conta especial de Flutuação de Valores).

5.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação. No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os

activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas em que estes valores são imediatamente reconhecidos em lucros ou prejuízos.

Entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo;
- Preços de venda recentes de activos semelhantes; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - * Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou providers; ou,
 - * Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de mensuração interna considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e ou,
 - * Nível 3: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na mensuração do instrumento.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se nele se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

5.3.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas realizados resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em lucros ou prejuízos, tal como o rendimento de juros e dividendos.

5.3.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não-derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de relato. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são mensuradas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de relato, são registadas perdas por imparidade, sendo consideradas perdas permanentes apenas aquelas relativas aos instrumentos de capital.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas directamente em lucros ou prejuízos. No momento em que os activos financeiros são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em lucros ou prejuízos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

5.3.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Grupo aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e outros valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado (nesse caso o Banco regista a diferença para a taxa de mercado em gastos com o pessoal). Posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

5.3.4. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Grupo à data de final do exercício foram deduzidas do valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

5.3.5. Imparidade de activos financeiros

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em capital próprio, é transferida para lucros ou prejuízos. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de lucros ou prejuízos até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em outro rendimento integral.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável é reconhecida em lucros ou prejuízos. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

5.3.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de rendimento integral durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

5.4. Ouro

O ouro é mensurado ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 5.2.

5.5. Propriedades, instalações e equipamentos

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos do Grupo encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui os custos que são directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes com os itens de propriedades, instalações e equipamentos são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todos os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, quando incorridos.

As depreciações dos itens de propriedades, instalações e equipamentos são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual. Seguem abaixo as vidas úteis esperadas das propriedades, instalações e equipamentos:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outras propriedades, instalações e equipamentos	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Grupo estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o valor de uso, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não mais for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento destes activos são reconhecidos em lucros e prejuízos.

5.6. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que são incorridos.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do activo que neste momento, pelos activos intangíveis existentes, corresponde a um período de três anos.

O método de amortização, a vida útil e o valor residual de cada item do activos intangíveis são revistos se são apropriados em cada data de reporte.

5.7. Transacções com o Governo

O Grupo toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

5.8. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros Activos no momento da produção das notas e moedas. Estes custos são posteriormente amortizados por contrapartida de lucros ou prejuízos por períodos de 3 e 5 anos para notas e moedas, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

5.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; (ii) seja provável que o seu pagamento resulte num exfluxo de benefícios económicos; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

5.10. Responsabilidades com pensões de reforma

O Grupo procedeu à constituição de um fundo de pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Grupo visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que definem-se os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e contribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas as Obrigações do Tesouro Moçambicano.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Anualmente, o Grupo reconhecerá como um custo, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados e (v) os ganhos e perdas resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em “Custos com pessoal”.

5.11. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e

trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Grupo determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de relato para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Grupo. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

5.12. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. A taxa efectiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juros efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

5.13. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos consoante a percentagem de prestação de serviço; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados pelo método da taxa de juro efectiva.

NOTA 6 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, e de taxa de juros), risco de liquidez, risco de crédito e risco operacional.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento de Gestão de Riscos, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. Este departamento é responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

6.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei Orgânica nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, *duration*, *benchmarks* a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Grupo faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Grupo não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os *ratings* dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, forwards e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (*Benchmark*) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* específico para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao *Benchmark*. O Banco recebe mensalmente do Custodiante um relatório com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais uma comparação diária entre a carteira e o *Benchmark*. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento da carteira.

Não obstante o Grupo ter como referência os dados constantes nos relatórios recebidos pelo Custodiante, o mesmo garante que o justo valor dos títulos reconhecido é determinado de acordo com o disposto na Nota 24 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

No contexto da estratégia do Grupo relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2017, repartidos pelas diferentes categorias segundo a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2017	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	617.741	-	-	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	135.784.037	-	-	135.784.037
Activos financeiros detidos para negociação	21.954.103	-	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	87.629.558	-	87.629.558
Outros activos financeiros	-	50.067.862	-	-	50.067.862
Total de Activos financeiros	21.954.103	186.469.640	87.629.558	-	296.053.302
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	49.448.079	49.448.079
Depósitos de outras instituições	-	-	-	118.209.987	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	148.403.642	148.403.642
Financiamentos externos	-	-	-	20.199.302	20.199.302
Outros passivos	-	-	-	2.928.734	2.928.734
Total de Passivos financeiros	-	-	-	339.189.744	339.189.744
31-12-2016	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	678.660	-	-	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	98.087.554	-	-	98.087.554
Activos financeiros detidos para negociação	26.234.849	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	40.012.084	-	40.012.084
Outros activos financeiros	-	46.643.382	-	-	46.643.382
Total de Activos financeiros	26.234.849	145.409.596	40.012.084	-	211.656.529
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	-	-	-	86.196.815	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	46.808.195	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	25.238.331	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de Passivos financeiros	-	-	-	207.340.978	207.340.978

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Grupo em 31 de Dezembro, repartidos pelas diferentes categorias da referida IAS 39- Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2017	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	617.741	-	-	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	136.078.122	-	-	136.078.122
Activos financeiros detidos para negociação	21.954.103	-	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	86.984.148	-	86.984.148
Outros activos financeiros	-	49.856.555	-	-	49.856.555
Total de Activos financeiros	21.954.103	186.552.418	86.984.148	-	295.490.669
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	49.448.079	49.448.079
Depósitos de outras instituições	-	-	-	118.209.987	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	148.403.642	148.403.642
Financiamentos externos	-	-	-	20.199.302	20.199.302
Outros passivos	-	-	-	3.620.838	3.620.838
Total de Passivos financeiros	-	-	-	339.881.848	339.881.848
31-12-2016	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	678.660	-	-	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	98.316.994	-	-	98.316.994
Activos financeiros detidos para negociação	26.234.849	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	39.738.490	-	39.738.490
Outros activos financeiros	-	45.990.781	-	-	45.990.781
Total de Activos financeiros	26.234.849	144.986.435	39.738.490	-	210.959.774
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	-	-	-	86.196.815	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	46.808.195	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	25.238.331	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	1.690.669	1.690.669
Total de Passivos financeiros	-	-	-	207.547.409	207.547.409

6.2. Risco de Crédito

6.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco do país, estabelecendo: (i) as classificações de crédito mínimas (ratings) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) os prazos máximos por rating para os depósitos a prazo, (iii) os limites de concentração por rating das contrapartes, (iv) os limites de concentração por país e, (v) os limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente.

O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentração de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

6.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro era como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	135.784.037	98.087.554	136.078.122	98.316.994
Activos financeiros detidos para negociação	21.954.103	26.234.849	21.954.103	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	87.629.558	40.012.084	86.984.148	39.738.490
Outros activos financeiros	50.067.862	46.643.382	49.856.555	45.990.781
Total a 31 Dezembro	295.435.560	210.977.869	294.872.928	210.281.114

6.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo do Banco, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2017	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	9.871.567	5.996.816	25.824.837	-	41.693.220
AA- a AA+	61.005.768	8.025.560	-	-	69.031.328
A- a A+	57.639.649	-	-	-	57.639.649
Menor que A-	5.913.377	7.931.727	-	-	13.845.104
Sem rating	1.353.676	-	61.804.721	50.067.862	113.226.259
Total	135.784.037	21.954.103	87.629.558	50.067.862	295.435.560

31.12.2016	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	5.616.165	7.188.347	14.665.794	-	27.470.306
AA- a AA+	30.728.706	9.588.437	-	-	40.317.143
A- a A+	38.886.207	-	-	-	38.886.207
Menor que A-	5.085.217	9.458.065	-	-	14.543.282
Sem rating	17.771.259	-	25.346.290	46.643.382	89.760.930
Total	98.087.554	26.234.849	40.012.084	46.643.382	210.977.869

A tabela seguinte apresenta um resumo do Grupo, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2017	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	9.871.567	5.996.816	25.824.837	-	41.693.220
AA- a AA+	61.005.768	8.025.560	-	-	69.031.328
A- a A+	57.639.649	-	-	-	57.639.649
Menor que A-	5.913.377	7.931.727	-	-	13.845.104
Sem rating	1.647.761	-	61.159.311	49.856.555	112.663.627
Total	136.078.122	21.954.103	86.984.148	49.856.555	294.872.928

31.12.2016	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	5.616.165	7.188.347	14.665.794	-	27.470.306
AA- a AA+	30.728.706	9.588.437	-	-	40.317.143
A- a A+	38.886.207	-	-	-	38.886.207
Menor que A-	5.085.217	9.458.065	-	-	14.543.282
Sem rating	18.000.699	-	25.072.696	45.990.781	89.064.176
Total	98.316.994	26.234.849	39.738.490	45.990.781	210.281.114

6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Grupo subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três *tranches*, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- **Tranche de Fundo de Maneio**, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- **Tranche de Liquidez**, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e
- **Tranche de Investimento**, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (*duration*) da carteira de Reservas Internacionais, não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2017, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA-, AA+, A- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos financeiros tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

Note-se que o quadro apresenta o ouro e apenas os activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, uma vez que são estes que geram risco de liquidez para o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2017

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	617.741	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	94.433.282	39.823.899	1.526.856	-	-	-	-	135.784.037
Ouro	-	-	-	-	-	-	10.738.233	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação	143.437	1.440.910	4.088.635	15.469.455	811.667	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	177.713	2.294.372	44.906.991	11.756.090	1.527.975	4.671.943	22.294.474	87.629.558
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	50.067.862	50.067.862
Total de activos financeiros e Ouro	94.754.432	43.559.181	50.522.482	27.225.545	2.339.642	4.671.943	83.718.310	306.791.535
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	49.448.079	49.448.079
Depósitos de outras instituições de crédito	116.347.687	1.862.300	-	-	-	-	-	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	28.599.006	37.307.638	82.496.998	-	-	-	-	148.403.642
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	20.199.302
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	2.928.734	2.928.734
Total de passivos financeiros	144.946.693	39.169.938	82.496.998	-	-	20.199.302	52.376.813	339.189.744
Posição líquida	(50.192.261)	4.389.243	(31.974.516)	27.225.545	2.339.642	(15.527.359)	31.341.497	(32.398.209)

Em 31 de Dezembro de 2016

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.844.732	77.242.481	-	-	-	-	341	98.087.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.657.148	40.012.084
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros e Ouro	21.978.080	79.061.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	77.689.374	215.802.787
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições de crédito	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.097.637	207.340.978
Posição líquida	(77.140.369)	77.198.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	28.591.737	8.461.809

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Grupo.

31 de Dezembro de 2017

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	617.741	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	94.433.282	39.823.899	1.820.941	-	-	-	-	136.078.122
Ouro	-	-	-	-	-	-	10.738.233	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação	143.437	1.440.910	4.088.635	15.469.455	811.667	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	177.713	2.294.372	44.906.991	11.756.090	1.527.975	4.671.943	21.649.065	86.984.148
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	49.856.555	49.856.555
Total de activos financeiros	94.754.432	43.559.180	50.816.566	27.225.546	2.339.641	4.671.943	82.861.594	306.228.903
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	49.448.079	49.448.079
Depósitos de outras instituições	116.347.687	1.862.300	-	-	-	-	-	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	28.599.006	37.307.638	82.496.998	-	-	-	-	148.403.643
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	20.199.302
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	3.620.838	3.620.838
Total de passivos financeiros	144.946.693	39.169.938	82.496.998	-	-	20.199.302	53.068.917	339.881.850
Posição líquida	(50.192.261)	4.389.242	(31.680.432)	27.225.546	2.339.641	(15.527.359)	29.792.677	(33.652.947)

31 de Dezembro de 2016

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.944.172	77.372.481	-	-	-	-	341	98.316.994
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.383.554	39.738.490
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros	22.077.520	79.191.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	77.415.780	215.758.633
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.690.669	1.690.669
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.304.068	207.547.409
Posição líquida	(77.040.929)	77.328.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	28.111.712	8.211.223

6.4. Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

O risco de mercado consiste no risco da taxa de juro, risco cambial e risco de preço.

6.4.1. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2017

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	617.741	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	94.433.282	39.823.899	1.526.856	-	-	-	-	135.784.037
Activos financeiros detidos para negociação	143.437	1.440.910	4.088.635	15.469.455	811.667	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	177.713	2.294.372	44.906.991	11.756.090	1.527.975	4.671.943	22.294.474	87.629.558
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	50.067.862	50.067.862
Total de activos financeiros	94.754.432	43.559.180	50.522.481	27.225.546	2.339.641	4.671.943	72.980.077	296.053.301
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	49.448.079	49.448.079
Depósitos de outras instituições	116.347.687	1.862.300	-	-	-	-	-	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	28.599.006	37.307.638	82.496.998	-	-	-	-	148.403.643
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	20.199.302
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	2.928.734	2.928.734
Total de passivos financeiros	144.946.693	39.169.938	82.496.998	-	-	20.199.302	52.376.813	339.189.746
Posição líquida	(50.192.261)	4.389.242	(31.974.517)	27.225.546	2.339.641	(15.527.359)	20.603.264	(43.136.445)

31 de Dezembro de 2016								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.844.732	77.242.481	-	-	-	-	341	98.087.554
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.657.148	40.012.084
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros	21.978.080	79.061.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	73.543.116	211.656.529
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.097.637	207.340.978
Posição líquida	(77.140.369)	77.198.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	24.445.479	4.315.551

Os quadros seguintes resumem a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2017								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	617.741	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	94.433.282	39.823.899	1.526.856	-	-	-	-	135.784.037
Activos financeiros detidos para negociação	143.437	1.440.910	4.088.635	15.469.455	811.667	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	177.713	2.294.372	44.906.991	11.756.090	1.527.975	4.671.943	21.649.065	86.984.148
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	49.856.555	49.856.555
Total de activos financeiros	94.754.432	43.559.180	50.522.481	27.225.546	2.339.641	4.671.943	72.123.361	295.196.584
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	49.448.079	49,448,079
Depósitos de outras instituições	116.347.687	1.862.300	-	-	-	-	-	118.209.987
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	28.599.006	37.307.638	82.496.998	-	-	-	-	148.403.643
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	20,199,302
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	3.620.838	3,620,838
Total de passivos financeiros	144.946.693	39.169.938	82.496.998	-	-	20.199.302	53.068.917	339.881.850
Posição líquida	(50.192.261)	4.389.242	(31.974.517)	27.225.546	2.339.641	(15.527.359)	19.054.444	(44.685.266)

31 de Dezembro de 2016								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.944.172	77.372.481	-	-	-	-	341	98.316.994
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.383.554	39.738.490
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros	22.077.520	79.191.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	73.269.522	211.612.375
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47,613,399
Depósitos de outras instituições	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46,808,195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25,238,331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.690.669	1,690,669
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.304.068	207.547.409
Posição líquida	(77.040.929)	77.328.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	23.965.454	4.064.965

O Grupo gere o risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de duration por cada tranche da carteira das reservas internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da duration sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao *benchmark* (stop loss).

Em 31 de Dezembro de 2017, o efeito nos lucros ou prejuízos e capitais próprios do Banco e do Grupo de uma variação de +/- 25 pontos básicos na taxa de juro é de 557.683 milhares de Meticais (2016: 345.284 milhares de Meticais) e 52.217.464 milhares de Meticais (2016: 49.804.057 milhares de Meticais), respectivamente.

6.4.2. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco ao risco cambial, ainda que em última análise o risco seja do Estado conforme explicado no parágrafo seguinte. O Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites de exposição ao risco cambial.

Decorrente do disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira são apresentados numa conta de flutuação de valores, nos activos ou passivos conforme o caso.

Em 31 de Dezembro os activos e os passivos financeiros e ouro do Banco, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2017

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	CNY	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	-	571.467	3.620	364	42.366	-	-	(76)	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	82.322.334	594.163	2.464.682	22.476.445	1.290.263	77.649	26.558.502	135.784.037
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	10.738.233	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação	-	21.954.103	-	-	-	-	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	62.015.717	24.294.960	-	-	-	-	1.318.880	-	87.629.558
Outros activos financeiros	57.802.069	50.407.507	107.687.722	1.356.455	21.314.882	6.058.759	-	(194.559.532)	50.067.862
Total	119.817.785	179.550.371	108.285.505	3.821.501	43.833.693	7.349.022	1.396.529	(157.262.872)	306.791.535
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	49.448.006	(1)	-	-	74	-	-	-	49.448.079
Depósitos de outras instituições	66.757.296	48.336.354	2.589.481	171	325.620	-	-	201.066	118.209.987
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	148.404.465	(1.179)	-	-	-	356	-	-	148.403.642
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	-	20.199.302
Outros passivos	1.203.033	1.635.819	151.065	3.515	63.464	(118.927)	-	(9.236)	2.928.734
Total	265.812.800	49.970.993	2.740.546	3.685	389.157	20.080.731	-	191.830	339.189.743
Posição global operacional	(145.995.015)	129.579.378	105.544.959	3.817.815	43.444.536	(12.731.710)	-	(157.454.702)	(32.398.209)

Em 31 de Dezembro de 2016

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	640.889	5.380	402	32.060	-	(71)	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	34.869.931	1.175.361	2.801.665	17.450.804	2.558.041	39.231.752	98.087.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	-	26.234.849	-	-	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	25.580.324	14.431.760	-	-	-	-	-	40.012.084
Outros activos financeiros	9.318.351	4.037.692	7.267.226	1.137.356	24.039.244	-	843.513	46.643.382
Total	34.898.674	80.215.121	8.447.967	3.939.423	41.522.108	2.558.041	44.221.452	215.802.787
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	47.613.326	(1)	-	-	74	-	-	47.613.399
Depósitos de outras instituições	49.993.907	32.790.692	2.385.025	188	566.712	-	460.291	86.196.815
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	46.808.195	-	-	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	400.026	881.742	165.479	437	36.185	-	369	1.484.238
Total	144.815.454	33.672.433	2.550.504	625	602.971	25.238.331	460.660	207.340.978
Posição global operacional	(109.916.780)	46.542.688	5.897.463	3.938.798	40.919.137	(22.680.290)	43.760.792	8.461.809

Os quadros seguintes resumem os activos e os passivos financeiros e ouro do Grupo, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2017

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	CNY	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro									
Moeda estrangeira	-	571.467	3.620	364	42.366	-	-	(76)	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	294.085	82.322.334	594.163	2.464.682	22.476.445	1.290.263	77.649	26.558.502	136.078.122
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	10.738.233	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação	-	21.954.103	-	-	-	-	-	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	61.370.307	24.294.960	-	-	-	-	1.318.880	-	86.984.148
Outros activos financeiros	57.590.762	50.407.507	107.687.722	1.356.455	21.314.882	6.058.759	-	(194.559.532)	49.856.555
Total	119.255.153	179.550.371	108.285.505	3.821.501	43.833.693	7.349.022	1.396.529	(157.262.872)	306.228.902
Passivos financeiros									
Notas e moedas em circulação	49.448.006	(1)	-	-	74	-	-	-	49.448.079
Depósitos de outras instituições	66.757.296	48.336.354	2.589.481	171	325.620	-	-	201.066	118.209.987
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	148.404.465	(1.179)	-	-	-	356	-	-	148.403.642
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	20.199.302	-	-	20.199.302
Outros passivos	1.895.138	1.635.819	151.065	3.515	63.464	(118.927)	-	(9.236)	3.620.838
Total	266.504.905	49.970.993	2.740.546	3.685	389.157	20.080.731	-	191.830	339.881.848
Posição global operacional	(147.249.752)	129.579.378	105.544.959	3.817.815	43.444.536	(12.731.710)	-	(157.454.702)	(33.652.946)

Em 31 de Dezembro de 2016

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	640.889	5.380	402	32.060	-	(71)	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	229.440	34.869.931	1.175.361	2.801.665	17.450.804	2.558.041	39.231.752	98.316.994
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	-	26.234.849	-	-	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	25.306.730	14.431.760	-	-	-	-	-	39.738.490
Outros activos financeiros	8.665.750	4.037.692	7.267.226	1.137.356	24.039.244	-	843.513	45.990.781
Total	34.201.920	80.215.121	8.447.967	3.939.423	41.522.108	2.558.041	44.221.452	215.106.032
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	47.613.326	(1)	-	-	74	-	-	47.613.399
Depósitos de outras instituições de crédito	49.993.907	32.790.692	2.385.025	188	566.712	-	460.291	86.196.815
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	46.808.195	-	-	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	606.456	881.742	165.479	437	36.185	-	369	1.690.669
Total	145.021.884	33.672.433	2.550.505	626	602.971	25.238.331	460.660	207.547.409
Posição global operacional	(110.819.964)	46.542.688	5.897.462	3.938.797	40.919.137	(22.680.289)	43.760.792	7.558.623

Em 31 de Dezembro de 2017, o efeito nos lucros ou prejuízos e capital próprio do Banco e do Grupo de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus toda a moeda estrangeira é de 46.249.821 milhares de Meticais (2016: 204.361 milhares de Meticais) e 6.197 milhares de Meticais (2016: 7.492 milhares de Meticais), respectivamente.

6.5. Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos exógenos. Para a prevenção e controlo do risco operacional, o Banco tem implantado vários sistemas de controlo interno.

O cumprimento dos normativos e procedimentos internos é garantido pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade da sua observância. Entretanto, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos no que respeita as operações sob sua alçada.

NOTA 7 – MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
CAD	36	36	36	36
CHF	6	6	6	6
EUR	3.620	5.380	3.620	5.380
GBP	364	402	364	402
USD	571.467	640.888	571.467	640.888
ZAR	42.248	31.948	42.248	31.948
	617.741	678.660	617.741	678.660

NOTA 8 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito analisam-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades sobre instituições de crédito				
Depósitos à ordem	8.264.253	16.746.975	8.508.338	16.846.415
Aplicações sobre instituições de crédito				
Depósitos a prazo	127.183.289	81.161.362	127.233.289	81.291.362
Juros a receber	336.495	179.217	336.495	179.217
	135.784.037	98.087.554	136.078.122	98.316.994

Em 31 de Dezembro, as taxas de juro máximas e mínimas para estas aplicações, em moedas estrangeiras foram como se segue:

	2017		2016	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Até 1 Mês	0,63%	1,13%	0,00375%	2,5%
De 1 a 3 Meses	0,75%	5,68%	0,0075%	0,25%
De 3 a 12 Meses	0,20%	2,37%	0,005%	8,5%
De 1 a 3 Anos	0,00%	6,37%	0,00075%	1,25%
De 3 a 5 Anos	0,25%	3,460%	0,002%	1,375%
Mais de 5 Anos	-	-	0,00125%	0,00125%

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que a sua quantia escriturada à data de relato aproxima-se do justo valor.

NOTA 9 – OURO

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Ouro em moedas e barras				
No estrangeiro	10.738.233	4.146.258	10.738.233	4.146.258
	10.738.233	4.146.258	10.738.233	4.146.258

À data de 31 de Dezembro de 2017, as reservas de ouro, de aproximadamente 140.308 onças (2016: 140.286), foram avaliadas em USD 181.931.771 (2016: USD 162.390.460), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de relato, no Mercado de Ouro de Londres.

NOTA 10 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,30 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2017	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	18.421.168	18.140.788	18.421.168	18.140.788
Obrigações de outros emitentes	1.334.553	1.920.166	1.334.553	1.920.166
Outros	2.229.503	1.893.149	2.229.503	1.893.149
Total	21.985.224	21.954.103	21.985.224	21.954.103

31.12.2016	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	22.269.575	21.930.620	22.269.575	21.930.620
Obrigações de outros emitentes	1.613.358	2.321.313	1.613.358	2.321.313
Outros	2.389.537	1.982.916	2.389.537	1.982.916
Total	26.272.470	26.234.849	26.272.470	26.234.849

NOTA 11 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Instrumentos de Dívida				
Títulos não cotados				
De emissores residentes				
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	61.144.310	25.057.696	61.144.310	25.057.696
De emissores não residentes				
Obrigações do Tesouro dos EUA	25.551.858	14.356.832	25.551.858	14.356.832
	86.696.168	39.414.528	86.696.168	39.414.528
Instrumentos de capital				
Títulos não cotados				
De emissores não residentes				
Acções	272.980	308.963	272.980	308.963
De emissores residentes				
Acções	660.410	288.593	15.000	14.999
	933.391	597.556	287.980	323.962
Activos financeiros disponíveis para venda	87.629.558	40.012.084	86.984.148	39.738.490

O detalhe das obrigações do tesouro do Estado Moçambicano é apresentado de seguida:

31.12.2017	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	61.144.310	61.144.310	61.144.310	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	25.551.858	14.343.659	11.208.199	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank (0,59%)	-	272.980	11.574	261.406	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	645.410	645.410	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	61.144.310	87.629.558	76.160.487	11.469.605	(534)
31.12.2016	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	25.057.696	25.057.696	25.057.696	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.384.160	14.356.832	14.343.659	13.173	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank (0,59%)	-	308.963	11.574	297.389	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	39.441.856	40.012.084	39.702.056	310.562	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 27,5%. O justo valor destas obrigações aproxima-se da quantia escriturada em 31 de Dezembro.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição. As demonstrações financeiras da SIMO estão consolidadas nas contas do Grupo.

As Obrigações de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos financeiros uma vez que os activos cumprem com a definição de créditos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2013. Ver nota 14.5 – Acordos de recompra.

NOTA 12 – PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O movimento ocorrido durante o exercício de 2017 para o Banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2017

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.439.038	343.180	9.526	21.721.452	23.513.196
Adições	139.606	101.045	675	3.099.090	3.340.416
Regularizações	-	(32.248)	-	-	(32.248)
Transferência	10.621.357	-	-	(10.621.357)	-
Depreciação do exercício	(145.459)	(108.193)	(1.305)	-	(254.957)
Quantia escriturada no fim do ano	12.054.542	303.784	8.896	14.199.185	26.566.407
A 31 Dezembro 2017					
Custo	12.737.873	1.887.360	15.734	14.199.185	28.840.152
Depreciações acumuladas	(683.331)	(1.583.576)	(6.838)	-	(2.273.745)
Quantia escriturada	12.054.542	303.784	8.896	14.199.185	26.566.407

O movimento ocorrido na rubrica de transferência refere-se ao registo do imobilizado em curso para a rubrica de Edifícios decorrente do uso dos edifícios da Torre e Polo Técnico a partir de 01 de Julho de 2017.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016 para o Banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2016

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987
Adições	7.028	158.860	6.275	6.393.850	6.566.013
Depreciação do exercício	(43.828)	(133.844)	(1.132)	-	(178.804)
Quantia escriturada no fim do ano	1.439.038	343.180	9.526	21.721.452	23.513.196
A 31 Dezembro 2016					
Custo	1.976.911	1.817.875	15.059	21.721.452	25.531.297
Depreciações acumuladas	(537.873)	(1.474.695)	(5.533)	-	(2.018.101)
Quantia escriturada	1.439.038	343.180	9.526	21.721.452	23.513.196

O movimento ocorrido no Grupo, durante o exercício de 2017, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2017

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.590.684	555.731	9.526	21.721.452	23.877.393
Adições	159.498	275.527	675	3.099.088	3.534.787
Transferência	10.621.357	-	-	(10.621.357)	-
Regularizações	-	(16.539)	-	-	(16.539)
Depreciação do exercício	(154.048)	(208.727)	(1.305)	-	(364.079)
Quantia escriturada no fim do ano	12.217.490	605.992	8.896	14.199.183	27.031.562
A 31 Dezembro 2017					
Custo	12.920.967	2.564.025	15.734	14.199.183	29.699.909
Depreciações acumuladas	(703.477)	(1.958.033)	(6.838)	-	(2.668.348)
Quantia escriturada	12.217.490	605.992	8.896	14.199.183	27.031.562

O movimento ocorrido na rubrica de transferência refere-se ao registo do imobilizado em curso para a rubrica de Edifícios decorrente do uso dos edifícios da Torre e Polo Técnico a partir de 01 de Julho de 2017.

O movimento ocorrido no Grupo, durante o exercício de 2016, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2016					
	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505
Adições	7.028	363.754	6.275	6.393.852	6.770.909
Ajustamentos	-	377	-	-	377
Depreciação do exercício	(46.982)	(195.284)	(1.132)	-	(243.398)
Quantia escriturada no fim do ano	1.590.684	555.731	9.526	21.721.452	23.877.393
A 31 Dezembro 2016					
Custo	2.134.601	2.161.808	15.059	21.721.452	26.032.918
Depreciações acumuladas	(543.917)	(1.606.077)	(5.533)	-	(2.155.528)
Quantia escriturada	1.590.684	555.731	9.526	21.721.452	23.877.393

NOTA 13 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2017 foi o seguinte:

A de 31 Dezembro de 2017		
	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	14.840	526.293
Adições	-	18.790
Regularizações	689	689
Amortização do exercício	(345)	(11.591)
Quantia escriturada no fim do ano	15.184	534.181
A de 31 Dezembro de 2017		
Custo	238.410	842.201
Amortizações acumuladas	(223.226)	(308.020)
Quantia escriturada	15.184	534.181

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2016 foi o seguinte:

A 31 de Dezembro de 2016		
	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	14.596	526.293
Adições	-	63.792
Regularizações	588	588
Amortização do exercício	(344)	(64.380)
Quantia escriturada no fim do ano	14.840	526.293
A de 31 Dezembro de 2016		
Custo	238.410	823.411
Amortizações acumuladas	(223.570)	(297.118)
Quantia escriturada	14.840	526.293

NOTA 14 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Devedores estrangeiros	12.974	(44.126)	12.974	(44.126)
Empréstimos ao pessoal	14.1 2.226.660	1.848.551	2.226.660	1.848.551
Cheques em processo de liquidação	342.152	(27.343)	342.152	(27.343)
Custos com produção de notas e moedas	14.2 1.448.287	691.152	1.448.287	691.152
Créditos concedidos à Instituição financeira - Intervenção do BM	(808)	11.726.816	(808)	11.726.816
Economato	17.284	14.376	17.284	14.376
Creditos e adiantamentos concedidos ao Governo	14.3 31.793.093	29.874.313	31.793.093	29.874.313
Outros devedores	14.4 14.237.763	2.521.635	14.026.456	1.869.033
Acordos de recompra	14.5 -	47.551	-	47.552
Valor bruto de Outros activos	50.077.405	46.652.925	49.866.098	46.000.324
Perdas por imparidade	(9.543)	(9.543)	(9.543)	(9.543)
Quantia escriturada	50.067.862	46.643.382	49.856.555	45.990.781

As perdas por imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2017 e 2016.

Com a excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada aproxima-se do justo valor.

14.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT – Acordo Colectivo de Trabalho, o Banco atribui aos seus colaboradores empréstimos para habitação, viatura, educação e para outras finalidades.

14.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Notas e moedas emitidas	824.153	758.273	824.153	758.273
Notas e moedas não emitidas	624.134	(67.121)	624.134	(67.121)
	1.448.287	691.152	1.448.287	691.152
Depreciação de notas e moedas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Notas	331.047	279.565	331.047	279.565
Moedas	49.679	39.078	49.679	39.078
	380.726	318.644	380.726	318.644

14.3. Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo

Durante o exercício económico de 2016 o Banco de Moçambique concedeu empréstimos ao Estado num total de 31.793.093 milhares de Meticais, dos quais 11.790.726 milhares de Meticais à taxa de juro anual de 3%; o montante de 15.620.360 milhares de Meticais foi concedido nas condições estabelecidas pelo artigo 18 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique) e o remanescente de 4.382.007 milhares de Meticais é referente a juros vencidos e não pagos.

De referir que o artigo 18 estabelece, no seu número 1 que o Banco de Moçambique "...poderá conceder ao Estado anualmente, crédito sem juros sob a forma de conta corrente, em moeda nacional, até ao montante máximo de dez por cento das receitas ordinárias do Orçamento Geral do Estado arrecadadas no penúltimo exercício" e no seu número 2 que cita o seguinte "Os levantamentos do Estado na mesma conta serão feitos unicamente em representação das receitas orçamentais do respectivo exercício e o crédito deverá estar liquidado até ao último dia do ano económico, em que tiver sido aberto e não o sendo, o saldo vencerá juros á taxa de redesconto do Banco".

14.4. Outros devedores

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
SIMO	726.892	729.053	515.585	76.453
Credores fabricantes de notas e moedas	1.041.949	1.210.485	1.041.949	1.210.485
Sociedade do Noticias	-	139.723	-	139.723
MEF - PTA - Bank	236.096	71.355	236.096	71.355
MEF - MEFMI	25.964	21.400	25.964	21.400
Kuhanha	11.712.050	-	11.712.050	-
MEF-AFRITAC	8.853	-	8.853	-
Outros	485.960	349.619	485.960	349.619
	14.237.763	2.521.635	14.026.456	1.869.035

O saldo da Kuhanha refere-se ao adiantamento sem juros. O reembolso deste adiantamento será efectuado com base nos dividendos ou venda das acções das suas participações financeiras.

14.5. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

NOTA 15 – FLUTUAÇÃO DE VALORES

Os ganhos e perdas provenientes das diferenças cambiais não realizados das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores), ao abrigo do artigo 14 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro – Lei Orgânica do

BM que estabelece no seu número 2, o seguinte “Caso se verifique no final do exercício económico do Banco, um saldo devedor na conta especial de flutuação de valores, o estado regularizará esse saldo por emissão de títulos da dívida pública a favor do Banco ou outra modalidade proposta pelo Conselho de Administração do Banco” e no seu número 3 cita o seguinte “Qualquer saldo credor na conta especial de flutuação de valores no final de cada exercício económico será creditado numa conta cativa em nome do Estado em relação à qual o Banco poderá pagar juros à taxa que o Conselho de Administração determinar”.

Flutuação de valor 2017

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	(9.926.269)	(9.926.269)
Prejuízos cambiais não realizados no exercício	34.852.427	34.852.427
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>24.926.158</u>	<u>24.926.158</u>

Flutuação de valor 2016

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	11.610.939	11.610.939
Ganhos cambiais não realizados no exercício	(21.537.208)	(21.537.208)
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>(9.926.269)</u>	<u>(9.926.269)</u>

NOTA 16 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Notas	63.999.166	58.324.418	63.999.166	58.324.418
Moedas	1.114.144	1.019.327	1.114.144	1.019.327
Notas e Moedas no Banco	(9.203.523)	(6.389.247)	(9.203.523)	(6.389.247)
Notas e Moedas inutilizadas	(6.461.708)	(5.341.099)	(6.461.708)	(5.341.099)
	<u>49.448.079</u>	<u>47.613.399</u>	<u>49.448.079</u>	<u>47.613.399</u>

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de relato foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas que se encontram em circulação em 31 de Dezembro:

Notas e Moedas em Circulação (fora do Banco)	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Notas	48.353.830	46.607.913	48.353.830	46.607.913
Moedas	1.094.249	1.005.486	1.094.249	1.005.486
	<u>49.448.079</u>	<u>47.613.399</u>	<u>49.448.079</u>	<u>47.613.399</u>

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoadado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2017, as reservas cambiais ascendiam a 137.210.412 milhares de Meticais (2016: 143.579.082 milhares de Meticais).

NOTA 17 – DEPÓSITOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos em moeda nacional:				
Estado		26.383.723	26.383.723	16.207.194
Instituições financeiras	17.1	39.021.257	39.021.257	32.896.216
Credores por recursos consignados	17.2	435.009	435.009	371.239
Outros		703.354	703.354	318.284
Depósitos em moeda estrangeira:				
Estado		33.120.225	33.120.225	13.437.118
Instituições financeiras	17.1	16.250.590	16.250.590	20.295.055
Credores por recursos consignados	17.3	2.295.220	2.295.220	2.670.368
Depósitos de caução		451	451	451
Outros		158	158	890
		118.209.987	118.209.987	86.196.815

Nos termos do nº 1 do artigo 6º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), os depósitos das Instituições Financeiras, ainda que se refiram a depósitos obrigatórios, poderão ser remunerados. Os depósitos são compostos maioritariamente de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada é aproximada ao justo valor.

- 17.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.
- 17.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários de programas de financiamento.
- 17.3 Este saldo respeita as contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

NOTA 18 – BILHETES DO TESOIRO EMITIDOS EM NOME DO ESTADO E OUTROS INSTRUMENTOS MONETÁRIOS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Bilhetes do tesouro para financiamento do Estado	75.934.316	31.237.387	75.934.316	31.237.387
Bilhetes do tesouro para Política Monetária	37.307.638	-	37.307.638	-
Facilidades permanentes de depósitos	28.599.006	14.783.934	28.599.006	14.783.934
Juros a pagar	6.562.682	786.874	6.562.682	786.874
	148.403.642	46.808.195	148.403.643	46.808.195

Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de dívida emitidos pelo Banco de Moçambique por períodos de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado, a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado. Por esta razão, a sua quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 22,50% e 30,35%.

NOTA 19 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

O saldo desta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Financiamento externo	20.199.302	25.238.331	20.199.302	25.238.331

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Passivos				
Direitos especiais de saque	9.126.071	10.407.095	9.126.071	10.407.095
Facilidade para a redução da pobreza e crescimento (PRGF)	-	31.172	-	31.172
Facilidade de extensão de crédito(ESF)	11.073.231	14.800.064	11.073.231	14.800.064
Total	20.199.302	25.238.331	20.199.302	25.238.331
Activos				
Direitos especiais de saque	1.290.263	2.558.041	1.290.263	2.558.041
Total	18.909.039	22.680.290	18.909.039	22.680.290

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do FMI ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e

condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente reconhecidos.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838.056, equivalente a 9.126.071 milhares de Meticais, (2016: SDR 108.838.056, equivalente a 10.407.095 milhares de Meticais).

Os direitos especiais de saque – activo representam a quota de Moçambique no FMI. A quantia escriturada à data de relato é considerada aproximada ao justo valor. Este valor está incluído na nota 8 – Disponibilidades e Aplicações sobre Outras Instituições de Crédito.

NOTA 20 – RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Pressupostos financeiros				
Taxa de desconto	19,658%	23,000%	19,658%	11,500%
Taxa de crescimento dos salários	15,110%	15,700%	15,110%	5,600%
Taxa de crescimento das pensões	15,110%	15,700%	15,110%	5,600%
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação de 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis). Para a atribuição de pensão de reforma por velhice, foi usado o pressuposto de que as mulheres reformam na data em que completam 55 anos de idade e os homens na data em que completam 60 anos.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Activos	998	1.016	998	1.016
Reformados e pensionistas	757	775	757	775
	1.755	1.791	1.755	1.791

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos a ordem	3.420	36.915	3.420	36.915
Depósitos a prazo	9.163.850	9.667.924	9.163.850	9.667.924
Obrigações de Tesouro	1.245.000	969.710	1.245.000	969.710
Obrigações privadas	250.000	250.000	250.000	250.000
Bilhetes de Tesouro	1.862.524	-	1.862.524	-
Propriedades de investimentos	1.179.962	862.986	1.179.962	862.986
Participações financeiras	12.087.120	375.070	12.087.120	375.070
Outros	869.162	609.732	869.162	609.732
Credores	(11.714.530)	(435)	(11.714.530)	(435)
	14.946.508	11.869.279	14.946.508	11.869.279

As propriedades de investimento são compostas, principalmente, pelos investimentos no Millennium Park e Edifício 24 e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades consigam gerar.

A rubrica credores refere-se principalmente ao montante de 11.712.050 milhares de Meticais referente ao adiantamento a Kuhanha em forma de Suprimentos a reembolsar ao Banco de Moçambique.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Responsabilidades em 1 de Janeiro	12.771.741	13.444.262	12.771.741	13.444.262
Custo do serviço corrente	331.155	385.515	331.155	385.515
Custo dos juros	2.910.007	1.552.547	2.910.007	1.552.547
Ganhos actuariais nas responsabilidades	7.511.860	(1.951.854)	7.511.860	(1.951.854)
Pensões pagas pelo fundo	(901.380)	(658.729)	(901.380)	(658.729)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	22.623.384	12.771.741	22.623.383	12.771.741

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões durante o ano pode ser analisada como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	12.771.902	11.869.279	12.771.902	11.869.279
Rendimento dos juros	2.910.144	1.371.424	2.910.144	1.371.424
Ganhos de rendimento	(235.053)	47.073	(235.053)	47.073
Contribuições do Banco	228.834	83.152	228.834	83.152
Contribuições dos empregados	171.626	59.703	171.626	59.703
Pensões pagas pelo fundo	(901.380)	(658.729)	(901.380)	(658.729)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	14.946.074	12.771.902	14.946.073	12.771.902

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Responsabilidades por benefícios projetados Reforma	11.692.749	5.134.420	11.692.749	5.134.420
Pessoal no activo	10.930.634	7.637.321	10.930.634	7.637.321
Total das responsabilidades	22.623.384	12.771.741	22.623.383	12.771.741
Valor dos activos	(14.946.074)	(12.771.902)	(14.946.074)	(12.771.902)
Passivos líquidos	7.677.310	(161)	7.677.309	(161)

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente	331.155	385.515	331.155	385.515
Custo dos juros	2.910.007	1.552.547	2.910.007	1.552.547
Rendimento esperado do fundo	(2.910.144)	(1.371.424)	(2.910.144)	(1.371.424)
Custos do exercício	331.018	566.638	331.018	566.638

NOTA 21 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Credores estrangeiros	729.570	(42.772)	729.570	(42.772)
Credores nacionais	764.461	201.972	1.147.872	405.518
Contas de liquidação	528.599	(168.845)	561.484	(168.845)
Credores trabalhadores	419.531	420.131	419.531	420.131
Outros encargos a pagar	486.573	1.073.752	762.381	1.076.637
	2.928.734	1.484.238	3.620.838	1.690.669

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor.

O valor de Outros Encargos a Pagar reflecte a alteração de procedimento no vencimento dos bilhetes do tesouro de emissão especial que passam a transitar para o exercício seguinte. Anteriormente o vencimento dos bilhetes do tesouro emitidos num determinado exercício venciam no mesmo exercício.

NOTA 22 – CAPITAL

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique, sendo de 2.361.314 milhares de Meticais.

NOTA 23 – RESERVAS

Reservas Legais

O valor registado nesta rubrica destina-se a assegurar a integridade do capital social.

Reservas não Distribuíveis

Nos termos do artigo 65º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2016, o Conselho de Administração, face ao resultado líquido apurado de 15.335.937 milhares de Meticais, propôs a aplicação do mesmo como segue: 45% para acumulação nas reservas não distribuíveis e 55% para o Estado sob forma de dividendos.

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e benefícios pós emprego são transferidos para as reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

Reservas de Reavaliação de Justo Valor

Nesta rubrica encontra-se registada a variação de instrumentos de dívida e de acções no exercício. Analisa-se conforme se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Em 1 de Janeiro	136.688	76.425	136.688	76.425
De instrumentos de dívida	-	-	-	-
De acções	(84.523)	60.263	(84.523)	60.263
Total das variações do ano	(84.523)	60.263	(84.523)	60.263
Em 31 de Dezembro	52.165	136.688	52.164	136.688

NOTA 24 – JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de mensuração:

- Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou providers.
- Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua mensuração do justo valor de instrumentos financeiros quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor.

31 Dezembro 2017	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	10.738.233	-	10.738.233	10.738.233	-	10.738.233
	10.738.233	-	10.738.233	10.738.233	-	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	18.140.788	-	18.140.788	18.140.788	-	18.140.788
Obrigações de outros emitentes	1.920.166	-	1.920.166	1.920.166	-	1.920.166
Outros	1.893.149	-	1.893.149	1.893.149	-	1.893.149
	21.954.103	-	21.954.103	21.954.103	-	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	61.144.310	61.144.310	-	61.144.310	61.144.310
Obrigações do Tesouro dos EUA	25.551.858	-	25.551.858	25.551.858	-	25.551.858
Outros investimentos	-	933.390	933.390	-	287.980	287.980
	25.551.858	62.077.700	87.629.558	25.551.858	61.432.290	86.984.148
	58.244.194	62.077.700	120.321.894	58.244.194	61.432.290	119.676.484
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	148.403.642	148.403.642	-	148.403.642	148.403.642
	-	148.403.642	148.403.642	-	148.403.642	148.403.642

31 Dezembro 2016

	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	4.146.258	-	4.146.258	4.146.258	-	4.146.258
	4.146.258	-	4.146.258	4.146.258	-	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	21.930.620	-	21.930.620	21.930.620	-	21.930.620
Obrigações de outros emitentes	2.321.313	-	2.321.313	2.321.313	-	2.321.313
Outros	1.982.916	-	1.982.916	1.982.916	-	1.982.916
	26.234.849	-	26.234.849	26.234.849	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano		25.057.696	25.057.696		25.057.696	25.057.696
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.356.832	-	14.356.832	14.356.832	-	14.356.832
Outros investimentos	-	597.556	597.556	-	323.963	323.963
	14.356.832	25.655.253	40.012.084	14.356.832	25.381.659	39.738.490
	69.795.634	597.556	70.393.191	69.795.634	323.963	70.119.597
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	46.808.195	46.808.195	-	46.808.195	46.808.195
	-	46.808.195	46.808.195	-	46.808.195	46.808.195

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor e respectiva comparação com o seu custo de aquisição.

31 Dezembro 2017

	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro					
Ouro	10.738.233	10.738.233	10.738.233	10.738.233	-
	10.738.233	10.738.233	10.738.233	10.738.233	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	18.421.168	18.140.788	18.421.168	18.140.788	280.380
Obrigações de outros emitentes	1.334.553	1.920.166	1.334.553	1.920.166	(585.613)
Outros	2.229.503	1.893.149	2.229.503	1.893.149	336.354
	21.985.224	21.954.103	21.985.224	21.954.103	31.120
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	61.144.310	61.144.310	61.144.310	61.144.310	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	25.551.858	25.551.858	25.551.858	25.551.858	-
Outros investimentos	414.729	933.390	414.729	287.980	126.749
	87.110.897	87.629.558	87.110.897	86.984.148	126.749
Total de activos financeiros	119.834.354	120.321.894	119.834.354	119.676.484	157.870
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	148.403.642	148.403.642	148.403.642	148.403.642	-
Total passivos financeiros	148.403.642	148.403.642	148.403.642	148.403.642	-

31 Dezembro 2016

	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro					
Ouro	4.146.258	4.146.258	4.146.258	4.146.258	-
	4.146.258	4.146.258	4.146.258	4.146.258	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	22.269.575	21.930.620	22.269.575	21.930.620	338.955
Obrigações de outros emitentes	1.613.358	2.321.313	1.613.358	2.321.313	(707.955)
Outros	2.389.537	1.982.916	2.389.537	1.982.916	406.621
	26.272.470	26.234.849	26.272.470	26.234.849	37.621
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	25.057.696	25.057.696	25.057.696	25.057.696	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.356.832	14.356.832	14.356.832	14.356.832	-
Outros investimentos	414.729	597.556	414.729	323.963	90.766
	39.829.257	40.012.084	39.829.257	39.738.490	90.766
Total de activos financeiros	70.247.984	70.393.191	70.247.985	70.119.596	128.387
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	46.808.195	46.808.195	46.808.195	46.808.195	-
Total passivos financeiros	46.808.195	46.808.195	46.808.195	46.808.195	-

NOTA 25 – RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Garantias e avales	177.716	177.716	177.716	177.716
Créditos documentários abertos	143.940	1.709.895	143.940	1.709.895
Transacções efectuadas em nome do Estado	321.655	1.887.610	321.655	1.887.610
	643.311	3.775.221	643.311	3.775.221

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. O saldo das transacções efectuadas em nome do Estado inclui maioritariamente o valor nominal dos Bilhetes do Tesouro, notas e moedas fabricadas que ainda não foram lançadas no mercado bem como promissórias a favor do FMI.

NOTA 26 – MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

26.1. Juros e rendimentos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Juros de depósitos a prazo	2.299.821	2.312.727	2.299.821	2.312.727
Juros de títulos disponíveis para venda	1.089.223	1.469.729	1.089.223	1.469.729
Juros de títulos detidos para negociação	302.274	243.552	302.274	243.552
Juros de depósitos à ordem	15.699	11.745	1.102.021	22.068
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	3.974.669	94.331	3.974.669	94.331
Outros juros	16.398	9.725	16.398	9.725
	7.698.084	4.141.809	8.784.405	4.152.131

26.2. Juros e custos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	13.257.945	1.280.621	13.257.945	1.280.621
Juros de aplicações de liquidez	838.370	269.744	838.370	269.744
Outros juros e gastos similares	42.145	5.712	664.705	6.948
	14.138.461	1.556.077	14.761.021	1.557.313
Margem Financeira	(6.440.377)	2.585.732	(5.976.616)	2.594.818

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2017 foi de 2.299.821 milhares de Meticais (2016: 1.306.184 milhares de Meticais) e de 1.089.223 milhares de Meticais (2016: 1.469.729 milhares de Meticais), respectivamente.

NOTA 27 – RESULTADOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA E OURO

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Resultados de vendas de divisas				
De operações em ouro	3.093.356	95.338	3.093.356	95.338
De operações em moeda estrangeira	15.227.451	17.904.086	15.293.152	17.910.900
Total	18.320.807	17.999.424	18.386.508	18.006.238

Ver nota 15 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Comissões de Cobrança	3.513	4.752	3.513	4.752
Comissões de Transferência	1.322	4.532	1.322	4.532
Outros Serviços	3.168	3.841	3.168	3.841
Outros Proveitos Operacionais	532.495	156.854	534.954	172.739
Outros Ganhos	11.173	14.762	11.173	14.762
	551.671	184.741	554.130	200.626

NOTA 29 – GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Remunerações dos órgãos de gestão	173.739	209.074	173.739	210.145
Remunerações de empregados	3.624.281	2.739.387	3.685.819	2.766.822
Custos com benefícios a empregados - Nota 20	331.155	470.720	331.155	470.720
Encargos Sociais	335.485	103.812	346.734	104.898
Outras despesas com o pessoal	174.172	24.677	187.736	27.675
	4.638.832	3.547.670	4.725.183	3.580.260

À data de 31 de Dezembro de 2017, o número de funcionários do Banco ascendia a 998 (2016: 1.016).

NOTA 30 – OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Fornecimentos de terceiros	192.800	151.861	192.800	151.861
Serviços de terceiros	1.005.191	866.500	1.379.570	951.826
Custos com a produção de notas e moedas	387.666	373.378	387.666	373.378
Outros gastos	351.731	299.010	351.731	299.010
Outras perdas	12.681	16.394	12.681	16.394
	1.950.069	1.707.143	2.324.448	1.792.469

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos no montante de 118.965 milhares de Meticais em 2017 (2016: 153.838 milhares de Meticais) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa no montante de 86.123 milhares de Meticais em 2017 (2016: 103.678 milhares de Meticais).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza, nos mesmos termos que o Estado, de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais.

Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas.

A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas são como se segue:

31 Dezembro de 2017	CONSOLIDADADA			
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	21.634.064	-	645.410	22.279.475
Creditos e adiantamentos	31.793.093	21.845	726.892	32.541.830
Total	53.427.157	21.845	1.372.302	54.821.305
Passivos				
Depósitos do Estado	59.503.948	-	-	59.503.948
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	75.934.316	-	-	75.934.316
Total	135.438.264	-	-	135.438.264

31 Dezembro de 2016	CONSOLIDADADA			
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	11.812.332	-	273.593	12.085.925
Creditos e adiantamentos	29.874.313	20.433	729.053	30.623.799
Total	41.686.645	20.433	1.002.646	42.709.724
Passivos				
Depósitos do Estado	29.644.312	-	-	29.644.312
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	31.237.387	-	-	31.237.387
Total	60.881.699	-	-	60.881.699

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
	Pessoal chave de gestão			
Benefícios de curto prazo	173.739	209.074	173.739	210.145
	173.739	209.074	173.739	210.145

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



2



Sumário

Em 2017 assistiu-se a um retorno gradual à normalidade dos indicadores económicos e financeiros, que se haviam degradado substancialmente no ano anterior. Estas melhorias são, em grande medida, o reflexo de um conjunto de medidas macroeconómicas tomadas pelas autoridades, das quais se destacam as de política monetária e cambial adoptadas pelo Banco de Moçambique (BM). Com efeito, a inflação anual, medida pela evolução do índice geral de preços de Moçambique, desacelerou significativamente, para 5,65%, em Dezembro de 2017, após 25,27%, em igual período do ano anterior, traduzindo o efeito da política monetária restritiva sobre a procura agregada, aliado à contenção da despesa por parte do Estado. Mais ainda, o aumento da oferta de produção doméstica de produtos agrícolas, traduzindo a melhoria das condições climáticas e a normalização da circulação de pessoas e bens, com o fim das hostilidades militares, contribuiu para a desaceleração da variação anual dos preços domésticos.

Por seu turno, ao longo de 2017, a taxa de câmbio do Metical face às principais moedas internacionais transaccionadas no mercado cambial moçambicano registou uma recuperação assinalável, a exemplo, o Dólar dos Estados Unidos da América baixou de 71,31 meticais, no último dia de Dezembro de 2016, para 58,88 meticais em igual dia de Dezembro de 2017.

Do lado da actividade económica, a procura externa amorteceu os efeitos do abrandamento da procura doméstica, em face da retoma do crescimento das principais economias. Dados do INE reportam um crescimento do PIB de 3,7%, 10 pontos base (pb) abaixo do registado em 2016, tendo sido a indústria extractiva, a agricultura e os transportes e comunicações, os ramos que mais contribuíram para o seu crescimento. Os outros sectores registaram uma contribuição modesta ou mesmo negativa, para a expansão da actividade económica.

A recuperação dos preços internacionais das mercadorias que o País exporta, com destaque para os preços do carvão térmico e do alumínio, num contexto de menores importações em face da repressão da procura agregada doméstica, permitiu a redução do défice da conta corrente em USD 1.288 milhões, para USD 2.558 milhões, representando 20,3% do PIB (após 35,0% em 2016).

A melhoria do défice da conta corrente, associada à entrada das receitas extraordinárias dos grandes projectos (mais-valias), permitiram a constituição de reservas internacionais líquidas num fluxo total de USD 1.335 milhões de dólares, levando a que o saldo das reservas internacionais brutas incrementasse para USD 3.299 milhões, cifra suficiente para cobrir 7,3 meses de importações de bens e serviços, excluindo as dos grandes projectos.

Apesar do crescimento relativamente modesto da actividade económica, as receitas colectadas pelo Governo aumentaram de 24,0% do PIB em 2016, para 26,5% do PIB em 2017, traduzindo essencialmente, a entrada de receitas extraordinárias dos grandes projectos (mais-valias) anteriormente referida. Por seu turno, o peso da despesa pública realizada no ano, em percentagem

do PIB caiu para 31,4% (31,9% em 2016). Tais variações resultaram na redução do défice público de 7,8% do PIB em 2016, para 4,9% no ano em análise, e numa poupança financeira líquida do Estado junto do sistema bancário doméstico de 8.301 milhões de meticais (cerca de 1% do PIB).

Entretanto, em face das perspetivas de desaceleração da inflação anual de médio prazo, o BM iniciou em Abril de 2017, um ciclo de redução da taxa de juro de política monetária, sinalizando um certo relaxamento na restritividade da política monetária. Adicionalmente, foram implementadas reformas no quadro operacional da política monetária e cambial, das quais se destacam a introdução: (i) em Abril, da taxa de câmbio de referência do mercado cambial moçambicano e do princípio de unicidade das taxas de câmbio, bem como da taxa MIMO como variável operacional da política monetária (em substituição da base monetária); (ii) em Junho, do regime de constituição de RO na base média e (iii) em Dezembro, do novo regulamento da Lei Cambial.

Em termos de magnitude, a taxa de juro MIMO foi revista em baixa, de Abril a Dezembro, num total acumulado de 225 pb para 19,50% no fecho do ano. As demais taxas do MMI seguiram a mesma tendência de queda, movimento que, entretanto, foi acompanhado de forma mais ténue pelas taxas a retalho.

1. Evolução Económica Internacional

Este capítulo retrata os desenvolvimentos da conjuntura internacional em 2017, com destaque para os principais indicadores da actividade económica, nomeadamente, o PIB, como indicativo da procura externa, assim como a evolução dos preços internacionais das principais matérias-primas que Moçambique transacciona com o exterior, pelo seu impacto quer na balança de pagamentos como nos preços no consumidor doméstico.

1.1. Economia Mundial em 2017

Estimativas preliminares do *World Economic Outlook* (WEO) apontam para um crescimento da economia mundial em 3,8% no ano em análise, 10 pontos base acima das previsões anteriores, superando em 60 pontos base a taxa observada em 2016. Este ritmo demonstra a consolidação da retoma da actividade económica global, principalmente, por conta da melhoria do desempenho dos blocos das economias avançadas e emergentes, iniciado em meados de 2016 (Quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do PIB e do IPC em Economias Seleccionada**

Região	PIB - Variação Real (%)			IPC- Variação Anual (%)		
	2015	2016	2017*	2015	2016	2017
Economia Mundial	3,4	3,2	3,8			
Economias Avançadas	2,1	1,7	2,3	0,3	0,8	1,7
EUA	2,6	1,5	2,3	0,7	2,1	2,1
Zona do Euro	2,0	1,8	2,3	0,2	1,1	1,4
Japão	1,4	0,9	1,7	0,2	0,3	1,0
Reino Unido	2,4	1,9	1,8	0,2	1,6	3,0
Economias de Mercados Emergentes	4,2	4,4	4,8	4,7	4,3	4,1
Brasil	-3,8	-3,5	1,0	10,7	6,3	3,0
Rússia	-2,8	-0,2	1,5	13,0	5,4	2,5
China	6,9	6,7	6,9	1,6	2,1	1,8
Economias da África Subsaariana	3,4	1,4	2,8	7,0	11,3	nd
África do Sul	1,3	0,6	1,3	5,2	6,8	4,7

Fonte: *World Economic Outlook* (April 2018)

A. Economias Avançadas e Emergentes

O desempenho das economias avançadas em 2017 foi explicado, em parte, pela recuperação da confiança dos investidores, traduzindo as expectativas optimistas em relação ao andamento da economia norte-americana reforçadas, no último trimestre de 2017, pelas medidas de estímulo

fiscal. Este facto, combinado com a melhoria da procura agregada nas restantes economias deste bloco, resultante dos efeitos positivos dos estímulos monetários, favoreceram a aceleração do crescimento que passou de 1,8% em 2016 para 2,3% em 2017.

O incremento da procura agregada nas economias avançadas também se reflectiu no aumento do preço das mercadorias no mercado internacional, o que, de certo modo, estimulou a produção das economias exportadoras dos mercados emergentes, com destaque para o Brasil e a Rússia, que registaram taxas de crescimento positivas de 1,0% e 1,5%, respectivamente, pondo fim a dois anos de recessão. Por seu turno, a China manteve um nível de crescimento próximo do seu actual potencial, ao expandir em 6,9% em 2017, 20 pb acima do registado no ano anterior.

Na frente de preços, o ano 2017 foi marcado por uma inflação anual controlada, tendo gravitado em torno das metas de médio prazo, em quase todas as economias dos blocos monitorados. Com efeito, a inflação anual das economias avançadas aumentou para níveis próximos às respectivas metas de médio prazo, a reflectir o efeito do aumento da procura interna e da subida do preço das mercadorias. Em face destes desenvolvimentos, o Banco Central Europeu (BCE) continuou a reduzir os estímulos monetários que vinha aplicando desde Março de 2015, enquanto a Reserva Federal norte-americana (Fed) e o Banco da Inglaterra (BoE) mantiveram a postura de incremento das respectivas taxas de juro de política monetária, como sinal de prudência contra possíveis riscos de pressão inflacionária.

No caso das economias de mercados emergentes, observou-se uma desaceleração generalizada da inflação anual, para níveis mínimos históricos, com destaque para a Índia (+5,2%), o Brasil (+3,0%), a Rússia (+2,5%) e a e China (+1,8%), em linha com o enfraquecimento do Dólar norte-americano no mercado internacional.

O comportamento do Dólar no mercado internacional pode ser explicado, por um lado, pelos receios dos investidores em relação aos impactos das medidas de estímulos fiscais e das políticas comerciais protecionistas e, por outro, pela recuperação económica das principais economias avançadas.

B. África Subsaariana e SADC

Na região da África Subsaariana assistiu-se a uma melhoria do desempenho da maior parte das economias, tendo crescido em 2,8% em 2017, após 1,4% em 2016, estimulada pelo aumento da procura externa das principais mercadorias de exportação.

A África do Sul, uma das principais economias da região, registou uma aceleração do crescimento económico de 0,6% em 2016 para 1,3% em 2017. Este desempenho, resulta da maior procura externa das *commodities* e da melhoria das condições climatéricas, com impacto no crescimento do sector mineiro e da agricultura.

Na vertente dos preços, ao nível dos países da SADC manteve-se a tendência de abrandamento da inflação anual, tendo encerrado o ano com taxas de inflação em torno do intervalo da meta de convergência da região (3%-7%), com excepção de Angola que, apesar do abrandamento ainda continuou a enfrentar níveis acima de dois dígitos.

Quadro 2: **Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC**

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB Real – variação anual (%)								
2011	3,9	6,1	4,8	3,9	3,2	7,9	5,6	7,3
2012	5,2	4,5	1,9	3,2	2,2	5,1	7,7	7,4
2013	6,8	1,3	5,2	3,2	2,5	7,2	5,0	7,4
2014	4,7	4,1	5,7	3,6	1,9	7,0	4,7	7,4
2015	3,0	-1,7	2,9	3,5	1,3	7,0	2,9	6,6
2016	-0,8	4,3	2,3	3,9	0,6	7,0	3,7	3,8
2017 ^a	0,7	2,2	4,0	3,9	1,3	6,0	3,6	3,7
IPC – variação anual, Dezembro a Dezembro (%)								
2011	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
2012	9,8	7,4	34,6	3,9	5,7	12,1	7,3	2,2
2013	7,7	4,1	23,5	4,0	5,4	5,6	7,1	2,9
2014	7,5	3,7	24,2	0,2	5,3	4,8	7,9	1,1
2015	14,3	3,1	24,9	1,3	5,2	8,8	21,8	10,6
2016	41,95	3,0	20,0	2,3	6,8	5,0	-0,93	25,3
2017	23,7	3,2	7,1	4,2	4,7	4,0	6,2	5,7
Moeda Doméstica/USD – variação anual, Dezembro a Dezembro (%)								
2011	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-17,3
2012	2,4	4,1	116,5	4,0	14,4	1,6	1,3	8,7
2013	1,9	12,4	29,3	-1,6	23,6	0,1	6,3	1,5
2014	5,6	8,9	9,6	6,5	10,5	9,2	15,9	5,51
2015	30,9	15,7	42,6	13,6	33,7	24,7	72,0	42,3
2016	22,7	-2,9	10,4	0,4	-12	1,0	-9,7	50,8
2017	0,0	7,8	-0,3	-6,8	-10,0	2,7	0,8	-17,4

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e *World Economic Outlook* (Abril 2016)

Notas: ^a previsão.

1.2. Preços das Mercadorias

Os preços médios internacionais das mercadorias que, devido ao seu impacto tanto na Balança de Pagamentos como nos preços no consumidor urbano do País, são monitorados pelo Banco de Moçambique, registaram tendências diferenciadas em 2017 (Quadro 3).

No geral, os preços médios das mercadorias de exportação apresentaram uma tendência ascendente, com destaque para o carvão térmico e o alumínio, que, em conjunto, representam cerca de 61% do total de receitas de exportação, contribuindo assim para a melhoria do défice da conta corrente. Efectivamente, até finais de Dezembro de 2017, destaca-se o incremento médio anual dos preços do carvão (+38,4%), alumínio (+23,0%), do gás natural (+21,4%) e do algodão (+15,0%), enquanto os preços do açúcar caíram em termos médios anuais em 11,0%.

Quadro 3: Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas

Mercadorias	2016			2017	
	USD	Var. Anual (%)	Var. Média Anual (%)	Var. Anual (%)	Var. Média Anual (%)
Importações					
Petróleo ^a	63,8	56,1	-15,4	16,1	23,16
Trigo	427,0	-13,2	-14,4	4,7	2,8
Arroz	11,7	-19,1	-6,8	24,9	10,1
Milho	350,8	-1,9	-5,3	-0,4	3,0
Exportações					
Alumínio	2.268	12,3	-4,3	34,0	23,0
Gás ^b	3,0	59,3	-3,2	-20,7	21,4
Carvão Térmico	95,4	67,5	10,7	14,4	38,4
Açúcar ^c	15,2	28,0	38,7	-22,3	-11,0
Algodão	78,6	11,6	3,8	11,3	15,0
Ouro	1.302,5	8,5	7,6	13,1	0,8

^{/a} – Média simples de Londres, Texas e Dubai;

^{/b} – Japão;

^{/c} – União europeia

Fonte: Reuters

Entre as principais mercadorias de importação o realce vai para o aumento, em termos anuais, do preço do petróleo (+16,1%) e dos cereais, como o arroz (+24,9%) e o trigo (+4,7%), num cenário em que o preço do milho registou uma queda ligeira (-0,4%).

2. Conjuntura Interna

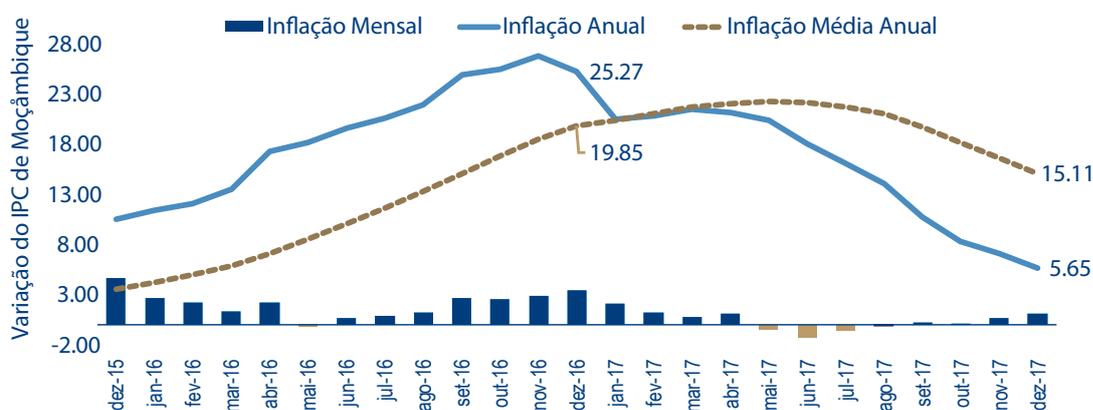
2.1. Sector Real

2.1.1. Preços

A. Evolução do IPC de Moçambique

Em Dezembro de 2017, a inflação anual abrandou substancialmente, tendo passado de 25,27% registado em igual período do ano anterior para 5,65% (Gráfico 1), enquanto a inflação média anual desacelerou para 15,11%, após 19,85% em Dezembro de 2016.

Gráfico 1: **Inflação Anual de Moçambique**



A desaceleração da inflação em 2017 pode ser explicada pela combinação dos seguintes factores:

- (i) A fraca procura agregada, reflectindo, em parte, tanto a limitada capacidade financeira do Estado de realizar despesas públicas, devido à manutenção da suspensão da ajuda directa ao Orçamento pelos parceiros externos de cooperação, como a contracção do crédito concedido pela banca comercial ao sector privado;
- (ii) O fortalecimento do Metical em relação às moedas dos principais parceiros comerciais, contribuindo para a redução dos custos dos produtos importados,
- (iii) O incremento da oferta interna de produtos agrícolas e com um peso significativo no cabaz do IPC, determinado, fundamentalmente, pelo fim da estiagem que assolou as regiões sul-centro do País, na campanha agrícola 2015-16, combinado com o efeito positivo das tréguas militares que restituiu a livre circulação de pessoas e bens; e
- (iv) Abrandamento da inflação anual dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas na África do Sul, tendo passado de 11,7% em Dezembro de 2016 para 4,8% no último mês de 2017.

Entretanto, o movimento descendente da inflação anual foi atenuado pelos ajustamentos, em alta, dos preços dos produtos administrados, ao longo de 2017, com maior ênfase para os dos combustíveis líquidos e energia eléctrica, que passaram a ser ajustados regularmente, para melhor reflectirem os preços de mercado.

A desagregação do IPC em grandes grupos mostra que, (Quadro 4):

Quadro 4: **Desagregação da Inflação de Moçambique**

Produtos	Variações Anuais (%)					
	dez-15	dez-16	mar-17	dez-15	dez-16	mar-17
IPC	10,55	25,27	21,57	18,10	10,76	5,65
Produtos Alimentares	17,55	36,03	26,33	19,26	9,92	1,80
Frutas e Vegetais	20,93	36,92	28,32	8,35	7,51	-3,53
Cereais e Derivados	23,39	38,37	9,38	13,57	8,63	3,22
Mariscos e Derivados	4,69	10,60	28,76	25,66	14,60	6,22
Carnes e Derivados	1,16	9,70	32,70	31,38	18,11	9,83
Administrados	7,87	9,30	6,21	11,84	14,81	13,70
Energia Eléctrica	6,88	37,00	37,00	37,00	91,70	39,93
Água Canalizada	5,72	13,80	7,34	7,34	7,34	0,00
Gás para Uso Doméstico	0,00	5,78	7,34	7,02	-11,64	19,68
Combustíveis Líquidos	0,00	12,34	12,24	17,44	24,83	23,87
Núcleos de Inflação	dez-15	dez-16	mar-17	jun-17	set-17	dez-17
IPC excl, Frutas e Vegetais	8,92	23,25	20,95	18,93	10,99	6,45
IPC excl, Administrados	11,09	28,43	26,10	19,90	9,69	3,60
IPC excl, Frut., Veg. e Admin.	9,18	26,60	25,84	21,19	9,90	4,39
Vestuário e Calçado	5,74	17,88	31,42	26,82	15,20	7,44
Mobiliário e Equi. Doméstico	7,50	30,06	28,06	23,49	9,65	-0,24
Automóveis	6,48	17,00	32,62	20,03	-3,68	-3,69
Artigos de Uso Pessoal	2,60	8,82	8,27	12,84	11,06	10,58
Serviços, dos quais:	7,61	10,52	22,50	21,65	14,42	7,89
Restauração	10,56	21,42	24,03	21,37	13,51	8,55
Alojamento	12,26	1,16	0,00	-4,11	-1,15	-1,15
Saúde	0,96	18,09	10,55	13,36	9,44	15,26

Fonte: INE

- **Produtos Alimentares** – o índice do subgrupo dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, cujo peso no cabaz do IPC é de 31,7% caiu para 1,80% em finais de 2017 (após um incremento de 36,03% em 2016) em decorrência, fundamentalmente, da redução anual do índice dos preços do subgrupo das frutas e vegetais em 3,53% (após uma variação anual de 36,9% em 2016) e da desaceleração da inflação anual do subgrupo dos cereais e derivados para 3,2% em 2017 (após 38,4% em 2016);
- **Produtos Administrados** – o subgrupo dos produtos administrados foi o único a registar uma aceleração do IPC, tendo a variação anual passado de 9,3% em Dezembro de 2016 para 13,70% em Dezembro de 2017, determinado, essencialmente, pelo ajustamento

em alta dos combustíveis líquidos (23,9%), do gás para uso doméstico (19,7%) e da tarifa de energia eléctrica para consumo doméstico (39,9%);

- **IPC Excluindo Frutas e Vegetais** – desacelerou em termos anuais para 6,45% (após 23,25% em 2016), situando-se ligeiramente acima da inflação geral;
- **IPC Excluindo os Produtos Administrados** – desacelerou para 3,6% em 2017 (após 28,4% em 2016), portanto abaixo da inflação geral;
- **IPC Excluindo as Frutas e Vegetais e os Produtos Administrados** – Este indicador abrandou, tendo passado de 26,6%, no fecho de 2016, para 4,4% no último mês de 2017 como resultado da queda, em termos anuais tanto do índice de bens industriais, tais como: (i) o vestuário e calçado (de 17,9% em 2016 para 7,4% em 2016), (ii) mobiliário e equipamento doméstico (de 30,1% para uma redução anual de 0,2%), (iii) veículos automóveis (de 17,0% para uma redução de 3,7%) bem como, dos serviços que passaram de 10,52% em 2016 para 7,9% em 2017.

B. Evolução do IPC por Cidades:

À semelhança do indicador global, ao nível das cidades que compõem o IPC agregado de Moçambique também se verificou, de uma forma generalizada, um abrandamento significativo da inflação anual, com a cidade da Beira a notabilizar-se com a maior desaceleração dos preços, ao passar de 29,13% em Dezembro de 2016, para 2,39% em finais de 2017 (redução de 26,2 pontos percentuais), seguido pela cidade de Nampula, cuja inflação anual no fecho de 2017 fixou-se em 4,57% (24,33% em 2016) e, por fim, a cidade de Maputo com uma inflação de 7,16% (25,27% em 2016), por sinal a mais alta das três cidades. Na tabela abaixo é possível visualizar a evolução pelas classes e cidades que compõem o IPC de Moçambique (vide Quadro 5).

Quadro 5: **Inflação por Classes e Cidades**

Classes	Moçambique		Maputo		Beira		Nampula	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	35,78	1,80	36,21	5,32	38,30	-5,16	33,82	2,18
Bebidas alcoólicas e tabaco	24,81	6,82	21,00	12,46	17,30	6,20	36,83	1,73
Vestuário e calçado	17,87	7,44	25,79	9,73	10,83	8,04	15,18	3,77
Habituação e serviços relacionados	13,86	12,59	13,21	11,13	18,39	6,87	13,36	27,32
Mobiliário e equipamento doméstico	30,07	-0,24	23,19	-1,35	37,73	-1,59	36,14	4,04
Saúde	18,09	15,26	15,48	18,73	8,41	34,12	25,23	4,55
Transportes	10,51	8,32	13,03	6,49	4,94	9,39	7,72	13,19
Comunicações	3,41	2,72	5,16	4,75	0,00	0,00	0,19	0,78
Lazer, recreação e cultura	7,87	2,86	12,88	5,83	20,10	-7,65	-0,05	1,60
Educação	9,77	14,87	7,61	9,04	8,05	50,67	19,56	2,52
Restauração e Alojamento	20,73	8,55	19,88	10,69	19,24	8,74	26,07	-0,77
Bens e serviços diversos	23,70	10,48	22,80	10,08	31,72	13,43	21,71	5,54
IPC Geral	25,27	5,65	24,62	7,16	29,13	2,93	24,33	4,57

Fonte: INE

2.1.2. Produto Interno Bruto

De acordo com estimativas do INE, o produto interno bruto (PIB), em 2017, cresceu em 3,7%, em termos reais, comparado aos 3,8% observados em 2016. O crescimento moderado da actividade económica, pelo segundo ano consecutivo, reflectiu a baixa procura interna em face das dificuldades de financiamento da despesa pública, por um lado, e, por outro, do menor acesso ao crédito bancário pelo sector privado. Este ambiente macroeconómico contribuiu para a contracção dos ramos da construção em 12,4% e a contínua desaceleração do ramo da indústria transformadora. Mais ainda, o ramo de electricidade e águas, com uma contracção de 7,8%, ressentiu-se da redução considerável dos caudais dos rios e das reservas de água para o consumo, o que ditou restrições da oferta ao longo do período em análise.

Entretanto, a procura externa amorteceu, parcialmente, os efeitos do abrandamento da procura doméstica, em face da retoma do crescimento das principais economias mundiais. Com efeito, o ramo da indústria extractiva foi o que mais contribuiu para o crescimento económico (1,7 pp), com realce para a contribuição do carvão mineral e do gás natural que expandiram em 29,1% e 60,9%, respectivamente, num contexto de preços favoráveis nos mercados internacionais e num ambiente de livre circulação de pessoas e bens, com o fim das hostilidades militares. Adicionalmente, o bom desempenho destes ramos da actividade económica, estimulou o dos transportes e comunicações que cresceu em 4,3%, contribuindo em 0,6 pp para o desempenho do PIB.

Por seu turno, o ramo da agricultura recuperou, ao registar um desempenho positivo de 4,5% em 2017 (contribuição de 0,9 pp para o PIB), contra os 2,5% no ano transacto, favorecido pelas boas condições climatéricas, após uma seca severa em 2016 que afectou toda a zona da África Austral (Quadro 6).

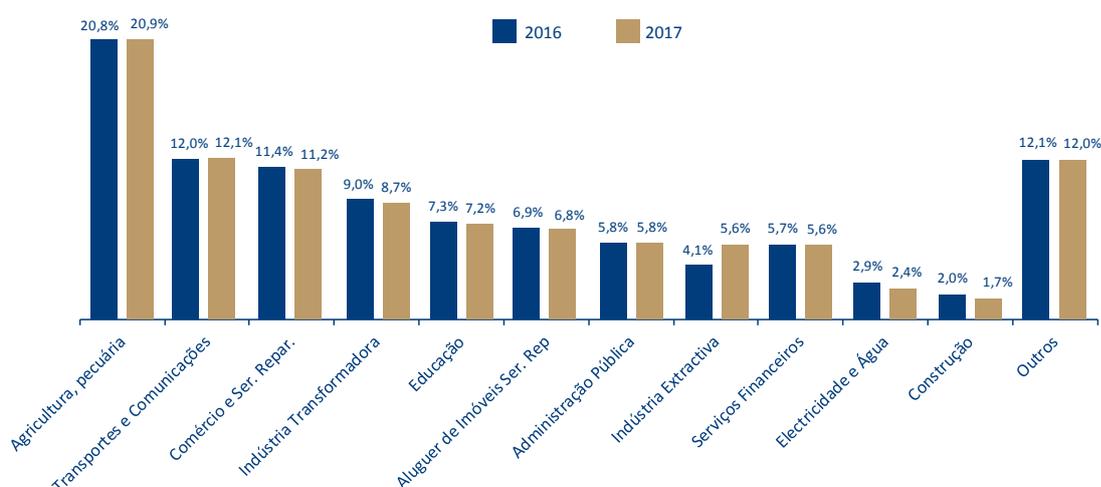
Quadro 6: Dinâmica da Produção Sectorial

Classes	Variação Anual (%)			Contribuição (pp)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Agricultura, pecuária	3,0	2,5	4,5	0,7	0,5	0,9
Pesca	4,5	3,6	2,6	0,1	0,1	0,0
Indústria Extractiva	22,5	15,6	40,8	0,7	0,6	1,7
Indústria Transformadora	9,0	3,9	0,3	0,8	0,3	0,0
Electricidade e Água	11,6	0,3	-7,8	0,1	0,3	-0,2
Construção	12,0	1,1	-12,4	0,3	0,0	-0,3
Comércio e Serviços	7,2	3,4	1,5	0,8	0,4	0,2
Hotelaria e Restaurantes	8,2	1,9	0,8	0,2	0,0	0,0
Transportes e Comunicações	4,6	1,2	4,3	0,6	0,2	0,6
Serviços Financeiros	5,9	4,6	1,1	0,3	0,3	0,1
Educação	7,4	7,4	2,6	0,5	0,5	0,2
Administração Pública	14,9	1,2	2,9	0,8	0,1	0,2
Outros Serviços	7,7	1,1	1,7	0,7	0,1	0,1
SIFIM	22,6	3,0	3,5	-0,6	-0,1	-0,1
Impostos s/ Produtos	4,2	9,2	3,8	0,4	0,8	0,3
PIB a preços de mercado	6,6	3,8	3,7	6,6	3,8	3,7

Fonte: INE

Em termos de estrutura do PIB, por ramos de actividade, a agricultura e pecuária em 2017 manteve a sua posição dominante na economia, conforme se observa no gráfico 2, ao ser responsável por 20,9% do produto global, seguido pelos transportes e comunicações (12,1%), comércio e serviços com (11,2%), indústria transformadora (8,7%) e aluguer de imóveis e serviços de reparação (6,8%). De realçar que a indústria extractiva foi o ramo de actividade cujo peso no PIB mais incrementou, ao passar de 4,1% para 5,6%.

Gráfico 2: **Estrutura do PIB por ramos de actividade**



Fonte:

2.2. Finanças Públicas

Em 2017 a gestão das finanças públicas decorreu num contexto em que a ajuda externa para apoio directo ao Orçamento do Estado continuou suspensa, o que requereu, por um lado, maior esforço na arrecadação de receitas e, por outro, cortes e eficácia na despesa corrente assim como adiamento de algumas despesas de investimento.

2.2.1. Execução Orçamental em 2017

A Lei Orçamental aprovada pela Assembleia da República previa para 2017 uma cobrança de receitas no valor global de 186.333 milhões de meticais, equivalentes a 23,2% do PIB projectado para o mesmo ano, sendo que, deste valor, 83,4% decorreria das receitas fiscais (impostos) e o remanescente das restantes categorias de receita.

Os resultados da execução orçamental mostram que a receita arrecadada em 2017 superou a previsão em 27.335 milhões de Meticais, a reflectir a cobrança de receitas extraordinárias de mais-valias no valor de 20.860 milhões de meticais, o que contribuiu para elevar o rácio de receitas totais sobre o PIB de 24% em 2016 para 26,5% em 2017. Do lado da Despesa, a Lei estabeleceu o limite de 249.486 milhões de meticais (31,1% do PIB), que foi ligeiramente superado ao registar o equivalente a 31,4% do PIB, a reflectir a rubrica dos empréstimos líquidos, que esteve acima da sua previsão, e as outras despesas que não estavam orçamentadas.

Quadro 7 : Orçamento do Estado e Execução

(milhões de meticais)	Realizado	Varição (%)	(% do PIB)		
	2017	2017	2016	Lei Orç. 2016	2017
Receitas Totais	213.668	29,0	24,0	23,2	26,5
Receitas Fiscais	173.399	25,2	20,1	19,4	21,5
Receitas Não Fiscais	4.447	73,9	0,4	1,2	0,6
Receitas Próprias	4.327	-35,0	1,0	1,0	0,5
Receitas de Capital	16.018	160,8	0,9	0,4	2,0
Receitas Consignadas	15.478	31,8	1,7	1,3	1,9
Despesas e Emp. Líq.	253.025	15,3	31,9	31,1	31,4
D. Corrente	147.977	3,9	20,7	19,5	18,4
D. Investimento	53.104	-12,4	8,8	10,0	6,6
Empréstimos Líq.	25.988	93,0	2,0	1,6	3,2
Outras Desp/Rec.	25956	-	0,4	-	3,2
Donativos	12.215	-17,7	2,2	1,7	1,5
Saldo antes Donativos	-39.357	-27,0	-7,8	-7,9	-4,9
Saldo após Donativos	-27.142	-30,6	-5,7	-6,1	-3,4

Fonte: MEF, 2018

A. Receita Pública

A receita total incrementou em termos nominais em 29% face a 2016, reflectindo, essencialmente, a entrada das receitas extraordinárias (mais-valias) no final do ano, que elevaram as receitas totais para 213.668 milhões de meticais (aumento de 2,5pp do seu peso no PIB). Em termos específicos, as receitas sobre o rendimento aumentaram para 97,578 milhões de meticais (+2.8pp do seu peso no PIB), enquanto as receitas sobre bens e serviços registaram uma ligeira redução em termos nominais (-0,4%) e -1.5 pp do seu peso no PIB, em linha com a fraca procura de bens e serviços observada ao longo do ano. O fraco desempenho da tributação de bens e serviços foi compensado pelas receitas de capital, consignadas e não fiscais que, em conjunto, tiveram um peso no PIB de 4,5%, mais 1,5pp em relação a 2016.

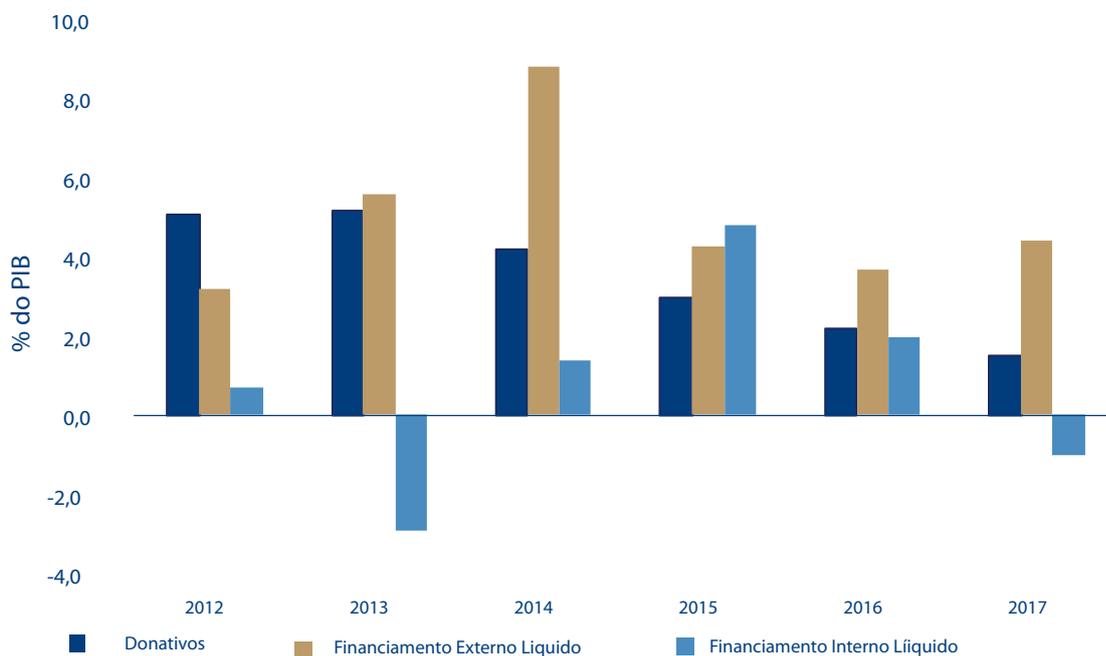
B. Despesa Pública

A despesa registou um aumento nominal de 15,3% face à execução de 2016, tendo, por seu turno, o seu peso no PIB reduzido em 50 pb, para 31,4% (acima da previsão em 30 pb). Em termos de componentes, a despesa corrente teve um crescimento moderado de 3,9% (-2,3 pp para 18,4% do seu peso no PIB), enquanto a despesa de investimento reduziu em 12,4% (-2.2pp para 6,6% do seu peso no PIB). No entanto, observa-se uma subida assinalável nas outras despesas, com um peso no PIB de 3,2% (0,4% em 2016), que pode reflectir o pagamento de despesas de exercícios findos (atrasados).

2.2.2. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

Em 2017, a execução orçamental resultou num défice público de 39.356 milhões de metcais, equivalentes a 4,9% do PIB, ainda assim, dentro do limite de 7,9% estabelecido na Lei Orçamental, devido, fundamentalmente, às entradas de impostos de mais-valias que não estavam previstas. Em relação a 2016, o défice, isolando as mais-valias, registou uma redução 30 pb ao situar-se em 7,5%, o que pode sinalizar o esforço do Governo para a consolidação fiscal.

Gráfico 3: Fontes de Financiamento do Déficit Fiscal



Fonte:

Para o financiamento do défice orçamental, o Estado recorreu às seguintes fontes:

- **Empréstimos Externos Líquidos:** 35.444 milhões de metcais (+9.859 milhões de metcais face a 2016), representando 4,4% do PIB. Em linha com o previsto, para o mesmo período e, +70 pb relativamente ao registado em 2016.
- **Donativos:** entrada de 12.215 milhões de metcais (menos de 2.628 milhões de metcais em relação a 2016), valor correspondente a 1,5% do PIB (-0,2 pp da previsão), depois de 2,2% do PIB em 2016. Deste montante, 7.008 milhões de metcais financiaram programas especiais e o remanescente (5.206 milhões de metcais) foi canalizado para projectos de investimento.
- **Financiamento interno líquido:** em resultado da entrada das receitas de mais-valias, em Dezembro de 2017, houve um aumento dos depósitos do Estado junto do sistema financeiro doméstico que resultou numa poupança líquida de 8.301 milhões de metcais.

Do gráfico 3 constata-se que os donativos já vinham reduzindo, mesmo antes da suspensão efectiva da ajuda directa ao orçamento do Estado, tendo o fluxo no ano sido de 12.214 milhões de meticais, enquanto os empréstimos externos totalizaram 35.444 milhões de meticais (4,5% do PIB), superando os montantes dos dois anos anteriores. Por seu turno, em 2017, à semelhança de 2013, ano em que também se registaram mais-valias, o Estado encerra o ano económico com uma poupança líquida de 8.302 milhões de meticais (1% do PIB).

2.3. Sector Monetário

Perante os sinais de reversão da pressão inflacionária manifestada nos dois anos anteriores, com pico em 2016, em 2017 o Banco de Moçambique iniciou um ciclo de afrouxamento gradual de alguns dos instrumentos política ao seu dispor, mantendo no entanto a restritividade monetária tendo em conta alguns dos riscos ainda prevaletentes, nomeadamente o relativo às finanças públicas (a nível doméstico) bem como os que diziam respeito à oscilação tanto do dólar americano como dos preços internacionais das mercadorias (a nível externo).

Nesta conformidade, a partir da segunda sessão do Comité de Política Monetária do ano, realizada em Abril, o BM foi anunciando reduções tanto das taxas de juro do MMI como do coeficiente de reservas obrigatórias.

Ao mesmo tempo, e tal como se descreve na Caixa nº1 abaixo, o BM foi introduzindo alterações estruturais no quadro da política monetária e cambial visando, não só maior transparência na formação das taxas de juro e de câmbio, assim como uma melhor percepção e eficácia da transmissão dos seus sinais e postura de política ao resto da economia.

Caixa 1: Medidas de Política Monetária e Cambial Tomadas pelo BM em 2016/2017

Contextualização

O principal objectivo da política monetária é a estabilidade de preços, medida por uma inflação baixa e estável, sem, no entanto, descurar dos objectivos de crescimento económico e de posição externa do país. É com base na evolução da inflação e ponderados outros factores da conjuntura macroeconómica interna e internacional que o Comité de Política Monetária (CPMO) decide sobre a postura da política monetária.

Tendo em conta o pico da pressão inflacionária em 2016 e visando restaurar a confiança dos agentes económicos e a credibilidade interna e externa, bem como repor a estabilidade macroeconómica, o Banco de Moçambique

implementou um conjunto de medidas restritivas com ênfase no choque imposto nas taxas de juro: +1350 pb e +1250 pb nas taxas de juro da facilidade permanente de cedência e facilidade permanente de depósito para 23,25% e 16,25%, respectivamente, dos quais 600 pb em Outubro/2016, que imediatamente inverteram o sentido da evolução da taxa de câmbio e mais tarde da inflação.

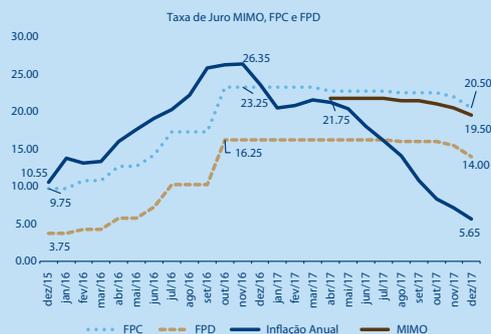
Os gráficos abaixo evidenciam a resposta da taxa de câmbio e da inflação, aos ajustes em alta nas taxas de juro do Banco de Moçambique, em 2016. Efectivamente, o agravamento das medidas restritivas em Outubro daquele ano teve impacto imediato na taxa de câmbio, que passou a ganhar terreno em relação às moedas dos principais parceiros comerciais, com destaque para o Dólar Americano e o Rand, resultando mais tarde no início do ciclo de abrandamento da inflação a partir de Dezembro, tendo atingido 5,65% em Dezembro de 2017.

Gráfico 1: **Evolução da Taxa de Câmbio**



Fonte: BM

Gráfico 2: **Evolução das Taxas de Juro no MMI**



Fonte: BM

Perante as projecções de descompressão da inflação para níveis de um dígito no curto e médio prazos, o BM através do seu CPMO iniciou, em Abril de 2017, o ciclo de relaxamento da restritividade da política monetária, criando espaço para reanimar a economia.

Medidas de Política Monetária e Cambial Implementadas em 2017

A. Medidas de Política Monetária

- Introdução em 15 de Abril, da taxa de juro do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (taxa MIMO). Trata-se da taxa de juro de referência de Política Monetária, ou seja, o principal sinalizador da postura do BM no Mercado Monetário Interbancário (MMI), em substituição das taxas de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e de Depósito (FPD) que

passam a desempenhar apenas a função de taxas penalizadoras. A taxa MIMO, que foi fixada em 21,75% aquando da sua introdução, foi sendo reduzida, em sessões posteriores do CPMO, até se posicionar em 19,5%, na última sessão do ano, correspondendo a uma queda de 225 pontos base;

- Redução da taxa de juro da FPC em 275 pontos base para 20,50% e da taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 225 pontos base para 14.0%;
- No âmbito da transição do regime de política monetária que incidia em metas quantitativas (variável operacional: base monetária) para um com enfoque no preço (taxa de juro como variável operacional), o CPMO decidiu também alterar, com efeitos a partir de 7 de Junho o regime de constituição de reservas obrigatórias de um regime diário para base média de 30 dias. Igualmente, decidiu reduzir o coeficiente de RO para passivos em moeda nacional e moeda estrangeira em 150 pontos base para 14%;
- Introdução do indexante único a partir do qual se forma a Prime Rate do sistema financeiro moçambicano através de um memorando rubricado entre o BM, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e demais instituições integrantes do sistema bancário nacional em 17 de Maio. De acordo com o memorando, a referida Prime Rate é a taxa única de referência para as operações de crédito do sistema financeiro moçambicano;
- Expansão da base de investidores no mercado primário de Bilhetes do Tesouro (BT), em 1 de Junho de 2017, passando a incluir:
 - Sociedades Correctoras e Sociedades Financeiras de Corretagem;
 - Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Investidores;
 - Empresas Seguradoras inscritas na Inspeção Geral de Seguros; e
 - Outras instituições financeiras autorizadas pelo BM.

B. Medidas de Política Cambial

- Introdução, a partir de 3 de Abril, da taxa de câmbio de referência do mercado cambial moçambicano (resultante das médias das taxas de câmbio que os bancos praticam com a sua clientela) bem como, do princípio de unicidade das taxas de câmbio;
- Introdução do novo regulamento da Lei Cambial, em Dezembro de 2017 que preconiza, entre outros, a eliminação da obrigatoriedade de conversão imediata de 50% das receitas de exportação (Aviso 20/GBM/2017).

2.3.1. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário (MMI)

O ano de 2017 foi caracterizado, pelo aumento do volume de transacções no mercado primário, com os bancos a revelarem maior preferência por Bilhetes do Tesouro (BT) com prazos mais longos, a reflectir expectativas de maior desaceleração da inflação. Com efeito, as intervenções do BM, através dos leilões de BT, resultaram na retirada líquida de 41.119 milhões de meticais, aumentando a sua carteira para 93.956 milhões de meticais, dos quais 81,3% aplicados no prazo de 364 dias (Quadro 8). Entretanto na sequência da abertura das emissões primárias a outros intervenientes (vide Caixa nº1), a carteira de BT tomados pelas instituições financeiras não monetárias totalizou 3.514 milhões de meticais, distribuídos da seguinte forma: 1.163 milhões de meticais no prazo de 182 dias e 2.351 milhões no prazo de 364 dias.

Nas operações por iniciativa dos bancos comerciais foi aplicada na FPD um valor médio diário de 5.313 milhões de meticais, após 467 milhões de meticais em 2016. Este aumento, associado ao maior volume de aplicações na Reverse Repo (em média 18.913 milhões de meticais), revela que o sistema bancário esteve mais longo em 2017 relativamente ao ano anterior. Por seu turno, os valores accionados na janela da FPC foram insignificantes. Refira-se que, a partir de Outubro de 2016, o BM limitou o acesso a esta facilidade a duas vezes por semana.

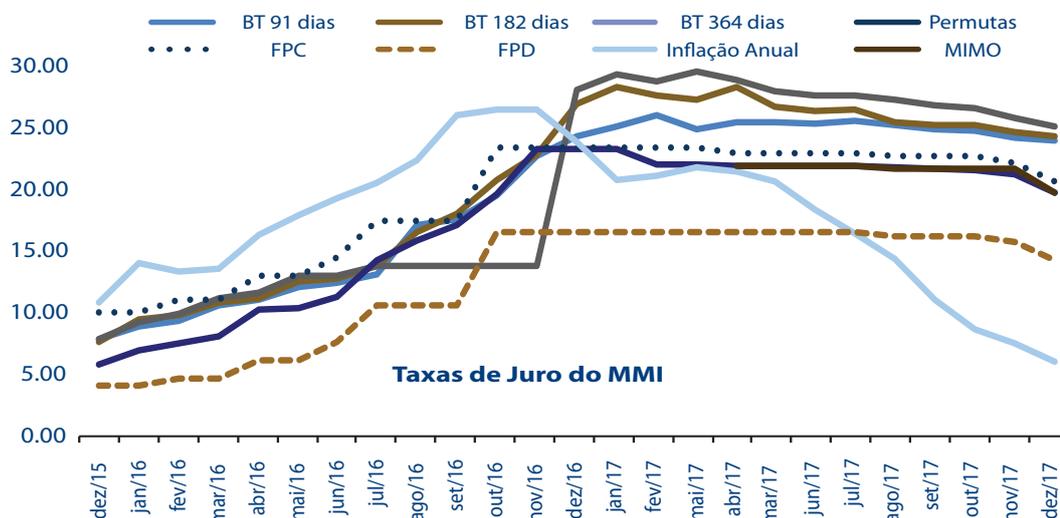
Quadro 8: **Operações do MMI e Taxas de Juros**

	2015	2016	2017
Bilhetes do Tesouro em Carteira (milhões de MT)			
BTs-91 dias	4.756	13.835	1.511
BTs-182 dias	15.525	13.990	13.214
BTs-364 dias	16.022	6.810	79231
Total	36.303	34.635	93.956
FPC	381	102	116
FPD	171	467	5.313
Permutas	559	91	
Taxas de Juro (%)			
MIMO	-	-	19,50
FPC	9,75	23,25	22,00
FPD	3,75	16,25	15,00
BTs -91 dias	8,50	24,15	23,75
BTs-182 dias	7,40	26,85	24,17
BTs-364 dias	7,55	28,00	24,98
Reverse Repo	6,73	20,02	21,00
Permutas	5,40	23,16	20,93

Fonte: BM

A reflectir a redução da taxa MIMO, as demais taxas de juro praticadas no MMI, nomeadamente, a *reverse repo*, BT e permutas seguiram a mesma tendência, conforme se observa no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4: **Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**



B. Taxas de Juro a Retalho

As taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais nas transacções com os seus clientes mantiveram-se rígidas, com a taxa de juro média para os empréstimos com maturidade de um ano a situar-se nos 28,56% (27,02% e Dezembro de 2016). Nos quatro maiores bancos observou-se o mesmo cenário, tendo sido a sua média de 28%.

Por seu turno, e no quadro da melhoria da transparência no processo de formação das taxas de juro a retalho, passou a vigorar, desde Junho de 2017, uma única taxa de juro prime, para todos os bancos comerciais que operam no território nacional, indexada à MIMO e às operações *overnight* no MMI (vide Caixa 1). A *Prime Rate* única do sistema bancário, que no momento da sua introdução foi fixada em 27,75%, reduziu para 27,25% em Dezembro de 2017, reflectindo o ajustamento em baixa da taxa MIMO.

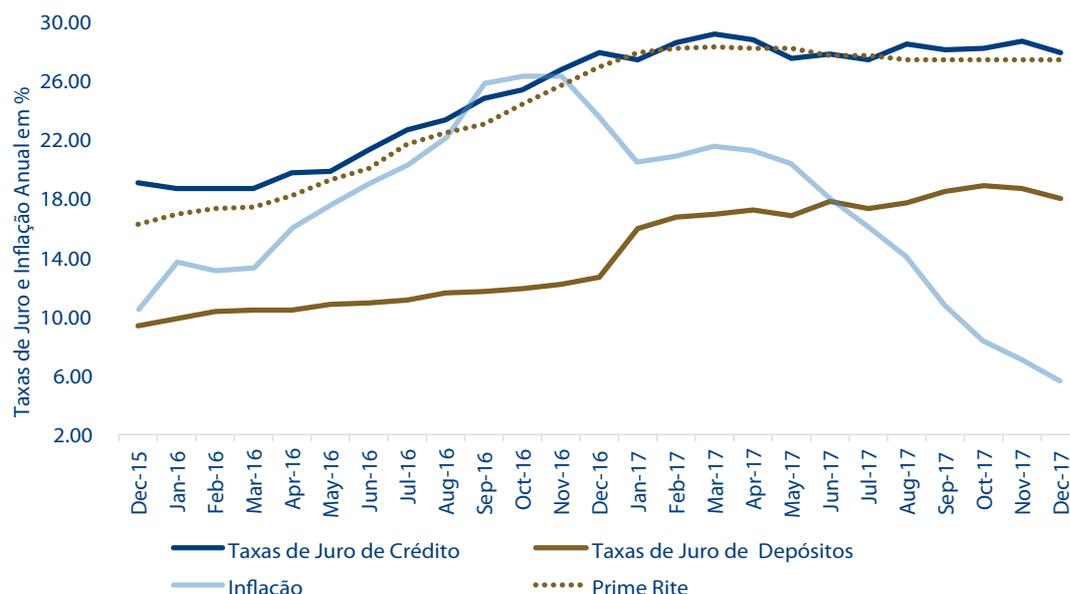
Quadro 9: **Taxa de Juro a Retalho**

	Dez-2015	Dez-2016	Dez-2017
<i>Activas (1 Ano)</i>			
Média	19,10	27,97	28,56
Quatro maiores IC's	16,24	27,02	28,00
Restantes IC's	21,96	28,02	28,2
<i>Passivas (1 Ano)</i>			
Média	9,37	12,65	18,04
Quatro maiores IC's	9,03	12,54	19,50
Restantes IC's	9,71	12,76	17,00
<i>Prime (1Ano)</i>			
Média	16,17	26,70	27,25

Fonte: BM

Nas taxas de juro passivas, registaram-se incrementos, tendo os depósitos a prazo de um ano sido remunerados à taxa de 18,04% em Dezembro de 2017, mais 6,6 pp em relação a média de Dezembro de 2016. Este aumento reflecte o esforço dos bancos na captação de depósitos, o que contribuiu para reduzir o diferencial entre a taxa de juro activa e passiva em 4,89 pp para 10,52%.

Gráfico 5: **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação**



Fonte: BM

2.3.2. Agregados Monetários e Creditícios

Em 2017 os agregados monetários e creditícios evoluíram em linha com o crescimento moderado da economia, num contexto de ganhos nominais do Metical, que contribuiu para refrear o crescimento da massa monetária (Quadro 10).

Quadro 10: **Agregados Monetários e Impacto Cambial**

Valores em milhões de meticais		
	2016	2017
Varição da BaM	26.000 (35%)	4.657
Impacto da alteração do Coef. de RO	17.721	
Cambial Cambial	909	-3.667
Impacto Cambial (em%)	3,5%	-
Varição da Massa Monetária (M3)	+33.700 (10,1%)	+16.966 (4,6%)
Var. NMC	+6.248	+33
Var. Depósitos Totais	+27.452	+16.963
Var. Depósitos em MN	-332	+31.175
Var. Depósitos em ME	27.7786	-14.242
Impacto Cambial	+46.671	-20.967
Var dos Depósitos em USD	-292	+114
Varição do Crédito à Economia	+29.033 (12,5%)	-35.403(-13,6%)
Impacto Cambial	+23.982	-11.325

Fonte: BM

2.3.3. Base Monetária (BaM)

A Base Monetária (BaM), variável constituída pelas notas e moedas em circulação fora do BM e pelos depósitos dos bancos comerciais no Banco de Moçambique, incrementou em 4.657 milhões de meticaís (4,7%), distribuídos da seguinte forma: (i) numerário em circulação fora do BM (+1.834 milhões de meticaís: 3,9%); (ii) depósitos em moeda nacional (6.153 milhões de meticaís: 18,8%); e (iii) depósitos em moeda estrangeira (-3.331 milhões de meticaís: 17%). Com esta variação o saldo da BaM fixou-se em 89.277 milhões de meticaís.

Os principais factores que alimentaram o crescimento da BaM foram a injeção de liquidez pelo Estado no montante de 25.405 milhões de meticaís e as compras líquidas de divisas pelo BM no MCI no contravalor de 45.699 milhões de meticaís.

2.3.4. Massa Monetária

A massa monetária (M3)¹ registou, no final de 2017, um saldo de 384.133 milhões de meticaís, mais 16.966 milhões de meticaís (4,6%) em relação ao de Dezembro de 2016 (10,1%). Esta variação é justificada pelo aumento dos depósitos em moeda nacional (+31.175 milhões de meticaís), e dos depósitos em moeda estrangeira (+USD 114 milhões), que, no entanto, representam uma redução de 14.242 milhões de meticaís, quando convertidos para Meticaís, a reflectir o impacto da apreciação da moeda nacional, avaliado em -20.967 milhões de meticaís.

Quadro 11: **Evolução dos Depósitos Totais**

	Saldo	Estrutura		Variação Anual	
	(10 ^{^6} Meticaís)	2016	2017	Nominal	%
	2017			(10 ^{^6} Meticaís)	
Depósitos Totais	347.827	100%	100%	16.933	5,1%
Meticaís	248.086	65,5%	71,3%	31.201	14,3%
Empresas	105.425	28,1%	30,3%	12.517	-13,4%
Administração Central e Local	1.318	0,3%	0,4%	235	21,6%
Outros Sectores Residentes	141.343	37,1%	40,6%	18.449	15,0%
Moeda Estrangeira	97.712	38,8%	28,1%	-14.242	-12,7%
Empresas	65.323	21,6%	18,8%	-6.024	-8,4%
Administração Central e Local	61	0,3%	0,0%	-999	-94,2%
Outros Sectores residentes	32.328	12,0%	9,3%	-7.219	-18,3%
Depósitos à Ordem	209.072	62,6	59,5%	1.832	+0,8%
Depósitos à Prazo	138.755	37,4	39,8%	15.101	+12,2%

Fonte: BM 2017

A desagregação dos depósitos por titularidade mostra que tanto as empresas, como as famílias e outros sectores residentes, aumentaram os titulados em moeda nacional em 13,5% e 15,0%,

¹ Somatório das notas e moedas fora do sistema bancário e dos depósitos das famílias e empresas não financeiras, denominados em meticaís e em moeda estrangeira.

respectivamente, atraídos pela recuperação do Metical que se verificou ao longo do ano, num contexto em que a desaceleração da inflação contribuiu para aumentar a confiança dos agentes económicos.

Na componente em moeda estrangeira, pelas mesmas razões acima descritas, verificou-se uma redução em todos os sectores, com os outros sectores a desfazerem-se das suas poupanças em USD na magnitude de 18,3%, e as empresas em 8,4%. Assim, os depósitos em meticais aumentaram o seu peso no total de depósitos em 5,8 pp para 71,3% em Dezembro de 2017, contra a redução dos constituídos em USD para 28,1%.

Quadro 12: **Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)**

	Fluxo Anual 2016	Fluxo Anual 2017
CE em MN	11.811	-23.713
Governo, Liq	28.696	19.585
Compensação/STF	32.088	25.405
Depósitos MN nas IC	-4.768	-6.462
Numerário no BM	1.376	642
Vendas de divisas das IC ao Público, liq.	-31.641	22.658
USD	-502	356,8
Impacto Cambial	46.671	-20.967
Outros, liq.	-21.837	25.267
M3	33.700	22.830

Fonte: BM

O incremento da massa monetária em 2017 é justificado, do ponto de vista de factores de criação monetária, pelos pagamentos líquidos do Estado à economia (+19.585 milhões de meticais) e pelas compras de divisas pelos bancos comerciais junto dos seus clientes no contravalor de 22.658 milhões de meticais que, no entanto, foram amortecidos pelo impacto da apreciação do Metical sobre os depósitos em moeda estrangeira (-20.967 milhões de meticais) e pela redução do crédito ao sector privado em 23.713 milhões de meticais.

2.3.5. Crédito à Economia

A. Concedido pelo Sistema Bancário Interno

Depois de em 2016 ter desacelerado para 12,5%, em 2017 o financiamento líquido à economia reduziu em 35.403 milhões de meticais (-13,6%) para um saldo de 225.161 milhões de meticais, o que representa a uma amortização líquida. A contracção do crédito à economia continua sendo justificada entre outros, pela postura restritiva da política monetária, que se manteve em 2017 e resultando na fraca apetência dos bancos comerciais em conceder crédito à sua clientela. Em termos do peso no PIB, o rácio reduziu de 36,8% em 2016 para 28,1% em 2017.

Desagregando o crédito por moedas, constata-se que a componente em moeda estrangeira incrementou em USD 11,4 milhões, no entanto, convertido para moeda nacional representa um decréscimo de 10.624 milhões de meticais, devido à apreciação do Metical face ao Dólar que teve

um impacto cambial de -11.325 milhões de meticais. Ainda assim, o seu peso no total do crédito manteve-se em torno de 23%. Por seu turno, a componente em moeda nacional foi a que mais contribuiu para a redução do crédito ao sector privado, com uma variação de -24.750 milhões de meticais (-12,3%), após 6,2% em 2016.

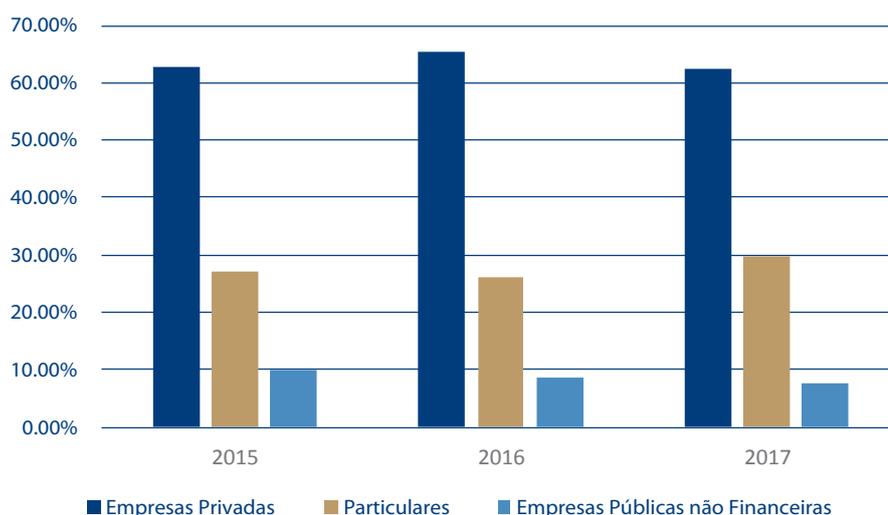
Quadro 13: **Evolução do Crédito à Economia**

	Saldo	Peso no Total (%)		Variação Anual	
		2017	2016	2017	Nominal
Crédito Total	225.681	100	100	-35.403	13,6
Meticais	175.860	76,8	77,1	-24.750	-12,3
Moeda Estrangeira	49.821	23,2	22,9	-10.654	-17,6
Moeda Estrangeira (USD)	844	-	-	+11,4	+1,4
Impacto Cambial	-11.325	9,2	31,9		
Saneamentos	14.628				
Total com Saneamentos	240.309				
Beneficiários do Crédito					
Sector Privado	141.249	65,5	62,6%	-29.633	-17,3
Sector Público não Financeiro	17.327	8,5	7,7%	-4.891	-22,0
Outros	67.105	26,0	29,7%	-880	-1,3

Fonte: BM

Em termos de sectores institucionais, o sector empresarial privado foi o que mais se ressentiu das condições monetárias restritivas, ao registar um decréscimo de 2,9 pp do seu peso no total do agregado, para 62.6%.

Gráfico 6: **Crédito Por Sectores Institucionais**

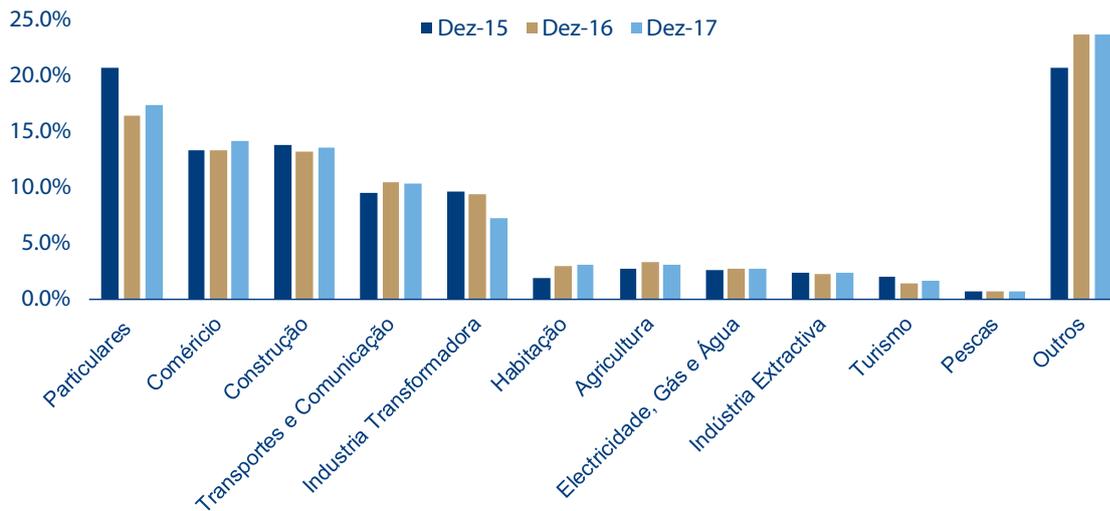


Fonte: BM

Em termos de distribuição do crédito por sectores de actividade económica, os particulares continuam a deter a maior porção com 17%, seguido pelo comércio (14,1%), construção (13,6%), e transportes e comunicações com 10,4%. Por outro lado, destaca-se a queda do peso da Agricultura em 40 pb para 3% e da indústria transformadora em 210 pb para 7,3% (Gráfico 9).

Adicionalmente, o sector privado recebeu financiamento externo no valor de USD 920 milhões, tendo, no entanto, efectuado pagamentos de capital e de juros na ordem de USD 876 milhões e USD 45,6 milhões, respectivamente, o que resultou em reembolsos líquidos de USD 1,6 milhões.

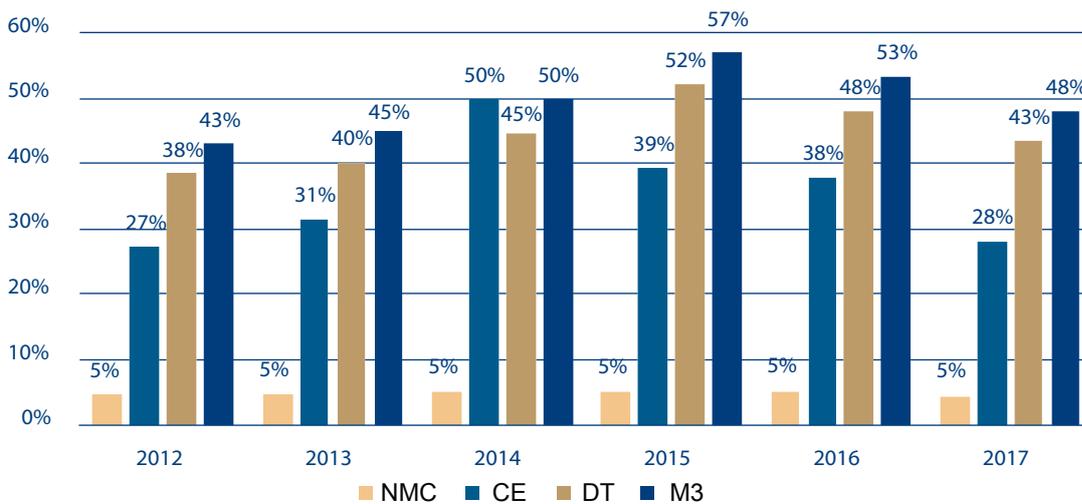
Gráfico 7: **Crédito por Sector de Actividade (Estrutura)**



A. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

Os indicadores de aprofundamento financeiro em 2017, medidos pela proporção dos agregados de moeda e de crédito no PIB, continuaram a decrescer, a reflectir a restritividade da política monetária, sendo de destacar os depósitos totais (DT) e o M3 (Gráfico 8).

Gráfico 8: **Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)**



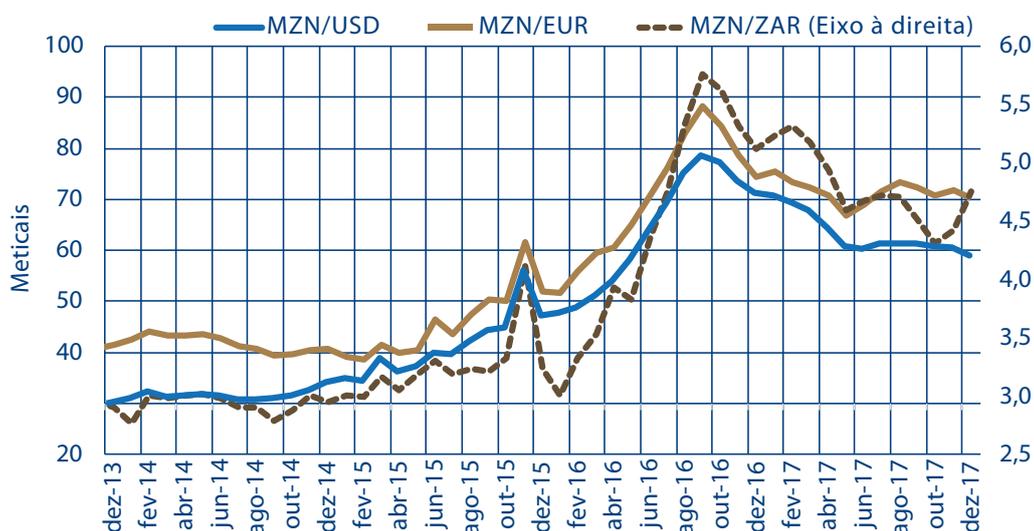
Fonte: BM

2.4. Sector Externo

2.4.1. Taxas de Câmbio

Em 2017, o Metical registou ganhos nominais face às principais moedas transaccionadas no mercado cambial doméstico (Gráfico 5) tendo, em termos anuais, nas transacções entre os bancos e os seus clientes, apreciado em 17,4% face ao Dólar dos EUA, 5,7% em relação ao Euro e 7,0% face ao Rand, após ter depreciado no ano anterior, face às mesmas moedas, em 50,8%, 43,5% e 58,5%, respectivamente. No final do ano, o Dólar dos EUA esteve cotado a 58,88 meticais, o Euro a 70,22 meticais e o Rand a 4,76 meticais.

Gráfico 9: **Evolução das Taxas de Câmbio Nominais nos Bancos Comerciais**



Fonte: BM

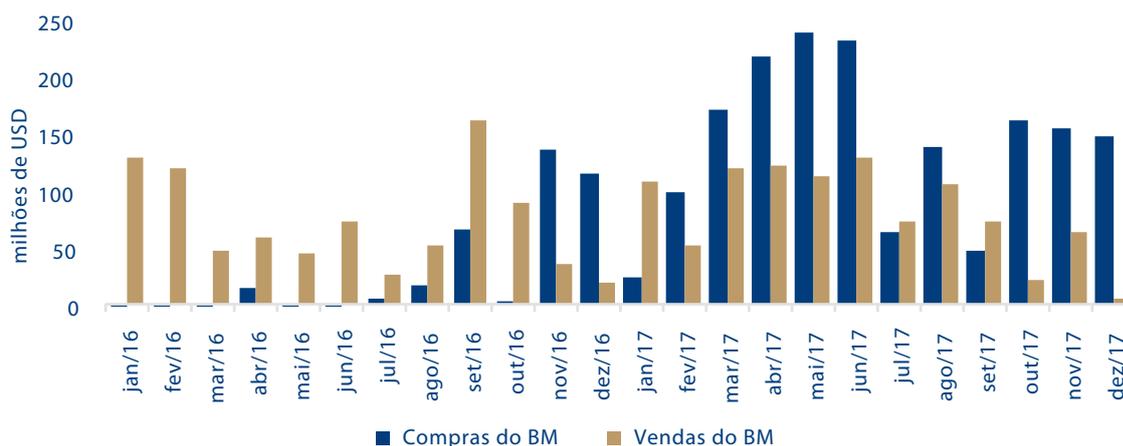
Importa referir que a tendência de ganhos nominais do Metical teve o seu início no último trimestre de 2016, na sequência das fortes medidas de restrição das condições de liquidez tomadas pelo CPMO, em Outubro do mesmo ano. Estas medidas, cujo impacto se prolongou em 2017, foram acompanhadas por uma melhoria do défice da conta corrente, mercê do bom desempenho das exportações, sobretudo as relativas aos grandes projectos, num contexto em que as importações continuaram retraídas, o que permitiu o aumento da disponibilidade de divisas no mercado nacional.

A. Operações no Mercado Cambial

No Mercado Cambial Interbancário (MCI), em 2017, o volume de transacções com o BM totalizou USD 2.685 milhões, o equivalente a um aumento de USD 1.467 milhões face a 2016. O montante transaccionado em 2017, representa compras líquidas do BM de USD 710 milhões (vendas líquidas

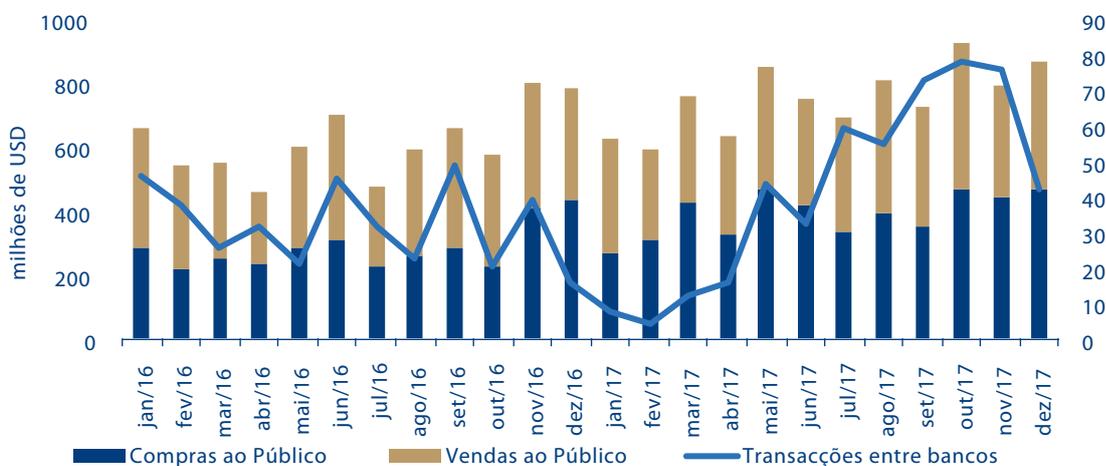
de USD 503 milhões em 2016), o que contribuiu para a acumulação das Reservas Internacionais Líquidas, tendência que tem vindo a registar-se desde o último trimestre de 2016, num contexto de apreciação da moeda doméstica (Gráfico 10).

Gráfico 10: **Volume de Compras e Vendas do BM no MCI**



No segmento das operações entre os bancos comerciais e a sua clientela, o fluxo de divisas aumentou em 2017, com as instituições de crédito a incrementarem a sua liquidez em moeda externa, num cenário de um expressivo aumento das exportações e um crescimento ténue das importações. Com efeito, os bancos venderam USD 4.339 milhões (USD 3.956 milhões em 2016) e compraram USD 4.695 milhões (USD 3.454 milhões em 2016). No mesmo período, nas operações interbancárias, o volume de divisas transaccionadas incrementou em USD 112 milhões, face ao ano anterior (Gráfico 11).

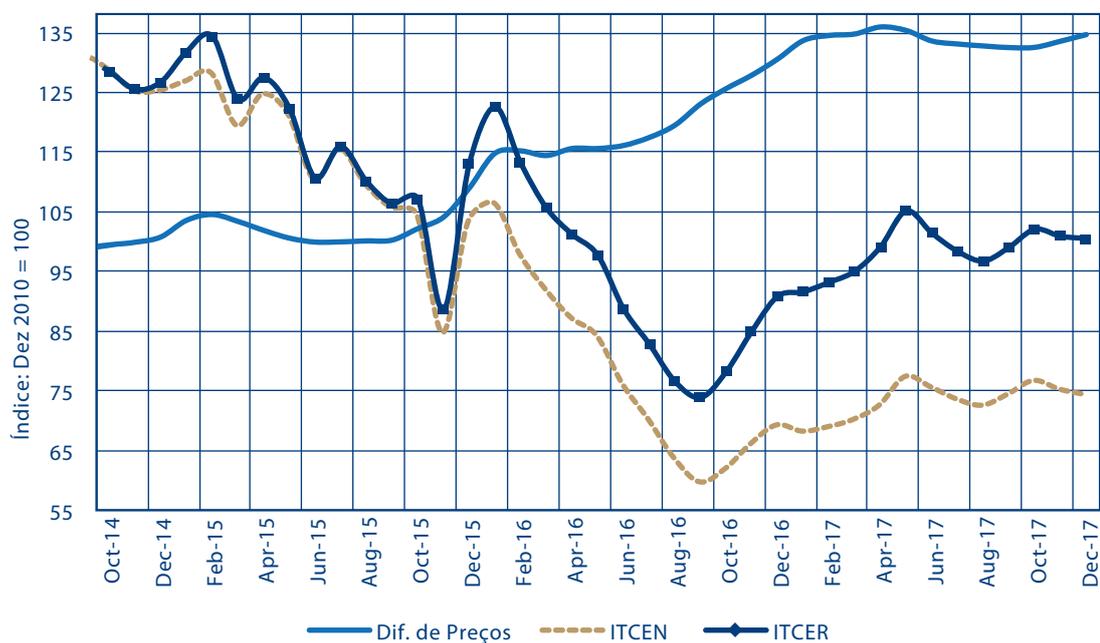
Gráfico 11: **Volume de Transações entre os Bancos e o Público**



2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para avaliar a competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis quando colocados no mercado internacional – registou uma apreciação efectiva anual de 10,9% em 2017, após ter depreciado 19,6% em 2016 (Gráfico 12).²

Gráfico 12: **Evolução do ITCER (Mensal)**



A apreciação efectiva nominal do Metical face às moedas dos principais parceiros em 7,3% (depreciação de 32,9% em 2016) conjugada com o ligeiro aumento do diferencial entre os preços internos e os dos parceiros comerciais (3,3%), determinou a apreciação do ITCER, em 2017.

2.4.3. Balança de Pagamentos

A. Conta Corrente

Em 2017, o défice em conta corrente reduziu em USD 1.288 milhões, passando para USD 2.558 milhões (20,3% do PIB, após 35,0% em 2016), em face da melhoria do desempenho da conta parcial de bens, propiciada, maioritariamente, pelo aumento das exportações em USD 1.397 milhões (42,0%), dos quais USD 1.306 milhões corresponderam aos grandes projectos.

²Seguindo as práticas internacionais, na construção do ITCER a taxa de câmbio é expressa como unidades de moeda estrangeira por unidade de moeda nacional, sendo que um aumento significa apreciação da moeda nacional.

A nível dos produtos de exportação, o destaque vai para o carvão, cuja receita mais que duplicou, ao passar de USD 719 milhões em 2016, para USD 1.687 milhões. Este desempenho é explicado pelo efeito conjugado do aumento das quantidades exportadas e do preço desta matéria-prima, no mercado internacional. As exportações de alumínio aumentaram em USD 309 milhões, face a igual período do ano anterior, passando para USD 1.196 milhões, enquanto as de gás natural incrementaram em USD 83 milhões, passando para USD 360 milhões.

Do lado das importações, evidencia-se o aumento das dos sectores tradicionais de USD 529 milhões, donde se destaca as de combustíveis (+ USD 192 milhões), seguido de energia elétrica (USD 68,7 milhões) e alumínio bruto (USD 22,4 milhões). As importações de bens de capital foram as que mais reduziram no período (USD -203,4 milhões), seguidas das de material de construção, excluindo cimento (USD -24,4 milhões) e automóveis (USD -25 milhões).

No mesmo período, à semelhança da conta de bens, o défice da conta de serviços reduziu para USD 2.331 milhões (18,5% do PIB), após USD 2.701 milhões (17,8% do PIB) em 2016, reflectindo a diminuição de pagamentos de serviços de não residentes em USD 249,5 milhões, num contexto em que as receitas provenientes de serviços prestados a não residentes incrementou em cerca de USD 217 milhões.

Contrariamente às contas de bens e de serviços, o défice dos rendimentos primários deteriorou ao aumentar em aproximadamente USD 151 milhões, como resultado do incremento dos pagamentos de responsabilidades externas no valor de aproximadamente USD 125 milhões, agravado pela redução dos rendimentos dos activos financeiros do País sobre os não-residentes de USD 34 milhões. Entretanto, a conta dos rendimentos secundários registou uma ligeira melhoria ao subir USD 162 milhões, explicada, essencialmente, pelo aumento dos activos sobre não residentes de USD 196 milhões, reflectindo, em parte, a entrada de fundos a favor do Governo Central, ocorrida no último trimestre do ano, de USD 352 milhões relativos às mais-valias resultantes da tributação da operação da transação de participações no Bloco 4, na Bacia do Rovuma (Quadro 14).

Quadro 14: **Balança de Pagamentos (em milhões de USD)**

	2017			Variação (2016 - 2017)			
	Exc.GP	GP	Inc. GP	Exc.GP	GP	Inc. GP	Var (%)
Conta Corrente	-3.660	1.102	-2.558	-318	1.606	1.288	-33,5
Saldo de Bens	-3.484	2.986	-498	-437	1.344	907	-64,6
Exportações	1.007	3.719	4.725	92	1.306	1.397	42,0
Importações	4.490	733	5.223	529	-39	490	10,4
Saldo de Serviços	-503	-1.828	-2.331	112	258	370	-13,7
Saldo de Rend. Primários	-378	-34	-412	-166	15	-151	58,0
Saldo de Rend. Secundário	705	-22	683	174	-12	162	31,2
Conta Capital	196	0	196	-10	0	-10	-5,0
Conta Financeira	4.528	-1.073	3.455	1.797	-1.548	249	7,8
dos quais							
IDE	1.381	938	2.319	-390	-420	-809	-25,9
Outro Investimento	3.132	-1.984	1.147	2.047	-1.137	910	
Saldo Global	-1.091	0	-1.091	-1.553	0	-1.553	

Fonte: BM

B. Conta Financeira

Em 2017, os recursos financeiros para o financiamento da conta corrente aumentaram ligeiramente (USD 249 milhões), comparativamente ao ano anterior, como resultado do incremento dos outros investimentos em activos, em USD 910 milhões, uma vez que o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) que no passado constituía a principal fonte de financiamento reduziu substancialmente (USD 809 milhões).

No ano de 2017, o financiamento externo da economia moçambicana aumentou e superou o défice resultante das transacções comerciais realizadas entre residentes e o resto do mundo em USD 1,158.1 milhões, o que contribuiu para que o saldo global da balança de pagamentos fosse positivo em USD 1.553 milhões, facto que permitiu a constituição das RIL.

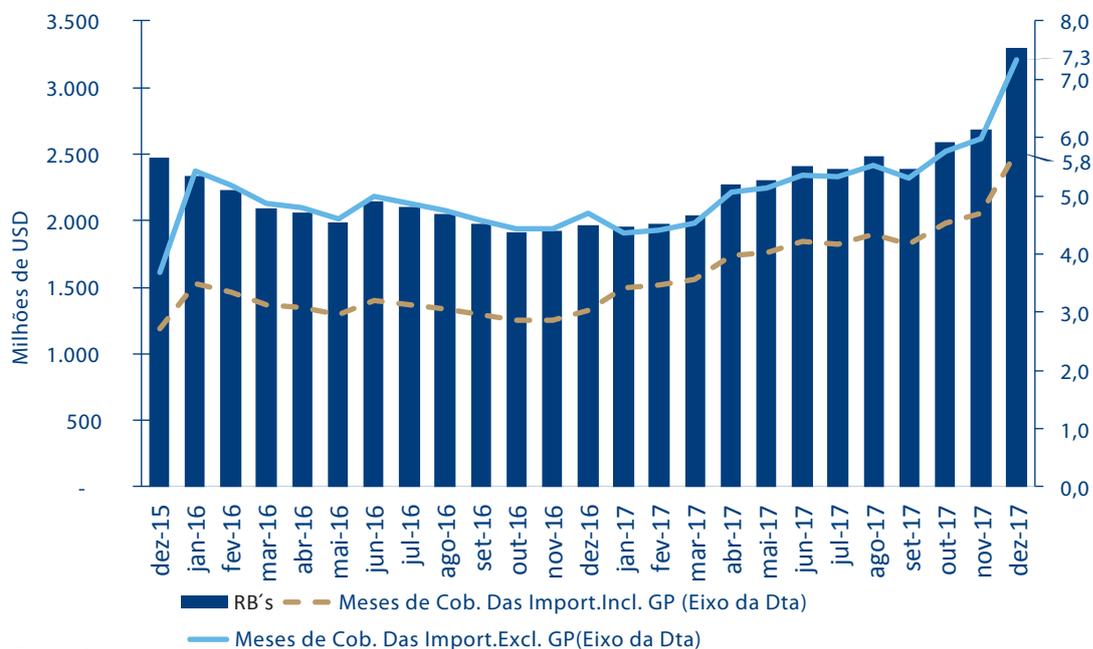
2.4.4. Reservas Internacionais Líquidas

No fecho de 2017, o saldo das reservas internacionais líquidas (RIL) situou-se em USD 3.062 milhões, equivalente a uma constituição de USD 1.335 milhões no ano, após uma redução de USD 204 milhões em 2016. Assim, o saldo das reservas brutas foi de USD 3.299 milhões, equivalentes a 7,3 meses de cobertura das importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos (4,8 meses em Dezembro de 2016), (Gráfico 12).

O incremento das RIL em 2017 foi explicado, fundamentalmente, pelos seguintes factores:

- Compra líquida de divisas pelo Banco de Moçambique no valor de USD 660 milhões;
- Entrada líquida de fundos externos para projectos do Estado no valor de USD 715 milhões; e
- Ganhos cambiais potenciais no valor de USD 50,6 milhões.

Gráfico 13: Reservas Internacionais Líquidas



Fonte: BM

Refira-se, no entanto, que os movimentos acima arrolados foram, essencialmente, amortecidos pelo serviço da dívida externa no valor de USD 260,5 milhões.



SISTEMA FINANCEIRO



3



Nota Introdutória

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos em matéria de Regulamentação, Licenciamento e Supervisão e avalia os riscos e tendências do sistema bancário com vista a promover uma percepção sobre a estabilidade do sistema financeiro moçambicano. O relatório pretende igualmente promover a transparência e potenciar o entendimento público sobre o sistema bancário nacional.

A análise do desempenho do sistema bancário teve como base a informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique, incluindo as alterações ocorridas até finais de Março de 2018.

Este capítulo compreende cinco secções. A primeira secção compõe a nota introdutória, a segunda apresenta as actividades desenvolvidas no âmbito do licenciamento e supervisão fazendo uma breve análise do sector bancário em Moçambique. Na terceira secção apresenta-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere ao balanço, solvabilidade e rendibilidade. A secção a seguir faz uma breve descrição do mercado imobiliário, destacando-se as operações da bolsa de valores. A última secção transcreve a função da supervisão comportamental destacando a sua actuação em matéria de educação financeira e pedido de reclamações de clientes.

2. Sector Bancário em Moçambique

2.1. Evolução do número de instituições sob supervisão do BM

Em 2017 o número de bancos, sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito, instituições de moeda electrónica, casas de câmbios e sociedades administradoras de compras em grupo manteve-se inalterado face a 2016. Os operadores de microcrédito incrementaram de 466 para 608, tendo acontecido o oposto em relação aos microbancos e cooperativas de crédito, que reduziram de 10 para 9 e de 9 para 8, respectivamente (Vide o quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)**

Tipo de Instituição	2017	2016	2015	2014	Varição 2017/16
Bancos	19	19	19	18	0
Microbancos	9	10	11	10	-1
Cooperativas de Crédito	8	9	9	8	-1
Sociedades de Investimento	2	2	2	3	0
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	2	2	2	2	0
Instituições de Moeda Electrónica	3	3	2	2	0
Sociedades de Capital de Risco	1	1	1	2	0
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	1	0
Casas de Câmbio	14	14	14	18	0
Organizações de Poupança e Empréstimo	12	12	12	12	0
Operadores de Microcrédito	608	466	351	285	142

Fonte: Banco de Moçambique - DILI/DRL

Importa referir que durante o ano de 2017 foi licenciado um conjunto de instituições que se espera iniciarem as suas actividades durante o ano de 2018, nomeadamente:

- Três (3) Microbancos, sendo dois (2) do tipo caixa Geral de Poupança de Crédito, com sedes nas cidades de Nampula e Maputo e o terceiro do tipo Caixa Financeira Rural, com sede no distrito de Matutuíne;
- Três (3) Casas de Câmbio, com sedes nas Cidades de Maputo e Matola;
- Uma (1) Sociedade Correctora sediada na Cidade de Maputo;
- Uma (1) Central de Informação de Crédito de Gestão Privada.

No que tange à estratégia de expansão das agências para os distritos, verificou-se que dos setenta e nove (79) distritos com potencialidades económicas e infra-estruturais (cobertura de rede eléctrica, estradas e meios de telecomunicação) e desprovidos de serviços financeiros elegíveis à instalações de agências bancárias, conforme previsto no Aviso nº 01/GBM/2015, de 22 de Abril, vinte e cinco (25) já possuem agências bancárias¹.

¹ Lago, Mecanhelas, Chiúta, Mutarara, Balama, Nangade, Maganja da Costa, Mopeia, Namacurra, Chicualacuala, Mabalane, Morrumbene, Mabote, Panda, Moma, Ribaué, Gondola, Guro, Mossurize, Vanduzi, Chemba, Chibabava, Muecate, Rapale e Murrupula.

Em relação aos agentes bancários, dos dezanove (19) bancos em actividade, cinco (5)² já terceirizaram parte dos seus serviços financeiros por via deste segmento.

Apesar do crescimento do número de agências de bancos em distritos outrora desprovidos de serviços financeiros, também houve encerramento de algumas agências de bancos, sem, no entanto, influenciar a oferta de serviços financeiros às populações.

No que respeita as novas agências, contribuíram para o crescimento global a Cidade de Maputo em 3 e as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Inhambane em 3, 2 e 2 agências respectivamente, seguidas pela província de Gaza, Zambézia e Niassa com 1 agência cada (Quadro 2).

Quadro 2: **Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento**

Província	2017	2016	2015	2014	Varição 2017/16
Cidade de Maputo	221	218	212	210	3
Província de Maputo	79	79	72	68	0
Gaza	34	33	33	36	1
Inhambane	38	36	34	32	2
Sofala	55	55	54	49	0
Manica	32	32	28	30	0
Tete	41	41	40	43	0
Zambézia	31	30	28	29	1
Nampula	74	72	67	71	2
Cabo-Delgado	34	31	30	28	3
Niassa	20	19	18	16	1
Total	659	646	616	612	13

Fonte: Banco de Moçambique – DILI/DRL

2.2. Contencioso

Em 2017 o Banco de Moçambique (DSP) instaurou quarenta e quatro (44) processos contravencionais contra Instituições de crédito, que culminaram com a aplicação de multas totalizando o montante de 161.290.000,00 Meticais. Refira-se que em 2016 o número de processos de contravenções foi de trinta e cinco (35).

As infracções cometidas em 2017 estiveram relacionadas com o incumprimento da Lei de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, incumprimento da Lei Cambial, incumprimento de determinações do Banco de Moçambique, assim como de recomendações de inspecção, incumprimento dos rácios e limites prudenciais, incumprimento dos prazos de remessa de informação e reportes diversos, entre outros.

² Banco Internacional de Moçambique, S.A, Banco Comercial e de Investimentos, S.A, Moza Banco, S.A, Banco Terra, S.A. e Banco Letshego SA

3. Desempenho do Sistema Bancário

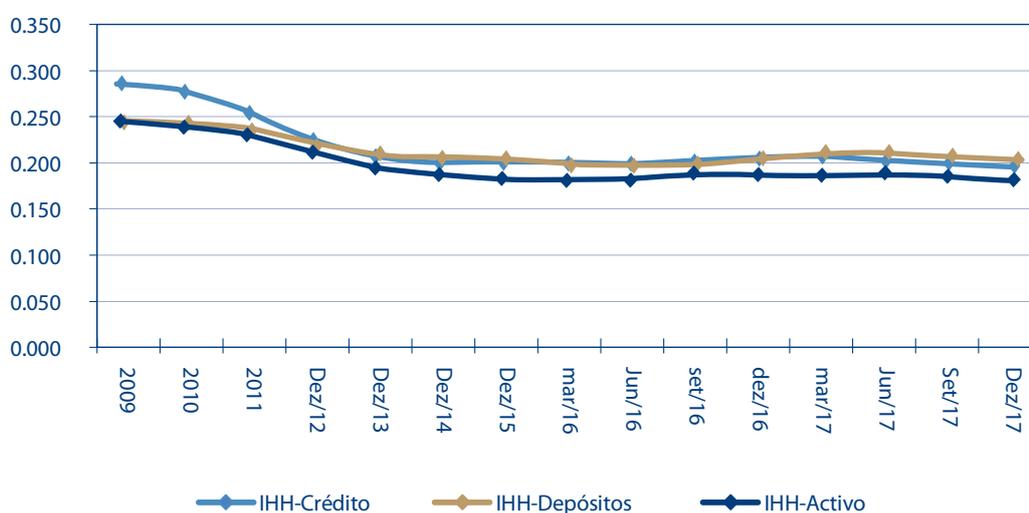
3.1. Concentração no Sistema Bancário

O sector bancário moçambicano continua a manter altas taxas de concentração, não obstante o ligeiro decréscimo que se verificou, a avaliar pelo índice de *Herfindhal – Hirschman (IHH)*³.

Em finais de 2017, os cinco maiores bancos concentravam 81,07%, dos activos totais, 81,23% e 85,30% dos créditos e depósitos do sistema bancário respectivamente, tendo o índice de concentração IHH se fixado em 0,198 (0,202 em Dez/16) para crédito; 0,181 (0,188 em Dez/16) para activos; e 0,203 (0,203 em Dez/16) para depósitos (Gráfico 1).

O ano de 2017 foi marcado por algumas oscilações das quotas de mercado a nível dos grandes bancos, com a maioria destes a reduzirem as suas quotas, sendo que outros deste grupo registaram um ligeiro aumento. A nível dos bancos pequenos notou-se uma ligeira disputa de quotas de mercado, com um ligeiro crescimento em uns e redução em outros o que revela o êxito das estratégias de alguns bancos na captação de depósitos, na expansão da carteira de crédito e da rede de balcões e, conseqüentemente, no aumento das suas quotas de mercado por partilha com os bancos já estabelecidos.

Gráfico 1: Índice de Herfindhal-Hirschman no sistema bancário



A segregação das instituições com base na dimensão das suas quotas de mercado (Quadro 3) revela que apenas 5 instituições é que detêm em activos e depósitos quotas superiores a 5% e 4 instituições detêm acima da mesma percentagem para o crédito, 3 detêm quotas situadas entre 2% e 5% para os activos e depósitos, e 5 instituições para o crédito. Em relação a quotas abaixo de 2%, mais de 17 instituições encontram-se nesta categoria para os activos, depósitos e crédito.

³O Índice de Herfindahl – Hirschman é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 0,10 indicam ausência de concentração, valores superiores 0,18 indicam elevada concentração e valores entre 0,10 e 0,18 indicam concentração razoável. "Forum Think Finance - Internet, Fev/2012"

Quadro 3: **Quotas de Mercado**

Quotas de Mercado			
Indicador	0%<2%	2%<5%	5%<
Activos	BIG, BNI, Letshego, SGM, BTM, Bayport, CPC, Ecobank, VMP, Gapi, Capital Bank, BMais, Socremo, UBA, BIG, BOM, Carteira móvel, BPI, ACM, CFCaia, Mapiko, Fides, MMola, TFM, MBDM, CPPM, Yingwe.	MZB, FNB, ABC	BCI, BIM, STB, BBM, BUnico
Depósitos	BIG, Letshego, BMais, BNI, BOM, SGM, CPC, BTM, Capital Bank, Ecobank, Socremo, UBA, Bayport, CPPM, MBDM, CMM, Mapiko, MMola, VMP.	FNB, ABC, MZB	BCI, BIM, STB, BBM, BUnico
Créditos	BMais, BNI, BOM, BTM, SGM, Capital Bank, Ecobank, Socremo, AC Microbanco, Bayport, UBA, CFCaia, MCB, CPC, GAPI, Mapiko, Yíngwé.	ABC, BBM, Letshego, BUnico, FNB.	BCI, BIM, STB, MZB

Fonte: Banco de Moçambique DSP

3.2. Estrutura Patrimonial

3.2.1. Evolução e Estrutura do Activo

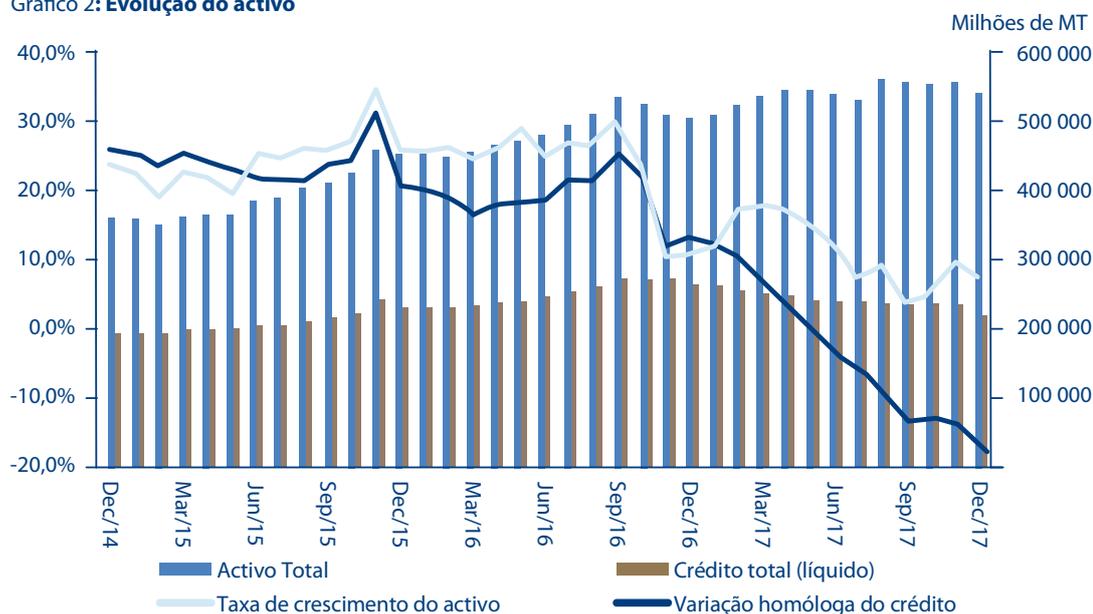
A actividade bancária avaliada pelo activo total agregado registou um crescimento de 8% em finais de 2017, pouco abaixo do registado no período homólogo de 2016 em que cresceu 11% (Gráfico 2). Esta evolução resultou do incremento dos activos financeiros em mais do dobro do registado no ano anterior, da evolução dos investimentos em 69% (34% em 2016), das aplicações em instituições de crédito em 19% (+38 % em 2016). Refira-se que o crédito, contrariamente ao cenário que vinha se verificando ao longo dos anos anteriores, registou uma redução na ordem de 17%.

No período em análise as aplicações em instituições de crédito evoluíram em 19%, advindo essencialmente de operações de compra com acordo de revenda, e do aumento de aplicações a muito curto prazo, ambos no Banco de Moçambique.

Os activos financeiros aumentaram de forma significativa, em resultado do acréscimo dos activos financeiros disponíveis para venda, precisamente os instrumentos de dívida pública moçambicana (títulos), bem como de outros títulos de dívida pública detidos para negociação que não sejam obrigações de tesouro, o que demonstrou muita apetência por esses títulos, por demonstrarem ser de reduzido risco e por apresentarem taxas atractivas comparativamente ao ano anterior.

A redução do crédito a clientes fez-se sentir na maioria dos bancos do sistema ou seja em bancos cuja quota de activos ascendeu a mais de 91%. Esta redução reflectiu a falta de apetite por parte dos clientes em resultado das altas taxas de juro praticadas no mercado. Aliado a este aspecto, notou-se muita prudência e cautela por parte dos bancos em conceder novos créditos, visto que mesmo para operações em curso os níveis de NPL estiveram acima do normal, remetendo para um risco de crédito elevado.

Gráfico 2: **Evolução do activo**



O crédito continua a dominar a estrutura do activo apesar de ter reduzido o seu peso, passando a representar 41% (222.496.807 milhares de Meticaís) em finais de 2017, contra 53% (267.884.958 milhares de Meticaís) registado no período homólogo de 2016 (Gráfico 3). A oscilação daquele indicador tem determinado a variação do activo, sendo que o seu decréscimo em 17% contribuiu significativamente para a fraca evolução do mesmo.

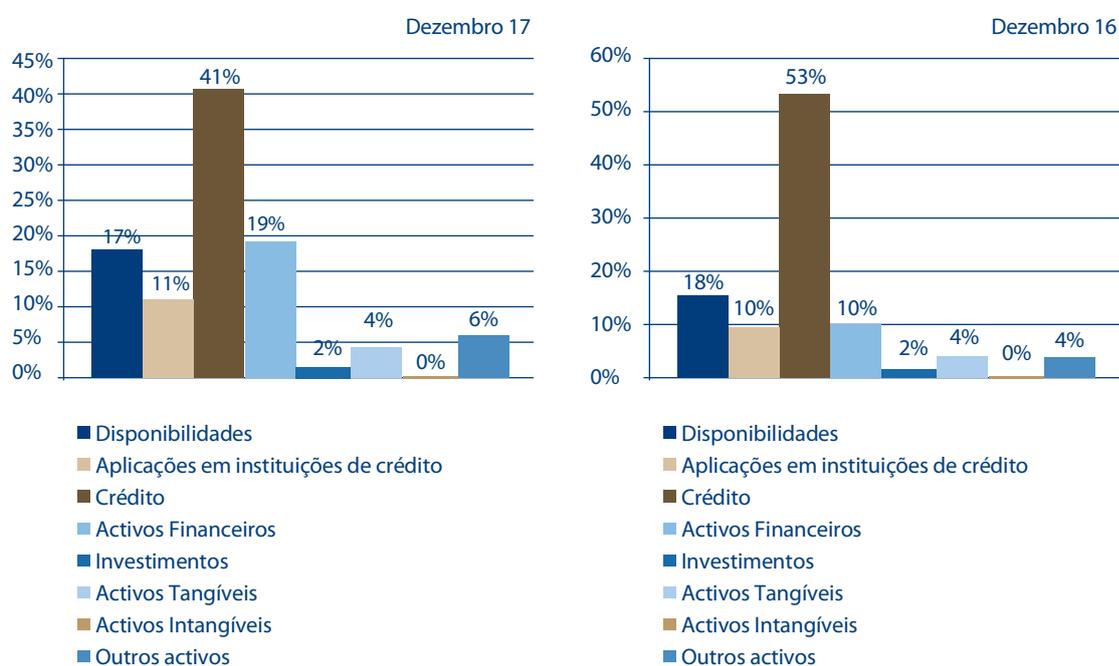
Os activos financeiros que vinham registando um decréscimo nos anos anteriores, aumentaram o seu peso na estrutura do activo, passando a ocupar a segunda posição com um peso de 19% em finais de 2017, comparativamente aos 10% que correspondem a quarta posição alcançada em finais de 2016. Estes activos continuam a ser dominados pelos activos disponíveis para a venda. Em Dezembro de 2017, os disponíveis para venda representavam 96% do total dos activos financeiros contra 98% registados em Dezembro de 2016, o equivalente a um decréscimo na ordem de 2 pontos percentuais.

As disponibilidades estiveram na terceira posição na estrutura do activo. Em Dezembro de 2017 ascenderam os 91.424.351 milhares de Meticaís, o que corresponde a 17% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 1% face a Dezembro de 2016. Refira-se que o aumento significativo se verificou ao nível dos depósitos a ordem no Banco de Moçambique em moeda nacional, tendo crescido em 21% face a finais de 2016, destacando-se também uma redução dos depósitos à ordem sobre instituições de crédito no estrangeiro, quer sejam nas sedes e sucursais da própria instituição, quer sejam em outras instituições de crédito.

Ainda ao nível dos depósitos a ordem fora dos Bancos Centrais, refira-se que os depósitos no estrangeiro continuam com maior peso em relação aos depósitos a ordem no país apesar de terem reduzido de 18.314.021 milhares de Meticaís para os 12.692.705 milhares de Meticaís em Dezembro de 2017. Estes depósitos encontram-se maioritariamente em outras instituições de crédito que não sejam organizações financeiras internacionais e nem nas sede e sucursais das instituições.

As aplicações em IC's aumentaram o seu peso na estrutura do activo, reduzindo contudo para a posição de quarto maior elemento na estrutura patrimonial. Em finais de 2017, o peso das aplicações em IC's no total de activos passou para 11%, contra 10% alcançados em finais de 2016. As mesmas decompõem-se em aplicações em IC's no país e no estrangeiro, tendo as primeiras crescido em 16.705.928 milhares de Meticais em Dezembro de 2017, o que acabou por impactar tanto no aumento do seu peso sobre o total das aplicações de 26% para 50,2%, bem assim, sobre o total do activo. As aplicações em IC's no estrangeiro (49,8%) reduziram de 36.662.606 milhares de Meticais para 29.374.508 milhares de Meticais em Dezembro.

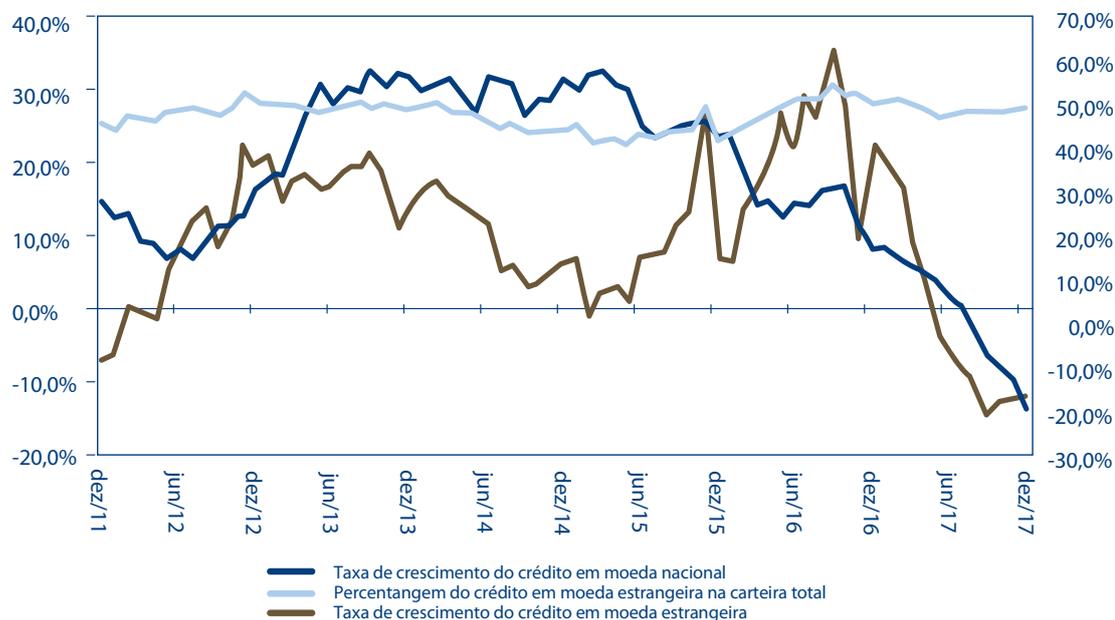
Gráfico 3: **Estrutura do Activo**



As taxas de crescimento do crédito em moeda estrangeira registaram um significativo abrandamento ao longo do ano, tendo estado muito abaixo das verificadas em 2016. Em Dezembro a taxa reduziu em 16,9% contra um crescimento de 41,2% registado em finais de 2016. O crédito em moeda nacional também registou um abrandamento da taxa, continuando deste modo com a tendência verificada em 2016. Contudo, em 2017 estas taxas reduziram menos comparativamente às taxas do crédito em moeda estrangeira, permitindo o ligeiro aumento do seu peso relativo sobre a carteira total, fixando-se em 72,6%, contra 71,9% atingidos em finais de 2016.

Em finais de 2017, o crédito em moeda estrangeira concentrava-se basicamente em duas instituições sistémicas, as quais detinham em conjunto cerca de 71,6% do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema bancário. Refira-se que em finais de 2016 as duas concentravam cerca de 74,1% do total do sistema.

Gráfico 4: **Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional**



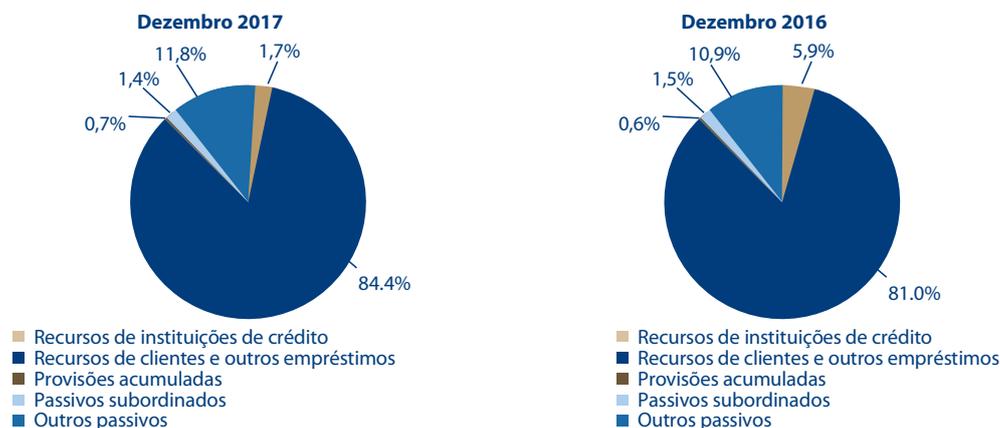
O crédito em moeda nacional em finais de 2017 representava cerca de 72,6% do crédito total. Em termos absolutos regrediu para 176.187.913 milhares de Meticais, o que representa uma redução de 16,9% face a Dezembro de 2016 (Gráfico 4). Relativamente ao crédito em moeda nacional, os dois maiores bancos possuem 54,0% do crédito do sistema.

3.2.2. Passivo

Os recursos de clientes e outros empréstimos continuam a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, tendo registado um aumento do peso, ao passar de 81,0% em Dezembro de 2016 para 84,4% em Dezembro de 2017 (Gráfico 5).

Os mesmos cresceram em 6,8% face Dezembro de 2015 e compreendem, na sua maioria, depósitos, dos quais 73% são em moeda nacional e 27% em moeda estrangeira.

Gráfico 5: **Estrutura do passivo exigível**

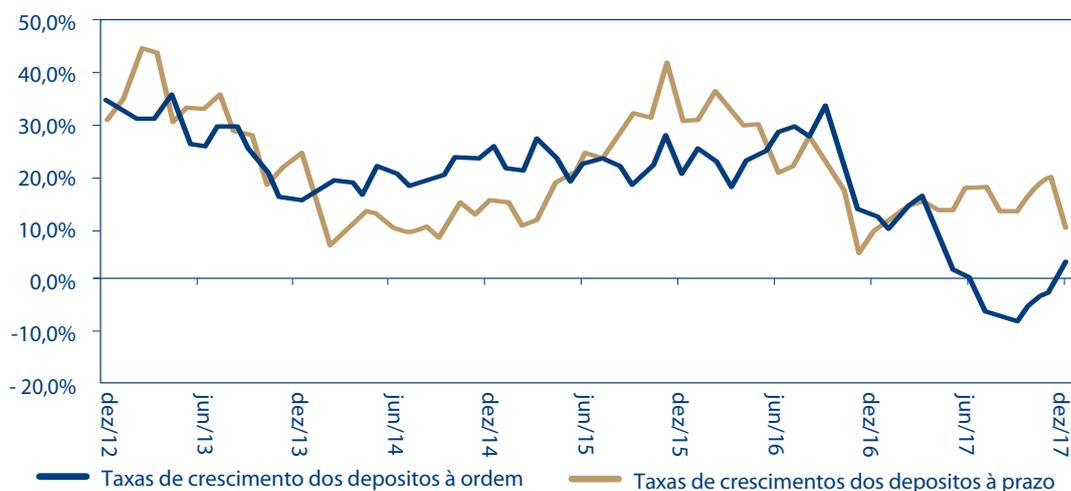


Em 2017 os recursos de instituições de crédito (Banco de Moçambique), registaram um decréscimo de 99%, quando em 2016 cresceram cerca de 13 vezes mais do atingido em 2015. Este decréscimo reflectiu-se na redução do peso dos recursos de instituições de crédito na estrutura do passivo exigível, passando a representar 1,7% em Dezembro de 2017 contra 5,9% registados em Dezembro de 2016 (Gráfico 5). A variação verificada a nível dos recursos deriva essencialmente da fraca aderência aos recursos do Banco de Moçambique quer sejam em depósitos a prazo, assim como, em empréstimos que muito pode estar relacionada com o aumento da Taxa de Facilidade Permanente de Cedência que se notou no período em referência.

As taxas de crescimento dos depósitos a ordem registaram uma desaceleração durante o ano de 2017, tendo atingido variações negativas nos meses de Junho a Novembro. Apesar daquele desempenho, em finais de 2017 a taxa de crescimento situou-se nos 3,4%, porém muito abaixo do registado em Dezembro de 2016 (12,6%). (Gráfico 6).

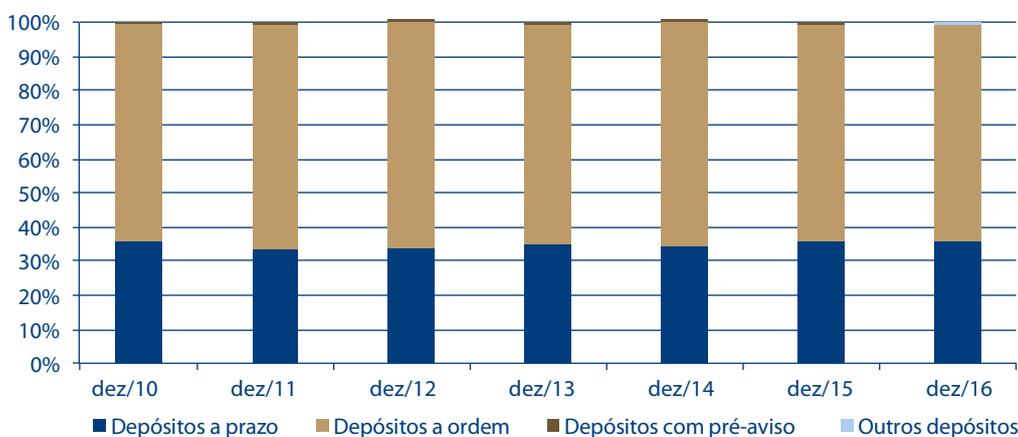
As taxas de crescimento dos depósitos a prazo oscilaram durante 2017, tendo registado um abrandamento comparativamente à evolução verificada em 2016. Contudo, em finais de 2017 alcançaram os 10,0% contra 8,9% alcançados em 2016.

Gráfico 6: **Evolução dos depósitos a ordem e a prazo**



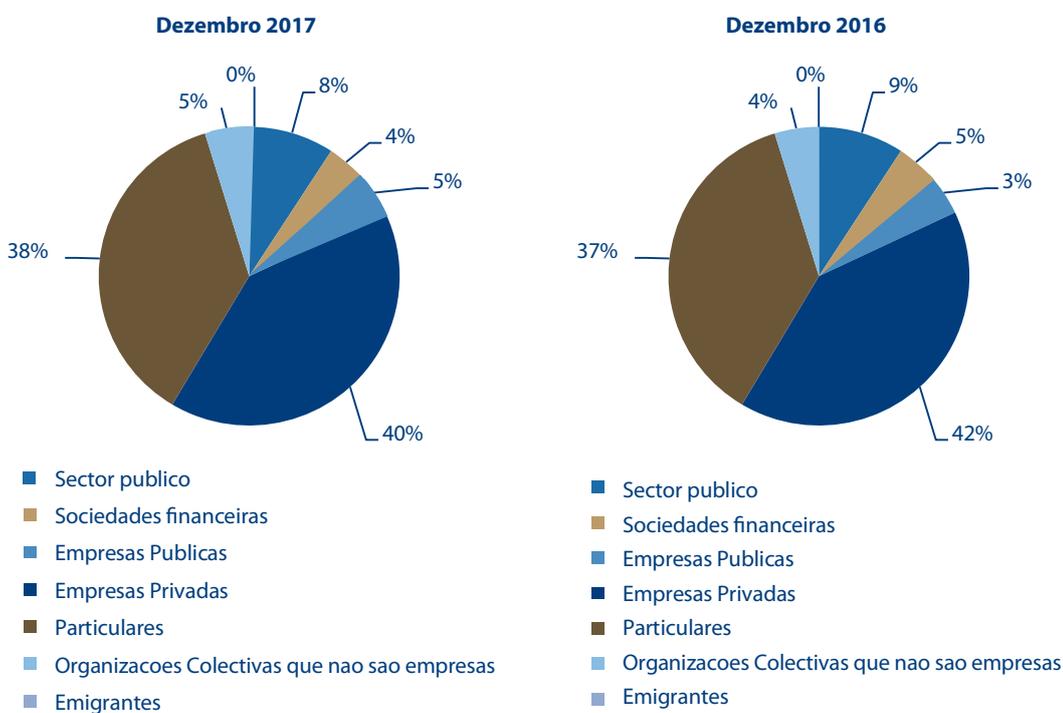
A estrutura dos depósitos totais não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência registada ao longo dos anos. Os depósitos à ordem continuaram como principal componente do total de depósitos e sua evolução foi determinante para o crescimento dos depósitos totais. Em Dezembro de 2016 representavam 63,0% do total dos depósitos (64% em Dezembro de 2016), os depósitos a prazo representavam 37% contra 35%, registados em Dezembro de 2016, tendo os depósitos com pré-aviso e outros depósitos permanecidos com peso insignificante (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estrutura dos Depósitos



Relativamente aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas continuam a representar a maior componente dos depósitos captados. Em finais de 2017 ascendiam a 145.009.286 milhares de Meticais, o que representa cerca de 40% dos depósitos de residentes. Os depósitos de particulares mantiveram a 2ª posição na estrutura, com um peso de 38% equivalentes a 139.881.408 milhares de Meticais. O incremento dos depósitos de empresas privadas foi de 1% e de particulares de 9%. (Gráfico 8).

Gráfico 8: Estrutura dos depósitos de residentes



3.3. Solvabilidade

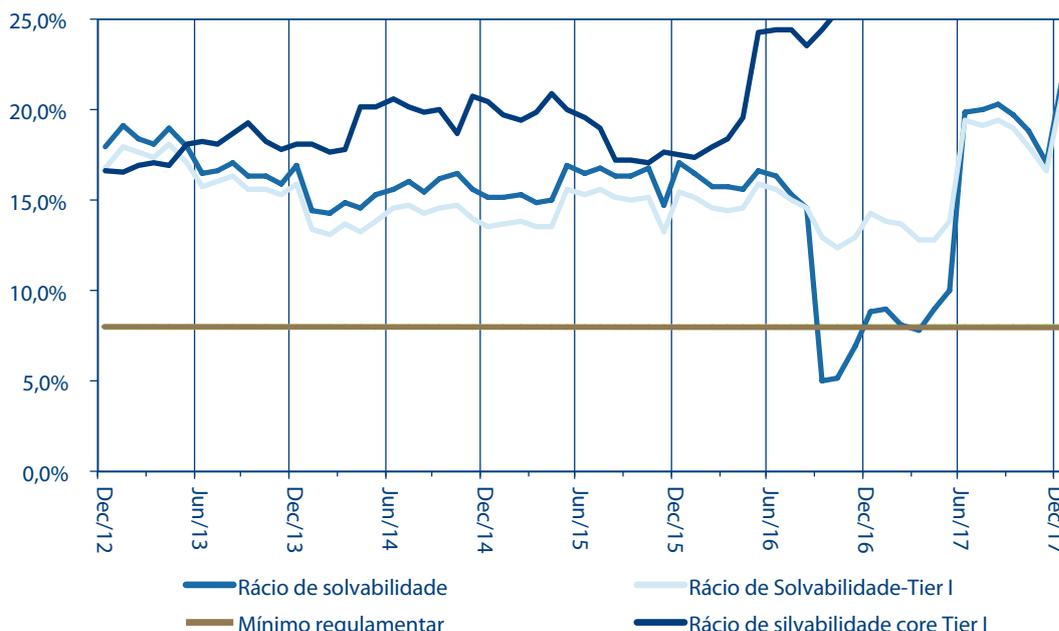
De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter a todo momento um rácio de solvabilidade não inferior a 8%⁴. Alinhado aos princípios do Basileia II o regulamento estabelece limites relativos ao *core tier I capital* e *tier I capital*, sendo que, o *core tier I capital* não deve ser inferior a 2% do total apurado para os riscos de crédito, operacional e de mercado e o *tier I capital* não deve ser inferior a 4% do total apurado para os mesmos riscos.

A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, pressupõe uma boa capacidade de absorção de perdas resultantes de choques adversos sobre os balanços das instituições, continuando assim a desempenhar o seu papel de intermediação financeira.

Em 2017 o rácio de solvabilidade do sistema bancário progrediu significativamente, contrariando o desempenho desfavorável verificado em 2016, tendo-se situado em 21,5% (8,8% em Dezembro de 2016). Esta evolução em 12,7 pontos percentuais resulta do crescimento significativo dos fundos próprios agregados (cerca de 2 vezes mais do que o registado em 2016), consubstanciado com o decréscimo dos activos ponderados pelo risco em 16%.

Na composição dos fundos próprios totais, os fundos próprios de base principais são os que concorrem maioritariamente para a formação do rácio de solvabilidade (Gráfico 9). O rácio fundos próprios de base principais – *Core Tier I* situou-se nos 29,2%, muito acima do mínimo estabelecido.

Gráfico 9: **Rácio de Solvabilidade**



⁴ Importa realçar que de acordo com o Aviso nº9/GBM/2017, de 5 de Junho, as instituições de crédito devem adequar-se a um rácio de solvabilidade de 9% até um ano após a entrada em vigor deste aviso, 11% até 2 anos e 12% até 3 anos.

As realizações de capital em cerca de 15.593.960 milhares de Meticais (acima do verificado em 2016, +2.981.452 milhares de Meticais), o aumento das reservas legais em 1.088.185 milhares de Meticais (+1.091.151 milhares de Meticais em 2016) e de outras reservas em 5.671.932 milhares de Meticais (+5.173.677 milhares de Meticais em 2016) que constituem elementos favoráveis para o crescimento dos fundos próprios totais, contribuíram significativamente para o desempenho satisfatório e crescimento do Rácio de Solvabilidade.

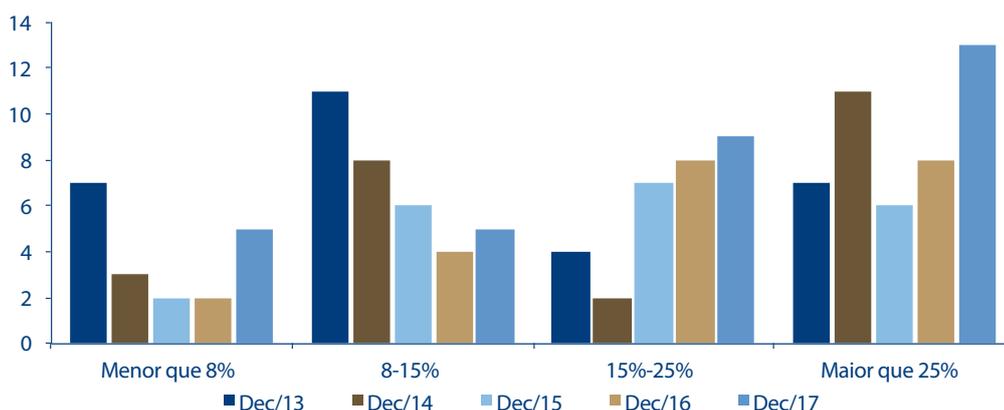
Das realizações de capital, denota-se o aumento efectuado por uma instituição de relevância sistémica. Refira-se que no período homólogo do ano anterior esta instituição apresentou prejuízos e insuficiências de provisões que corroeram sobremaneira os fundos próprios e culminaram com a redução do rácio de solvabilidade do sistema, chegando a situar-se no limiar do limite regulamentar.

A distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito (Gráfico 10) mostra que das 32 instituições analisadas, treze (13) apresentaram um rácio acima de 25%; nove (9), dentre elas cinco instituições de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 15% a 25%; cinco (5) estiveram com um rácio no intervalo de 8% à 15%; por fim cinco (5) instituições com rácio abaixo de 8%, sendo todos os rácios negativos.

A maior parte dos activos ponderados pelo risco (96%) do sistema, está concentrada em instituições com rácios de solvabilidade acima de 15%. As cinco (5) instituições de crédito com rácios de solvabilidade no intervalo de 8 à 15% agregam 4% dos activos totais do sistema, nove (9) instituições com rácios entre 15% e 25% agregam 88% do total dos activos ponderados; 8% detidos pelas treze (13) instituições com rácios acima de 25% e por fim, aproximadamente 0,4% dos activos ponderados pelo risco detidos pelas cinco (5) instituições com rácios abaixo de 8%.

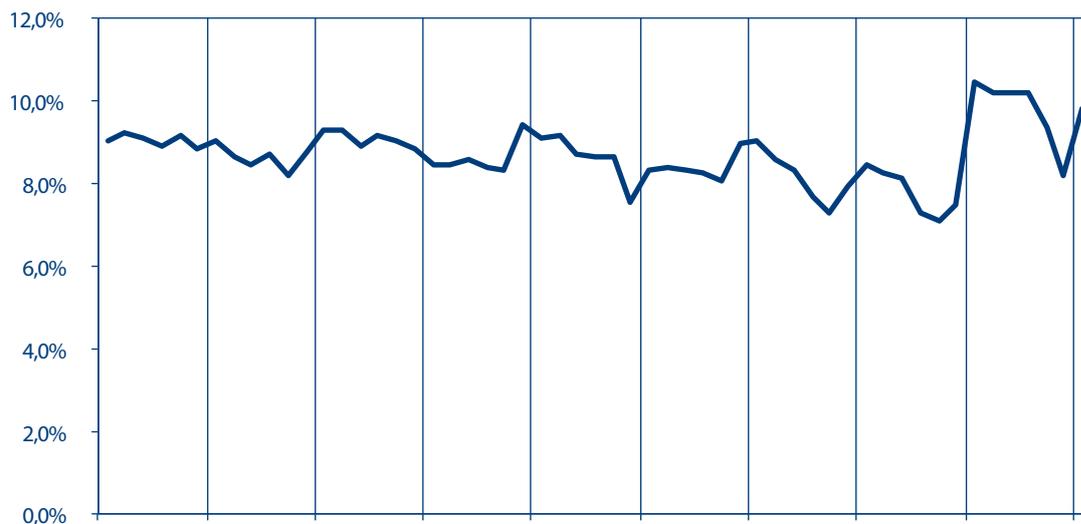
Os níveis de capitalização evidenciados por um rácio de solvabilidade muito acima do limite regulamentar consubstanciados com os outros indicadores de adequação de capital, revelaram que o sistema bancário continua sólido. A predominância de instituições que detêm 96% do activo do sistema com um rácio de solvabilidade acima de 8%, confere ao sistema bancário a capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e a conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

Gráfico 10: **Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade**



O rácio de alavancagem (*leverage ratio*) é uma grandeza complementar ao rácio de solvabilidade. Este rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais⁵, fornecendo uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios.

Gráfico 11: Rácio de alavancagem (Leverage ratio)



Durante o ano de 2017 o rácio de alavancagem (Gráfico 11) oscilou entre 7,1% e 10,4%, tendo alcançado o pico em Junho (10,4%). Em Dezembro de 2017 o rácio de alavancagem fixou-se em 9,8%, contra 8,5% registados em Dezembro de 2016, que segundo o CAMELS é um indicador com notação razoável. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras de acordo com os princípios do acordo Basileia II Pilar 2, como por exemplo, a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)* que definiu o mínimo de 3,0%⁶ para as contas consolidadas e 4,0% para as contas individuais. Outros países da SADC usam 6,0% e 7,0%.

3.4. Rendibilidade

O resultado agregado do sistema bancário registou um notável crescimento, quase quatro vezes mais do registado em 2016, contrariando assim o desempenho do ano anterior em que registou um decréscimo (54%). Este crescimento foi influenciado em grande medida pela evolução da margem financeira (41%) e pela evolução das comissões líquidas (6%).

⁵ Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base, que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

⁶ Este valor mínimo ainda não é extensivo a todos os bancos a operarem na Suíça. Actualmente não existe um benchmark definido para este indicador e diferenças nos princípios contabilísticos e na fórmula de cálculo podem de alguma forma dificultar a comparação entre países. (Katia D'Hulster: Crisis response – Public Policy for the private sector).

Gráfico 12: **Varição homóloga dos resultados e da margem financeira**



Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que durante o ano houve uma aceleração significativa nas taxas de crescimento, comparativamente ao período homólogo de 2016 em que registara uma desaceleração. Em finais de 2017 as taxas de crescimento registaram um acréscimo de cerca de quatro vezes mais do que atingido no ano anterior (Gráfico 12).

As taxas de variação homóloga da margem financeira⁷ mostram que durante o ano a evolução registada esteve acima da verificada em 2016. Entretanto, em comparação com Dezembro de 2016 a margem financeira cresceu 44.044.711 milhares de Meticais, equivalentes a 41%, quando em finais de 2016 cresceu 49%. Este desempenho foi influenciado pela evolução dos juros e proveitos similares provenientes, por um lado, do crédito à clientes, as taxas de juro no período em referência estiveram acima das verificadas em 2016 e, por outro lado, dos juros provenientes de aplicações em títulos, precisamente instrumentos de dívida tanto os disponíveis para a venda, assim como, para os detidos até a maturidade.

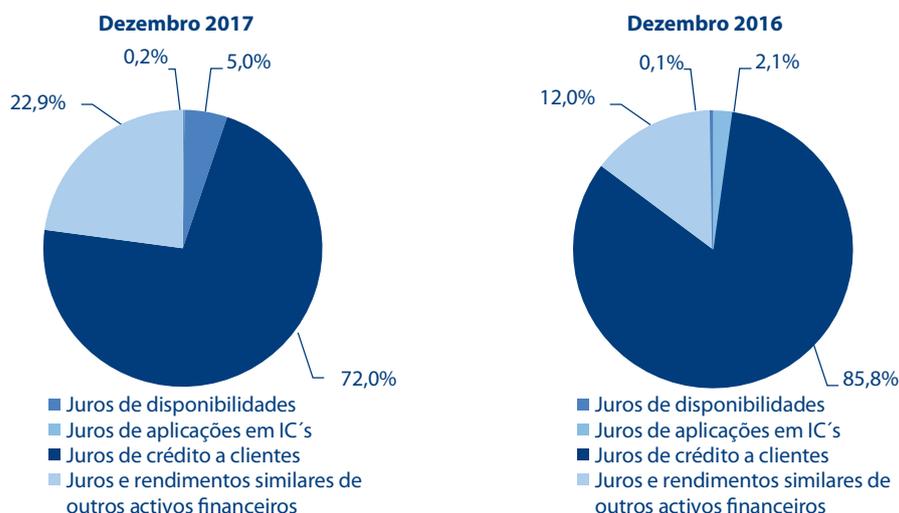
A taxa de juro média anual de operações activas dos bancos comerciais com o público fixou-se em 28,3% em 2017, face aos 22,4% registados no ano anterior, enquanto em relação às operações passivas, a taxa de juro média anual esteve nos 17,59%, comparativamente aos 11,19% registados em 2016. Esta evolução a nível do diferencial, associada à importância dos activos geradores de juros no balanço agregado do sistema, contribuiu para impulsionar a taxa de crescimento da margem financeira e no seu peso na estrutura do produto bancário. Refira-se que a margem financeira concorreu com 74,0% para a formação do produto bancário de 2017, comparativamente aos 68,0% em finais de 2016.

A estrutura dos juros e proveitos equiparados indica que os activos de maior risco na estrutura do balanço continuam a apresentar maior contributo naquela estrutura, apesar do seu peso ter

⁷ É o produto da intermediação financeira e compreende os juros e rendimentos similares deduzidos dos juros e encargos similares.

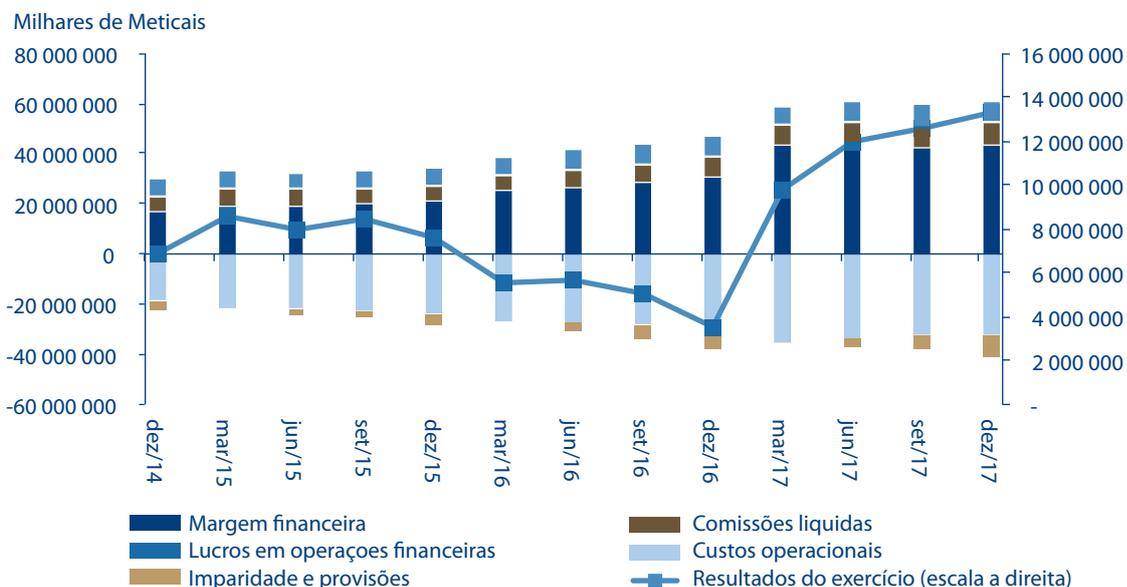
registado um decréscimo face a 2016. O crédito a clientes é o activo produtivo com maior peso no activo, e conseqüentemente o que mais contribuiu na formação dos juros, com cerca de 72,0% (Gráfico 13).

Gráfico 13: **Estrutura dos juros e proveitos equiparados**



Os juros e rendimentos de outros activos financeiros mantiveram o seu peso na estrutura dos juros, continuado assim como a segunda maior grandeza nesta estrutura. Em finais de 2017 se fixaram em 17.476.315 milhares de Meticais, um acréscimo na ordem de 185% em relação ao período homólogo do ano anterior, em resultado do aumento dos juros provenientes de títulos de dívida pública moçambicana disponíveis para venda e detidos até a maturidade, bem como, de disponíveis para venda emitidos por outros residentes.

Gráfico 14: **Composição da Conta de Resultados**



Os resultados líquidos do sistema provêm, essencialmente, da margem financeira, das comissões líquidas e dos resultados de operações financeiras, representando um peso de 74%, 13% e 10% sobre o produto bancário, respectivamente. (Gráfico 14).

A margem financeira que corresponde a grandeza com maior peso no produto bancário ascendeu a 44.044.711 milhares de Meticais em Dezembro último, um crescimento sustentado essencialmente pela evolução das taxas de juro.

As comissões líquidas que representam a segunda maior grandeza na formação do produto bancário situaram-se em 7.566.990 milhares de Meticais, tendo registado um incremento na ordem de 6,0% face Dezembro de 2016. Contudo, este ligeiro aumento não influenciou no aumento do peso das mesmas sobre o produto bancário, tendo passado a representar 12,7% contra 15,7% registados em Dezembro de 2016.

A evolução das comissões recebidas resultou essencialmente do incremento de comissões por serviços prestados, como sejam os de gestão de cartões, anuidades, transferências de valor e, ainda, de outras comissões recebidas. O peso das comissões líquidas sobre o produto bancário tem estado a reduzir ao longo dos últimos anos, apesar da evolução verificada ao longo do tempo.

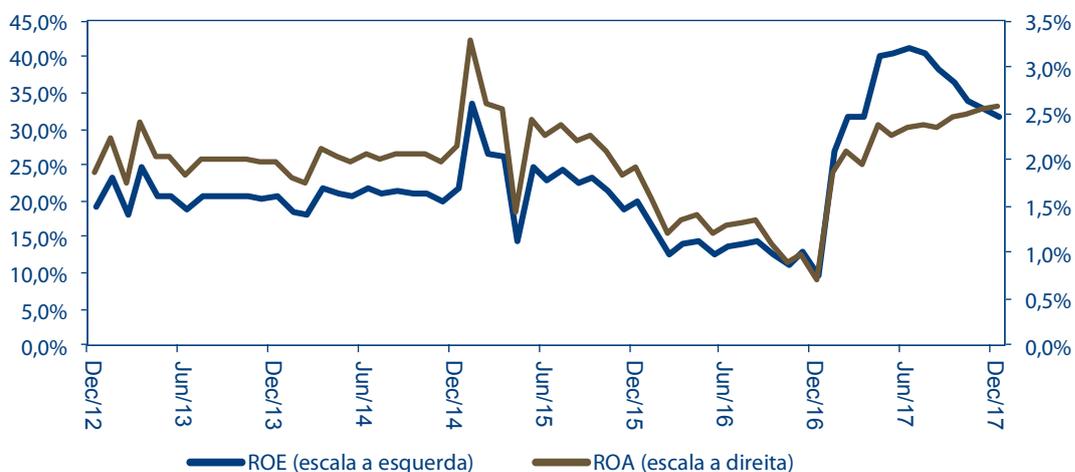
Os resultados/lucros em operações financeiras representam a terceira grandeza com maior peso na formação do produto bancário, concorrendo assim de forma determinante para a formação dos resultados. Os mesmos continuaram com a mesma tendência verificada em 2015, tendo regredido em 18% face o período homólogo de 2016, o que resultou na redução do peso em relação ao produto bancário de 17%, em Dezembro de 2016, para 10% em finais de 2017. Os resultados/lucros em operações financeiras compreendem maioritariamente os resultados de reavaliações cambiais, e estes registaram um decréscimo na ordem de 32%, em resultado da redução de ganhos de operações cambiais obtidas em divisas, assim como em notas e moeda estrangeira. Refira-se que as taxas de câmbio registaram um decréscimo significativo durante 2017, tendo o Metical valorizado face às moedas mais transaccionadas (Dólar Americano, Rand e Euro) o que acabou influenciando o nível dos ganhos em operações cambiais.

O desempenho favorável das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, contrariando assim a tendência descendente verificada no ano anterior. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) progrediu de 10,1% em Dezembro de 2016, para 32,0% em Dezembro de 2017. No mesmo período, a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) progrediu de 0,7% para 2,6%. Refira-se que durante o período as cifras mais elevadas do ROE foram registadas em Junho, ao atingir 41,5% e do ROA em Dezembro 1,6% (Gráfico 15).

A evolução destes dois rácios reflectiu o desempenho favorável da margem financeira que pesa significativamente nos resultados das instituições. O aumento verificado a nível dos Activos totais, acompanhado com o aumento dos resultados fez com que as taxas de crescimento do indicador ROA crescessem de forma significativa. Por outro lado, o aumento dos Fundos próprios que foi também acompanhado pela evolução dos resultados permitiu o crescimento do indicador ROE. Refira-se que estas cifras se situaram abaixo da média de alguns países da região⁸.

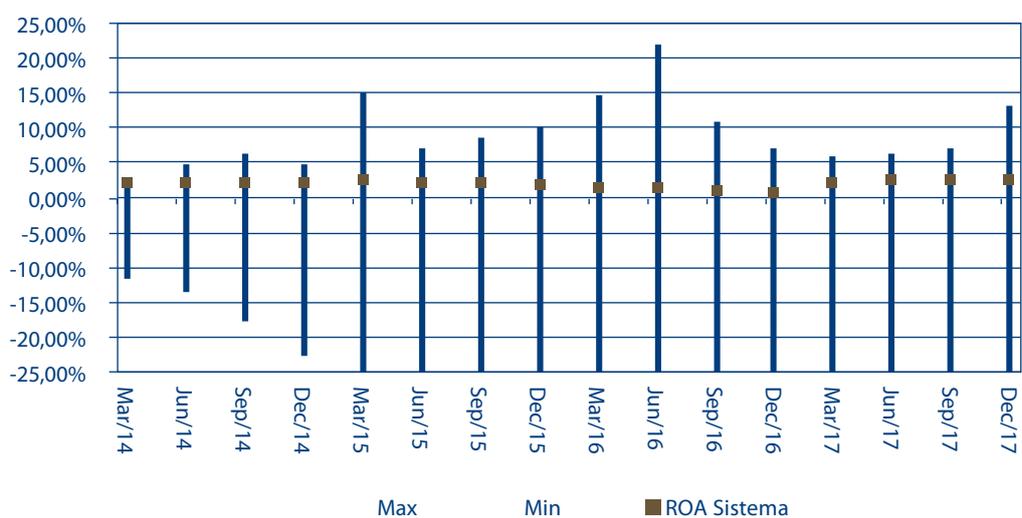
⁸ Em 2017 em Angola o ROA fixou-se em 2,1% e ROE em 14,5%; na África do Sul o ROE fixou-se em 15,96% e ROA 1,31% , em Botswana/16 o ROE situou-se nos 14,4% e ROA 1,8%, em Zimbabwe/ Set 17 o ROE fixou-se em 11,15% e ROA em 1,9%

Gráfico 15 : Rendibilidade



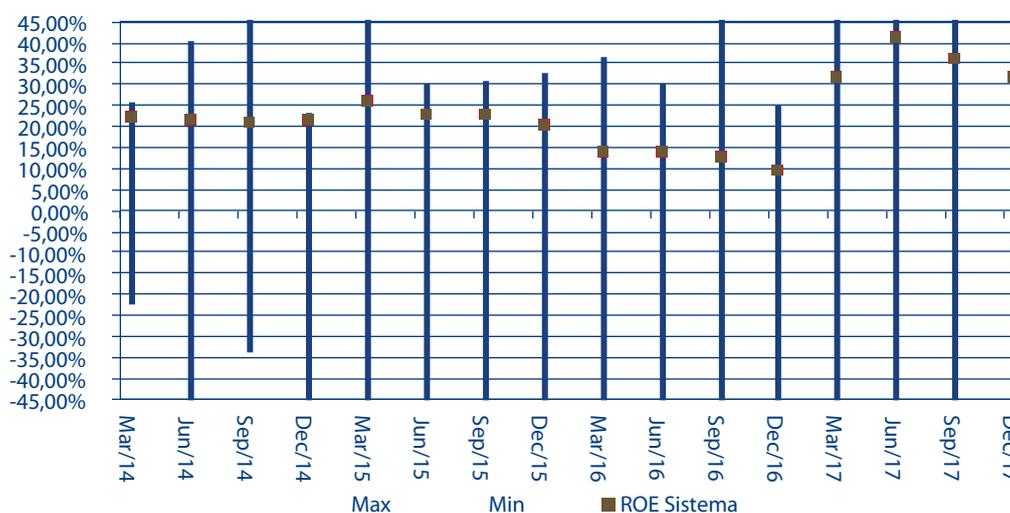
A dispersão do nível do ROA no sistema continua elevada, sendo que 65% das instituições apresenta ROA positivo e 35% indicadores negativos; neste último grupo de instituições, uma delas tem relevância sistêmica. Pese embora o crescimento notável do ROA da média do sistema comparativamente ao ano anterior, não houve registo de melhorias em instituições cujo ROA esteve afastado da média da indústria, o número de instituições com ROA acima da média do sistema baixou de dez (10) em Dezembro de 2016 para nove (9) em Dezembro de 2017. Das nove (9) instituições, três (3) são de importância sistêmica. (Gráfico 16).

Gráfico 16: Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)



Em relação ao ROE, verifica-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto, não obstante apenas uma instituição registar indicador acima da média da indústria contra onze em igual período do ano anterior, sendo essa instituição de relevância sistêmica. Das instituições com ROE abaixo da média, onze apresentaram ROE's negativos, sendo uma de relevância sistêmica. (Gráfico 17).

Gráfico 17: Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)

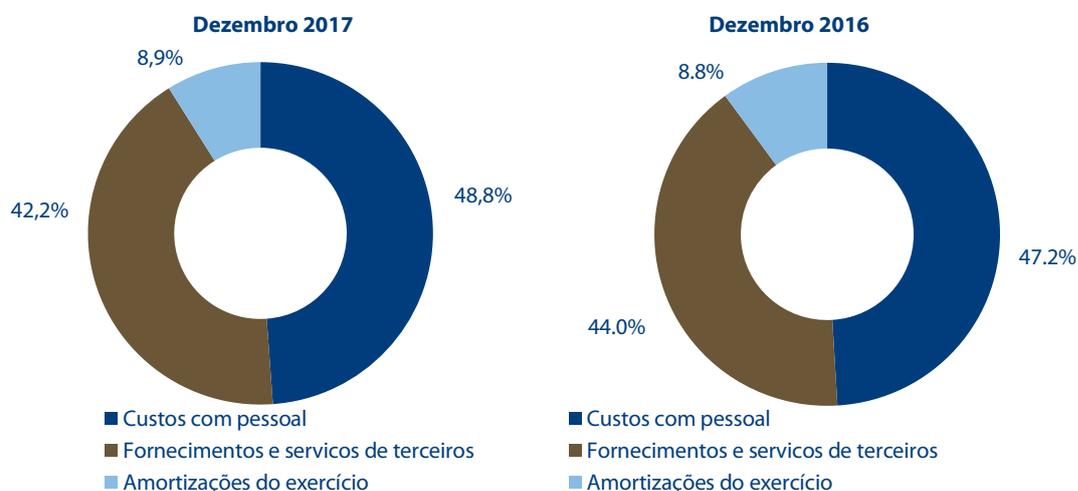


Em 2017, os custos operacionais totalizaram 32.687.899 milhares de Meticais, o que equivale a um aumento de 9% face Dezembro de 2016, no ano anterior estes custos cresceram em 25%. Os custos com pessoal continuam a ser a maior componente na estrutura dos custos operacionais, tendo aumentado o peso de 47,2% para 48,8% em Dezembro de 2017, seguindo-se o fornecimento e serviços de terceiros com 42,2% (44,0% em Dez/2016) e por fim pelas amortizações do exercício com 8,9% (8,8% em Dez/2016).

A evolução das despesas com o pessoal em 11,8% e dos fornecimentos e serviços de terceiros em 4,9% foram determinantes para o crescimento dos custos operacionais. Este crescimento das despesas com pessoal é resultado dos aumentos registados na remuneração mensal dos empregados, subsídios, e outros custos com o pessoal impulsionado também pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições, bem como, no aumento de pessoal. No entanto, em finais de 2017 o sistema empregava cerca de 11.316 colaboradores, uma ligeira redução de 31 comparativamente a finais de 2016.

Os fornecimentos e serviços de terceiros compreendem na sua maioria rendas de casa, comunicações e despesas de expedição, conservação e reparação de activos tangíveis e outros serviços especializados. (Gráfico 18).

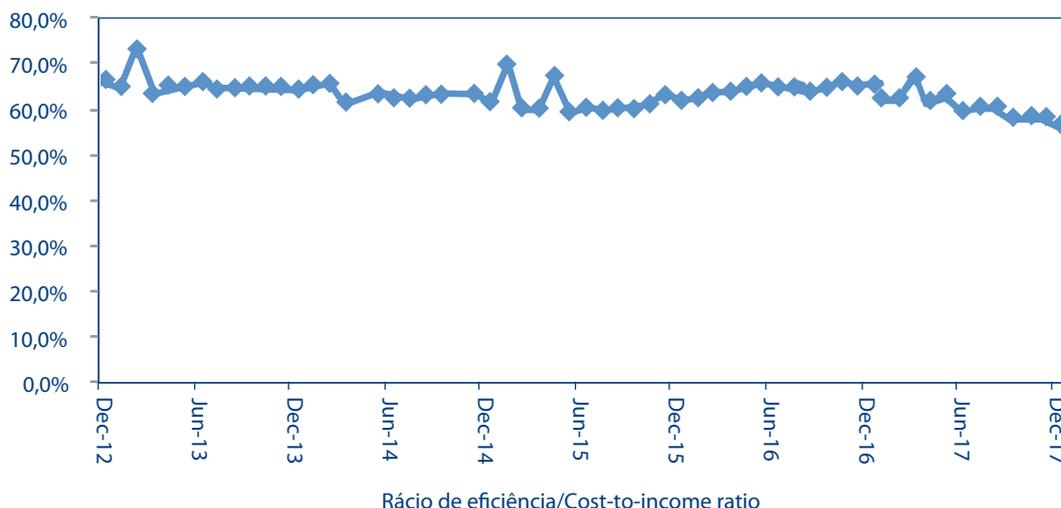
Gráfico 18: Estrutura dos Custos Operacionais



Em 2017, a trajetória do rácio custos operacionais-produto bancário (*cost-to-income*) mostra uma tendência decrescente, consubstanciando taxas inferiores àquelas observadas em 2016. Atingiu o seu pico em Março de 2017 ao ascender os 67.0%, nos meses que se seguiram as cifras observaram níveis abaixo dos 62% o que revela uma redução na eficiência em relação a 2016. Em Dezembro de 2017, o rácio médio de eficiência do sistema bancário foi de 60,6%. (Gráfico 19).

A distribuição do rácio *cost-to-income* pelas instituições de crédito revela que muitos bancos, incluindo um banco com representatividade sistémica, microbancos e cooperativas de crédito continuam a apresentar cifras superiores à média do sistema bancário, e poucos bancos (quatro de relevância sistémica) apresentam rácio inferior a média do sistema.

Gráfico 19: Rácio de Eficiência (*cost-to-income ratio*)



4. Mercado de Valores Mobiliários

4.1. Desempenho do Mercado

O Banco de Moçambique, como entidade supervisora do Mercado de Valores Mobiliários (MVM) efectuou durante o ano de 2017, entre várias actividades, o acompanhamento da evolução do mercado, o registo das ofertas à subscrição pública e ofertas públicas de venda de valores mobiliários, tendo em vista a protecção dos investidores, a implementação das regras e procedimentos estabelecidos na legislação em vigor.

Em 2017 ocorreram no mercado primário, emissões da dívida pública e privada no valor de 5.607.773 milhares de Meticaís, dos quais 88% dos valores mobiliários emitidos correspondiam ao valor da dívida pública.

Entretanto, a emissão da dívida dos privados registou um aumento na ordem dos 55%, comparativamente ao ano anterior, destacando-se em relação à dívida pública que aumentou em 49%.

O segmento da dívida pública atingiu em termos de peso relativo na capitalização bolsista global, cerca de 7% do valor transaccionado em 2017.

Em finais de 2017 os valores mobiliários admitidos à negociação na BVM alcançaram uma capitalização bolsista global de 71.916 milhões de Meticaís, representando uma variação positiva de mais de 16% relativamente ao final do ano anterior, em que a mesma atingiu os 61.896 milhões de Meticaís.

O Quadro abaixo apresenta o detalhe das transacções ocorridas no mercado secundário nos dois últimos anos.

Quadro 4: **Transacções no mercado de cotações oficiais**

Valores Mobiliários	Quantidade		Valor (milhares de Meticaís)	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações do Tesouro	26.293.931	6.295.965	2.477.548,07	3.658.241
Obrigações Corporativas	3.429.010	2.674.130	339.421,01	508.900
Fundos Públicos	36.767.711	18.443.152	2.483.004,33	10.407.764
Acções	1.612.408	661.426	307.800,03	273.446
Papel Comercial	0	10.000	0	15.700
Total	68.103.060	28.084.673	5.607.773,53	14.864.051

Fonte: Boletins de cotações da BVM.

Relativamente às transacções ocorridas no Mercado fora da bolsa, foram alienadas setecentas e sessenta e três mil e cinquenta e três acções (763.053) no valor de 2.144 milhares de Meticaís.

4.2. Harmonização Regulatória Regional

O Banco de Moçambique como membro do CISNA (*Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities* – Comité de Seguros, Valores Mobiliários e Autoridades Financeiras Não Bancárias) continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a harmonização das práticas regulatórias nos mercados de capitais da região da SADC. Realizaram-se a 38ª e 39ª reunião bianual, em *Ezulwine* (Swazilândia) e em Harare (Zimbabwe), respectivamente, tendo em ambas reuniões sido apresentados o estágio de cumprimento do plano de acção para a implementação do Plano Estratégico do CISNA 2016-2020, em particular o nível de cumprimento dos projectos de harmonização regulatório programados no período de vigência do Plano Estratégico, com destaque para o projecto modelo para a harmonização da regulamentação sobre fundos de investimento, Central de Valores Mobiliários e seus Participantes.

5. Supervisão Comportamental

5.1. Supervisão “Off-site”

5.1.1. Tratamento de Reclamações – Recurso

A análise das reclamações recebidas de clientes das instituições de crédito e sociedades financeiras contra estas é um instrumento importante para a fiscalização das referidas instituições, contribuindo para o reforço do seu controlo interno bem como para a protecção do consumidor financeiro. Com efeito, através do tratamento das reclamações, o BM actua enquanto autoridade de supervisão, na vertente comportamental, com os objectivos de avaliar o cumprimento das normas de conduta pelas instituições subordinadas e proteger o consumidor financeiro.

Como resultado da inspecção *off-site*, o BM transmite aos reclamantes o resultado da análise efectuada às reclamações relativamente a matérias sob sua supervisão através de um parecer sob a forma de carta. Nessa carta, o BM identifica a conclusão a que chegou após a análise da conduta das instituições e que pode ser:

- A inexistência de indícios de infracção por parte da instituição; ou
- A resolução, pela instituição, da situação apresentada, o que significa que terá sido regularizado ou corrigido o incumprimento detectado, por intervenção/determinação do BM, por iniciativa da própria instituição ou por decisão do Tribunal;

Quando são detectadas situações irregulares ou de incumprimento, o BM emite recomendações e determinações específicas (numa base trimestral) e que depois são monitoradas nas inspecções *on-site* e pelo tratamento de reclamações.

A emissão de recomendações é exercida ao abrigo da alínea c), do artigo 72, da Lei nº 15/99, de 1 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho (LICSF) e destinam-se

a advertir as instituições para a necessidade de alterar um determinado comportamento, com vista a assegurar o cumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis e, conseqüentemente, garantir a prestação de serviços de qualidade e a fidelização da clientela que em última análise, conduz à estabilidade financeira. Já as determinações específicas decorrem da alínea i) do artigo 107 da mesma Lei e são mandatórias, constituindo o seu incumprimento, infração especialmente grave.

Assim, o BM reconhece que o serviço que presta ao cliente no tratamento de reclamações, em resultado da supervisão comportamental às instituições de crédito e sociedades financeiras, carece de ser complementado pelo reforço ao mesmo, do direito já existente, de acesso a outros meios de resolução (os tribunais).

5.1.2. Resumo dos Tipos de Reclamações

Em 2017, foram recebidas no BM 395 reclamações, contra 226 reclamações recebidas no ano anterior, representando um incremento de 75% como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 5: Principais assuntos reclamados em sede de recurso

ASSUNTO	2016	2017
Aumento da prestação de juros de crédito	11	138
Débitos indevidos por cartão	60	50
Recusa de reestruturação de crédito	8	16
Divergência na execução de contrato de crédito	8	27
Reporte indevido à CRC	10	11
Débito indevido via telefone	0	8
Débitos indevidos ao balcão	8	7
Débitos indevidos via internet-banking	1	6
Falta de resposta a pedido de reestruturação de crédito	1	5
Cativo indevido de valor em conta	6	4
Cobrança indevida de prestação	0	3
Outros	113	120
Total	226	395

Fonte: BM - DSC

Entre os outros assuntos reclamados em sede de recurso em 2017 destacam-se a omissão de crédito de transferência de valor, o atraso no desembolso de ordens de pagamento recebida, a transferência para conta móvel errada, a divergência no desembolso de valores de contas de falecido, a recusa de reembolso de valor pago e o reporte indevido ao CECSP, com 2 reclamações cada, e tantos outros com 1 reclamação cada.

Refira-se que um novo fenómeno ocorreu no ano em análise: o BM recebeu 138 reclamações sobre aumento das prestações de juros de crédito. Tanto esta situação como todas as outras relacionadas

com prestações de crédito (recusa de reestruturação de crédito, alteração unilateral de taxa de juro, divergência na execução de crédito) tiveram como origem o incremento das taxas de juro que decorreram de decisões tomadas pelo CPMO.

5.1.3. Intituições mais Reclamadas

O quadro abaixo representa o número de reclamações recebidas pelas instituições com maior carteira de clientes, no período em análise, totalizando 395 reclamações.

Quadro 6: **Reclamações recebidas em 2017**

Instituições	BIM	BCI	Barclays	Standard	FNB	Outros
Clientes	1.810.012	1.609.642	325.766	313.143	241.404	_____
Reclamações	101	150	44	13	20	67

Fonte: BM - DSC

O BIM, o BCI e o Barclays continuam sendo as instituições mais visadas no âmbito das reclamações. Esta situação ocorre por se tratar de bancos no qual a maior parte dos utentes do sistema financeiro têm as suas contas domiciliadas.

5.1.4. Relatórios de Reclamações Recebidos das Instituições de Crédito - 1ª Instância

Em 2017, o Banco de Moçambique, através do Departamento de Supervisão Comportamental, procedeu à análise dos relatórios mensais de reclamações recebidos das instituições de crédito, tendo observado que foram cumpridas as recomendações feitas para a remessa dos relatórios de tratamento das reclamações ao BM, conforme preconiza o número 5 do artigo 5, do Regulamento do Serviço de Atendimento de Reclamações, Pedidos de Informação e Sugestões, aprovado pelo Aviso 4/GBM/2009, de 4 de Março.

O BM entende que a submissão desta informação pelas instituições financeiras é útil pois permite ao regulador conhecer os problemas mais frequentes enfrentados pelos consumidores financeiros e, assim, actuar no sentido de impulsionar melhorias no relacionamento clientes/instituições financeiras.

No que respeita aos dados apresentados sobre as reclamações registadas, há um conjunto de limitações que devem ser tidas em consideração:

- A maioria das reclamações que o sistema financeiro recebe provém dos registos feitos directamente no balcão/agências. Por esta razão, os dados apresentados são influenciados pelo conjunto de problemas tipicamente associados à fraca cobertura dos meios electrónicos, obrigando deste modo à deslocação dos consumidores aos balcões/agências;

- Aliado ao facto acima, está o elevado índice de iliteracia financeira que limita sobre maneira o conhecimento da possibilidade de reclamar caso ocorra uma irregularidade nas transacções entre os consumidores e instituições financeira.

Em 2017, o BM recebeu cerca 27 mil reclamações registadas em primeira instância, correspondendo, em média 2.3 mil reclamações por mês. Neste período, a maioria das reclamações incidiu sobre transacções em ATM representando 56% do total, seguido de transacções no balcão (28%), transacções em POS (10%) e crédito (6%).

Importa esclarecer que as reclamações sobre transacções em ATM correspondem a tentativas de levantamentos e depósitos sem sucesso, fraudes que originam débitos indevidos e outros pagamentos de serviços via ATM, tais como ZAP, DSTV, telefonia móvel entre outros. Por seu turno, as reclamações sobre transacções no Balcão correspondem a morosidade e mau atendimento, depósitos e transferências em contas erradas, transacção de cheques, *internet banking*, conta móvel, cobranças de seguros e comissões indevidas, entre outros aspectos que ocorrem quando o cliente se desloca ao balcão.

As reclamações sobre transacções em POS referem-se a pagamento de serviços sem sucesso e a cativos, enquanto as reclamações sobre a carteira de crédito resultam do aumento das taxas de juro, recusas de reestruturação de contratos de crédito (quando a pedido do mutuário), duplicação de cobranças das prestações, entre outros.

Importa realçar que no ano em referência foram registadas reclamações contra os operadores de microcrédito, que resultam sobretudo do elevado índice de iliteracia financeira da população Moçambicana, aliado à liberalização das taxas de juros aplicadas neste segmento de mercado financeiro, geralmente referenciadas ao mês, quando deviam ser referenciadas numa base anual.

5.2. Supervisão "On-Site"

5.2.1. Relatórios Inspeção às Instituições de Crédito

Para a concretização desta actividade, realizaram-se de Outubro a Dezembro de 2015, visitas de diagnóstico às instituições de crédito, a nível nacional, para auferir a situação actual da banca no que dizia respeito a matérias relacionadas com a protecção do consumidor.

Após o relatório das referidas visitas e ao abrigo do nº 1 do artigo 38 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique), conjugado com os artigos 72 e 75 da Lei 15/99, de 1 de Novembro, com ajustamentos introduzidos pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho (Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), o Departamento de Supervisão Comportamental do Banco de Moçambique realizou acções de inspecção aos bancos comerciais.

As referidas acções de inspecção incidiram sobre as áreas que mereceram maior atenção, cujas datas reportes foram 30 de Junho de 2016 para a Zona Sul e 30 de Junho de 2017 para as Zonas Centro

e Norte, respectivamente e abrangeram os riscos operacionais, de compliance/conformidade e de reputação, baseando-se na avaliação do cumprimento das regras de conduta na óptica de protecção ao consumidor e gestão de reclamações, que deverão estar presentes em cada representação da instituição (agência/balcão) e que se circunscrevem em:

- Informação e transparência;
- Equidade e justiça;
- Tratamento das reclamações e reparação;
- Protecção de dados e da privacidade dos consumidores;
- Confiança;
- Protecção dos activos dos consumidores contra fraudes e abusos;
- Concorrência;
- Conduta empresarial responsável dos prestadores de serviços financeiros e agentes autorizados.

5.2.2. Matrizes de Recomendações

Das referidas acções de inspecção foi feito um resumo das constatações gerais, tendo abrangido um universo de 123 agências/balcões (nº total das agências inspeccionadas que correspondem a 25.95% do sistema financeiro na data reporte: 30/06/2017), distribuídas conforme ilustra o Quadro 7.

Quadro 7: **Agências inspeccionadas por província**

Províncias	AGÊNCIAS/BALCÕES INSPECCIONADAS								Total
	BCI	BIM	BBM	UBA	SOCREMO	MAIS	LETSHEGO	BAYPORT	
Niassa	1	2	1	0	0	0	1	0	5
Cabo Delgado	3	4	3	0	0	0	1	1	12
Nampula	5	3	1	1	1	0	1	1	13
Zambézia	2	2	1	0	0	0	1	1	7
Tete	2	2	2	0	1	1	1	0	9
Manica	2	2	1	0	2	1	1	1	10
Sofala	2	2	2	0	1	2	1	1	11
Inhambane	2	3	2	0	2	0	1	2	12
Gaza	2	3	2	0	1	0	1	1	10
Maputo	9	5	7	2	5	0	4	2	34
Agencia Inspeccionadas - (A)	30	28	22	3	13	4	13	10	123
Total de agências (B)	195	178	49	3	14	7	13	15	474
Peso das agências inspeccionadas (A/B)	15%	16%	45%	100%	93%	57%	100%	67%	26%

Fonte: BM - DSC

Das meterias inspeccionadas destacam-se a adequação das infra-estruturas, a estrutura organizacional, aspectos relacionados com a segurança, os recursos humanos, o atendimento do público, a gestão de reclamações, o preço dos produtos e serviços prestados, como depósitos e crédito, bem assim os aspectos ligados a utilização dos instrumentos e meios de pagamento electrónicos.

5.3. Atendimento dos Pedidos de Informação

5.3.1. Resumo dos Pedidos de Informação

O quadro abaixo ilustra os tipos de pedidos de informação que foram analisados em 2017.

Quadro 8: **Pedidos de Informação**

Assunto	2016	2017
Relativos à central de registo de crédito	4.034	3.019
Relativos ao cadastro de emitentes de cheques sem provisão	17	28
Outros	42	99
Total	4.093	3.146

Fonte: BM - DSC

A análise do quadro acima permite destacar que:

- A procura por informação junto à área de atendimento em 2017 foi de 3.146 entradas, o que corresponde a um decréscimo de 30% comparativamente a 2016.
- Os pedidos de informação sobre a CRC continuam a dominar a natureza das solicitações, com um peso de 95.96%, em 2016, após 98.6%, no ano anterior.
- Assistiu-se em 2017 a um aumento de 60,7% nos pedidos de informação sobre o registo de ocorrências no CECSP.

Refira-se que no período em análise os pedidos de informação sobre matéria distinta da CRC aumentaram consideravelmente o que pode ser explicado pela conjugação dos seguintes factores:

- Os pedidos são submetidos através da página do Banco de Moçambique a partir do *link* disponível no endereço <http://www.bancomoc.mz/contact.aspx> associado ao *e-mail* do bm_reclamacoes@bancomoc.mz.
- O impacto que os programas de Educação Financeira têm estado a causar no seio da sociedade, uma vez que os ouvintes da rádio e alguns telespectadores entram em contacto com o Banco de Moçambique através da linha telefónica que é publicitada nos canais de comunicação.

No que diz respeito a solicitação de informação do CECSP tiveram como motivos:

- A confirmação da presença do nome no cadastro e pedido de retirada;
- O pedido de retirada de nomes registados por lapso ou por ter passado o período de penalização.

5.3.2. Pedidos de Informação por Província

O maior número de pedidos de informação é remetido à Sede do Banco de Moçambique na cidade de Maputo, representando cerca de 50.9% do total. A nível das filiais do Banco de Moçambique, a

de Nampula (12.9%) e da Beira (9.6%) são as que detêm um peso maior na recepção dos pedidos de informação, o que pode ser explicado pelo número de representações de instituições de crédito existentes nestas cidades com efeito no número de clientes.

Importa referir que o atendimento às províncias de Manica e Gaza é feito via telefónica, uma vez que as mesmas não possuem Filiais do Banco de Moçambique. É importante reter que o número de peticionários da Província de Manica tem estado a crescer bastante, superando inclusive algumas Províncias com Filiais.

5.4. Educação Financeira

5.4.1. Implementação do Programa de Educação Financeira

No âmbito da implementação do Programa de Educação Financeira do Banco de Moçambique (PEFBM), o BM tem estado a desenvolver acções de divulgação de vários conteúdos financeiros com o objectivo de contribuir para a formação da sociedade sobre produtos e serviços financeiros, de forma a cultivar valores e competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a eles associados. Esta divulgação assenta nas estratégias comunicacionais previstas no PEFBM, nomeadamente:

- Divulgação de conteúdos de educação financeira nos órgãos de comunicação social;
- Produção de materiais gráficos didácticos;
- Participação em feiras;
- Participação e organização de palestras;
- Coordenação da campanha de promoção de poupança e celebração do Dia Mundial de Poupança.

5.4.2. Divulgação do Programa de Educação Financeira na TVM e na RM

O BM prosseguiu em 2017 com a produção dos programas de Educação Financeira na Televisão de Moçambique (TVM) e na Rádio Moçambique (RM), adoptando:

- Abordagem técnico teórica que assenta na apresentação do tema, com a participação de quadros do BM e do sector bancário.
- Abordagem popular através da representação teatral: encenação do dia-a-dia do cidadão abordando o tema.

Na TVM a divulgação do programa ocorreu quinzenalmente às quartas-feiras pelas 19.15h com repetição aos domingos às 12.30h, tendo cada programa uma duração máxima de 30 minutos, enquanto na RM o programa foi transmitido diariamente às 5.30h com repetições às 14.25h e 18.25h, com a duração de 5 minutos. Aos sábados passa o compacto de 10 minutos pelas 8.30h.

Os temas abordados nestes programas em 2017 foram:

- A função do Banco de Moçambique de supervisor das instituições de crédito e sociedades financeiras;
- O orçamento familiar;
- Os cuidados a ter com consumo;
- Os cuidados a ter com os créditos bancários;
- As fraudes com cartões bancários.

5.4.3. Celebração do *Global Money Week*

O Banco de Moçambique, em coordenação com a Bolsa de Valores de Moçambique e o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, participou de 27 de Março a 02 de Abril na segunda edição do *Global Money Week*, que teve por objectivo promover acções de educação financeira focalizadas na administração do dinheiro e consciencialização de hábitos de poupança a crianças e jovens em idades escolares.

Por parte do BM, o evento foi marcado pela realização de palestras em todas províncias do país, dirigidas pelos quadros do Banco de Moçambique, abordando temas como a origem, conservação do Metical e a poupança.

5.4.4. Palestras Voltadas ao Público-Alvo

O Banco de Moçambique realizou em 2017 palestras de educação financeira voltada aos funcionários públicos, autoridades locais e outras personalidades abordando os seguintes temas:

- O PEFBM;
- A importância da poupança;
- A conta bancária;
- O orçamento familiar.

As palestras ocorreram na província de Maputo tendo sido abrangidos a cidade de Maputo, os distritos de Boane e Namaacha.

5.4.5. Celebração do Dia Mundial da Poupança

O Banco de Moçambique, em coordenação com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e parceria do FSDMoç, levou a cabo no dia 27 de Outubro de 2017 a celebração da IV Edição do Dia Mundial da Poupança (DDP) nos seguintes locais:

- Cabo Delgado – Instituto Industrial e Comercial de Pemba;
- Niassa – Escola Secundária Cristiano Paulo Taimo;
- Nampula – Escola Secundária de Muatala;

- Zambézia – Escola Primária Completa de Namacurra – Sede;
- Tete – Escola Secundária de Chingodzi;
- Sofala – Escola Primária Jossias Tongogara;
- Inhambane – Escola Secundária Joaquim Chissano;
- Gaza – Escola Secundária de Xai-Xai;

Na província de Maputo o evento foi celebrado na Escola Secundária Gwaza Muthini, localizada em Marracuene. Na ocasião foi apresentado o *tablet* comunitário, uma ferramenta tecnológica *Made in Mozambique*, que permite visualizar vídeos, receber informações e orientações, bem como aceder a questionários sobre a poupança.

No geral, o evento teve actividades de educação financeira tendo a informação sido disseminada através de peças teatrais, palestras, e concursos de dança, poesia, jogo digital que consistia na apresentação de um questionário “quizz moedinhas” sobre a poupança.

5.4.6. Produção de Material Gráfico

Em 2017 foram produzidos folhetos sobre:

- Burlas com cartões bancários;
- Contas bancárias;
- Orçamento familiar;
- Crédito bancário.

No mesmo ano foram reproduzidos:

- Cadernos do Banco de Moçambique;
- Brochuras usadas no projecto de promoção da poupança;
- Brochuras ilustradas.

5.4.7. Acção de Capacitação do BM ao MINEDH

No âmbito dos esforços que o BM tem estado a desenvolver tendo em vista a introdução de matérias sobre a Educação Financeira nos curricula nacionais, foi promovida no dia 30 de Novembro uma acção dirigida aos quadros do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), convidados do Wona Sanana e quadros do BM. Os temas apresentados foram os seguintes:

- PEFBM – BM
- Projecto de Educação Financeira para o ensino primário e secundário regulares e de jovens e adultos – INDE
- Programa “Educação Social e Financeira” – Wona Sanana
- Sistema Financeiro - BM

- Produtos e Serviços Bancários – BM
- Conta Bancária – BM
- Meios de Pagamento Tradicionais e Electrónicos – BM
- Orçamento Familiar – BM
- Poupança Financeira – BM
- Crédito Bancário – BM
- Central de Registos de Crédito - BM

5.4.8. Participação na 8ª Edição do Festival do Wimbe

O Banco de Moçambique, representado pela Filial de Pemba e em coordenação com o Departamento de Supervisão Comportamental, participou de 24 a 26 de Novembro de 2017 na 8ª Edição do Festival do Wimbe, realizado na cidade de Pemba, que teve como lema foi “Cabo Delgado promovendo o turismo sustentável para o desenvolvimento”.

O BM divulgou conteúdos de educação financeira através da distribuição de folhetos, cadernos e brochuras tendo visitado o *stand* do Banco cerca de 85 pessoas.

5.4.9. Projecto “Poupe – Cada Metical Conta”

O principal objectivo deste projecto é capacitar os profissionais da área de comunicação social na produção de conteúdos educativos ficcionais em forma de rádio novela, televisão e banda desenhada, por forma a aumentar o conhecimento e a utilização desses serviços no país tendo como público-alvo a população rural não bancarizada. O BM fez o lançamento do concurso público nos Jornais Notícias, País, Diário de Moçambique em 2015.

Em 2017 foram disseminadas as fases de lançamento do concurso para selecção das empresas que asseguram a produção dos seguintes materiais de educação financeira: telenovela, radionovela e banda desenhada. Foi também realizado workshop com as empresas vencedoras e a mídia para a partilha dos conteúdos de educação financeira que devem constar dos materiais acima identificados. Estas empresas iniciaram a produção dos referidos materiais e a sua divulgação está prevista para 2018.



SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS



4



1. Enquadramento

A Lei n.º 02/2008, de 27 de Fevereiro, Lei que estabelece o Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), dá competências ao Banco de Moçambique (BM) para regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento do sistema de pagamentos em Moçambique. No desempenho destas funções, o BM contribui para os objectivos de interesse público designadamente, segurança, fiabilidade, transparência e eficiência do sistema, bem assim para a manutenção da estabilidade financeira, confiança na moeda, eficiência da actividade económica e segurança na execução da política monetária.

Em 2017, o BM deu continuidade ao cumprimento das suas atribuições na área de sistemas de pagamentos garantindo o funcionamento condigno dos subsistemas geridos por si e a liquidação dos resultados dos subsistemas geridos por outras instituições.

No âmbito da coordenação do sistema financeiro foram realizadas duas sessões ordinárias do Comité de Coordenação do Sistema Nacional de Pagamentos (CCSNP). A primeira reunião ordinária teve lugar em Julho de 2017 onde, dentre outros assuntos, foi apresentada a proposta de Aviso sobre Débitos Directos e o ponto de situação do Novo Modelo de Pagamento do Salário Diferido aos Trabalhadores Mineiros em Serviço na República da África do Sul. A segunda reunião ordinária deste Comité teve lugar em Dezembro de 2017 e foi marcada pela apresentação de temas propostos por outros membros do comité, nomeadamente o “Ponto de Situação de Electrificação em Moçambique” apresentado pela Electricidade de Moçambique e “Desafios de Infra-estruturas de Telecomunicações e o seu papel na Economia Digital e Sistemas Financeiros Digitais” apresentado pelas Telecomunicações de Moçambique.

O presente capítulo do Relatório apresenta as principais realizações e o comportamento dos diferentes subsistemas que compõem o sistema de pagamentos moçambicano, nomeadamente: Compensação electrónica, Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado e o MTR.

2. Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária

O subsistema da CEL processou em 2017, 3.722 mil documentos, correspondentes a 742.349,2 milhões de meticais (Quadro 1), representando um incremento de 0,9% em termos de quantidade e uma redução de 2,2% em relação ao valor face ao observado em 2016. O crescimento registado na quantidade de documentos compensados foi influenciado pelo aumento da quantidade de TEI em 17,0% perante uma redução na quantidade de cheques compensados de 11,0%. Em termos de valor, registou-se uma ligeira redução em 2,2% resultante fundamentalmente da redução do valor compensado de cheques em 7,9%.

Quadro 1: **Documentos compensados na CEL (valores em 10⁶ de MT, Quantidade em 10³)**

	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	2 120	452 777,0	1 887	416 835,2	-11,0	-7,9
TEI	1 568	306 179,0	1 835	325 514,1	17,0	6,3
Total	3 688	758 956,00	3 722	742 349,2	0,9	-2,2

Fonte: BM

O contínuo aumento na quantidade das TEI e o reduzido crescimento dos cheques denota uma progressiva substituição dos cheques por instrumentos de pagamento electrónicos, o que é sintomático do processo de modernização do SNP e da promoção do uso de diversos instrumentos de pagamento electrónicos.

A média diária dos documentos compensados na CEL em 2017 é ilustrada no Quadro 2, onde se denota que foram trocados neste subsistema cerca de 15,0 mil documentos por dia, correspondendo a um valor médio diário de 2.981,3 milhões de meticais, representando um incremento de 0,9% e uma redução de 2,2%, respectivamente, em relação aos registados em 2016.

Quadro 2: **Médias diárias compensadas na CEL (valores em 10⁶ de MT, Quantidade em 10³)**

	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	8,5	1 818,4	7,6	1 674,0	- 11,0	- 7,9
TEI	6,3	1 229,6	7,4	1 307,3	17,0	6,3
Total	14,8	3 048,0	15,0	2 981,3	0,9	- 2,2

Fonte: BM

Em termos de concentração dos instrumentos processados na CEL, o Quadro 3 indica que no período em referência registou-se uma redução no peso da quantidade de cheques em cerca de 6,8% quando comparado com 2016. A mesma tendência observou-se relativamente ao peso do valor dos cheques que reduziu em 3,5% face a 2016. Apesar deste comportamento, nota-se que, tanto em termos de valor como em termos de quantidade os cheques continuam a dominar o mercado, ao deterem cerca de 50,7% e 56,2% da quantidade e do valor total das transacções registadas na CEL, respectivamente.

Quadro 3: **Rácios de concentração na CEL (%)**

	2016		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	57,5	59,7	50,7	56,2
TEI	42,5	40,3	49,3	43,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BM

Foram devolvidos na CEL um total de 38.968 documentos em 2017, correspondendo a uma diminuição de cerca de 11,0% face aos documentos devolvidos no ano anterior. O Quadro 4 mostra que em 2017 os principais motivos de devolução de documentos sujeitos a compensação foram:

- Falta ou insuficiência de provisão, com 19.502 cheques devolvidos, correspondente a uma redução de cerca de 15,5% face aos documentos devolvidos por este motivo em 2016;
- Divergência ou insuficiência na assinatura do emitente, com 4.755 documentos devolvidos, correspondendo a uma redução de 9,6% face ao registado no ano anterior;
- Compensação indevida, com 3.983 documentos devolvidos correspondendo a uma redução de cerca de 14,0%.
- Outros motivos, com 10.728 documentos devolvidos correspondendo a uma redução de cerca de 0,7%. Entre os outros motivos constam a ordem escrita do emitente devidamente fundamentada, congelamento da conta, falta da entrega do cheque, entre outros.

Quadro 4: **Estrutura das devoluções na CEL por motivos**

Motivos de devolução	2016		2017		Var. (%)
	Quantidade	Peso (%)	Quantidade	Peso (%)	
Falta ou insuficiência de provisão	23.088	52,73	19.502	50,05	-15,53
Divergência e/ou Insuficiência na assinatura do emitente	5.261	12,02	4.755	12,20	-9,62
Compensação indevida	4.633	10,58	3.983	10,22	-14,03
Outros Motivos	10.802	24,67	10.728	27,53	-0,68
Total	43.784	100,00	38.968	100,00	-11,00

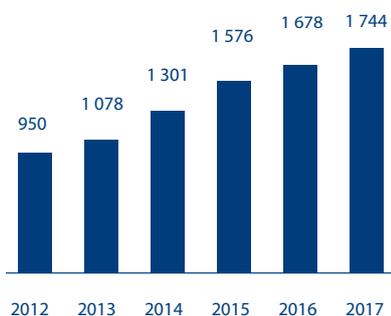
Fonte: BM

3. Banca Electrónica

3.1. Transacções Electrónicas de Retalho

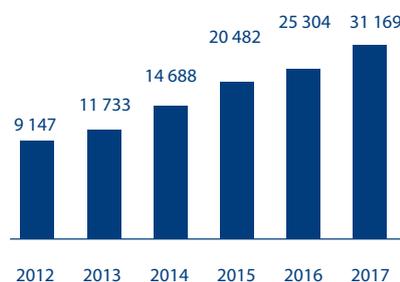
Até 31 de Dezembro de 2017, a quantidade de terminais de pagamento instalada pelo país totalizou 1.744 Caixas Automáticas (ATM) e 31.169 Terminais de Pagamento Automático (POS), o que, comparado com dados de Dezembro de 2016, representa um crescimento de 3,9% e 23,1%, respectivamente.

Gráfico 1: **Caixas de Pagamento Automático**



Fontes: BM

Gráfico 2: **Terminais de Pagamento Automático**



Fontes: BM

Em termos de distribuição territorial dos terminais (Quadro 5), a semelhança dos anos anteriores, em Dezembro de 2017, a cidade de Maputo concentrou a maior quantidade de ATM e POS, com cerca de 34,2% e 40,1%, respectivamente, seguindo-se as províncias de Maputo com 13,6% e 15,0%, de Nampula com 11,0% e 9,3%, e Sofala com 8,1% e 7,8%, respectivamente. No extremo oposto encontra-se a província de Niassa, com apenas 2,8% dos ATM e 1,9% dos POS existentes no mercado nacional.

Em termos dinâmicos, observou-se maior aumento de terminais ATM nas províncias de Cabo Delgado (10,5%) e Sofala (8,5%). No que se refere aos POS, registou-se maior expansão nas províncias de Zambézia (34,8%) e Nampula (32,7%).

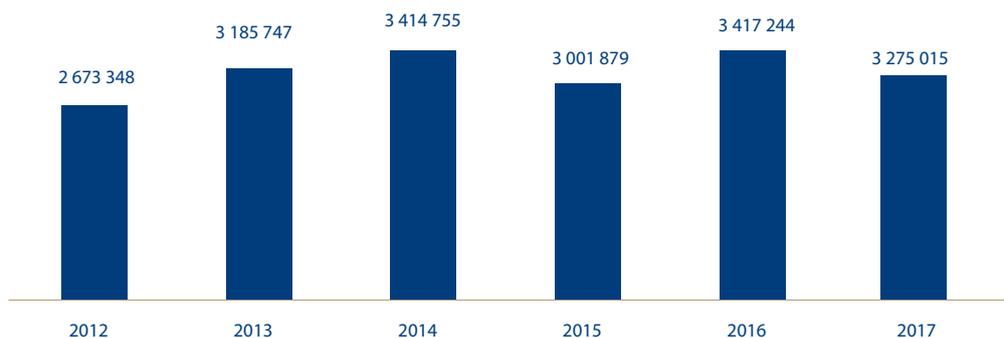
Quadro 5: **Distribuição de ATM e POS por províncias**

	ATM				POS			
	2016	2017	Peso %	Var. %	2016	2017	Peso %	Var. %
C. de Maputo	574	597	34,2	4,0	10.068	12.509	40,1	24,2
Maputo	237	237	13,6	0,0	3.858	4.686	15,1	21,5
Gaza	81	78	4,5	-3,7	1.060	1.233	4,2	16,3
Inhambane	78	82	4,7	5,1	1.237	1.461	4,8	18,1
Sofala	130	141	8,1	8,5	1.979	2.361	7,8	19,3
Manica	62	64	3,7	3,2	917	1.173	3,6	27,9
Tete	104	111	6,4	6,7	1.458	1.746	5,8	18,9
Zambézia	108	110	6,3	1,9	928	1.251	3,6	34,8
Nampula	179	191	11,0	6,7	2.212	2.935	9,3	32,7
C. Delgado	76	84	4,8	10,5	1.101	1.188	3,8	7,9
Niassa	49	49	2,8	0,0	486	626	1,9	28,8
Total	1.678	1.744	100,0	3,9	25.304	31.169	100,0	23,1

Fonte: BM

O Gráfico 3 mostra a evolução de cartões bancários em circulação no país. Conforme se pode constatar, a quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2017, cerca de 3.275,0 mil, o que corresponde a uma redução de 4,2% face aos dados de Dezembro de 2016. Quanto a composição, do total dos cartões em circulação no país, cerca de 91,6% eram de débito, 6,3% de crédito e 2,1% pré-pagos.

Gráfico 3: **Cartões Bancários**



Fontes: BM

3.2. Serviços Financeiros Móveis

Durante o ano de 2017, observou-se uma expansão na rede de distribuição dos Serviços Financeiros Móveis (SFM) pelo país, com destaque para a expansão do número de agentes das Instituições de Moeda Electrónica (IME), designadamente Carteira Móvel, Vodafone Mpesa e M-Mola, em 14,9% atingindo 29.602 contra 25.754 agentes registados no período homólogo de 2016 (Quadro 6). Contribuiu para a variação positiva observada, o incremento do número de agentes nas zonas Norte, Centro e Sul do país, onde se observou um incremento de 14,2%, 18,8% e 13,7%, respectivamente.

Em termos de nível de concentração de agentes por região do país, a zona Sul possui maior concentração com 63,4% do total de agentes existentes no país, seguida da Zona Centro (23%) e da Zona Norte (13,7%).

Quadro 6: **Agentes das IME por regiões e por províncias**

	Agentes		Peso (%)		Variação Anual
	2016	2017	2016	2017	
ZONA SUL	16.019	18.754	63,9	63,4	13,7
Maputo Cidade	7.631	9.137	30,5	30,9	15,4
Maputo Província	5.456	6.229	21,9	21,0	11,5
Gaza	1.028	1.138	4,1	3,8	6,9
Inhambane	1.901	2.250	7,6	7,6	17,1
ZONA CENTRO	5.595	6.797	22,3	23,0	18,8
Sofala	2.079	2.340	8,3	7,9	9,4
Manica	946	1.099	3,8	3,7	14,7
Tete	1.058	1.450	4,2	4,9	35,3
Zambézia	1.512	1.908	6,0	6,5	23,0
ZONA NORTE	3.448	4.051	13,8	13,7	14,2
Nampula	2.708	3.116	10,8	10,5	11,2
Niassa	423	562	1,7	1,9	31,6
Cabo Delgado	317	373	1,3	1,3	16,9
TOTAL DO PAÍS	25.062	29.602	100,0	100,0	14,9

Fonte: BM

Ainda durante o ano de 2017, as transacções realizadas pelas IME aumentaram significativamente quando comparadas com 2016. Com efeito, a quantidade de transacções totalizou 252.474.165 em 2017 contra 169.146.379 em 2016. Grande parte da quantidade de transacções realizadas corresponde a operações de transferência com 32,8%, seguida de operações de compra de moeda electrónica com 28,9% e de levantamentos com 25,5%.

Esta tendência ilustra a melhoria na aceitação, pelo público, do papel dos SFM, não apenas como instituições para guardar valores junto dos agentes como também para a realização de transferências de fundos de forma cómoda, segura e eficiente.

Quadro 7: **Transacções dos serviços financeiros móveis**

	Quantidade		Peso	
	2016	2017	2016	2017
Operações de compra de moeda				
electrónica em numerário (Cash in)	34.665.794	73.037.339	23,1	28,9
Levantamentos (Cash out)	27.481.831	64.397.434	18,3	25,5
Transferências	27.223.454	82.754.383	18,2	32,8
Pagamentos	60.448.301	32.285.009	40,3	12,8
TOTAL	149.819.380	252.474.165	100,0	100,0

Fonte: BM

3.3. Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica

A quantidade de contas bancárias situou-se em 4.896.544 no final de 2017, das quais 4.732.053 em moeda nacional e 164.491 em moeda estrangeira, representando uma redução anual de 15%. Quando incluídas as contas abertas junto das instituições de moeda electrónica, que totalizaram 6.640.715 em Dezembro de 2017, contra 5.602.891 no período homólogo de 2016, a quantidade total de contas (abertas em instituições bancárias e de moeda electrónica) incrementa para 11.537.259, um acréscimo de 2% em relação às existentes em 2016.

Quadro 8: **Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica**

	Contas		Peso (%)		Var. (%)
	2016	2017	2016	2017	
Instituições Bancárias	5.213.411	4.896.544	100	100	-15
Moeda nacional	5.008.451	4.732.053	96	97	-15
Moeda estrangeira	204.990	164.491	4	3	-25
Inst. De Moeda electrónica ^a	5.602.891	6.640.715	-	-	19
Total	10.816.332	11.068.174	-	-	2

Fonte: BM

4. Indicadores de Inclusão Financeira

4.1. Acesso Geográfico

Em 2017 os indicadores de inclusão financeira continuaram a registar melhorias reflectindo, em boa parte, o incremento registado na distribuição dos canais físicos de acesso aos serviços e produtos financeiros, particularmente na rede de agência bancárias, agentes de IME, ATM e POS. Com efeito, em termos de acesso geográfico dos agentes das IME passaram de 322,18 Agentes por cada 10.000 Km² para 370,31 em 2017. No entanto o acesso geográfico das agências bancárias reduziu ligeiramente ao passar de 8,24 por cada 10.000 Km² em 2016 para 8,17 em 2017.

Gráfico 4: **Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME**



Fontes: BM e INE

Relativamente as ATM, observou-se um ligeiro crescimento, tendo o índice de acesso geográfico das mesmas passado de 21,0 em 2016 para 21,8 em 2017 por cada 10.000 Km². O acesso geográfico das POS registou um crescimento ao passar de 320,3 por cada 10.000 Km² em 2016 para 388,8 em 2017.

Gráfico 5: **Acesso demográfico das ATM e POS**



Fontes: BM e INE

4.2. Acesso Demográfico

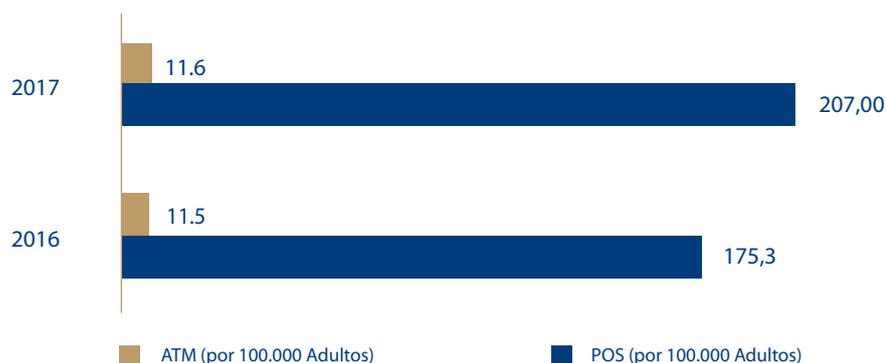
Quanto ao acesso demográfico das agências bancárias e dos agentes das IME, de uma forma global verificou-se um aumento deste indicador de inclusão financeira, o que indicia uma melhoria do acesso pela população aos serviços e produtos financeiros. Com efeito, o acesso demográfico dos agentes das IME passou de 176,32 em 2016 para 196,64 agentes por 100 mil adultos em 2017, enquanto que o acesso demográfico das agências bancárias reduziu ligeiramente de 4,51 em 2016 para 4,34 agências por 100 mil adultos em 2017.

Gráfico 6: **Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME**



No que diz respeito ao acesso demográfico das ATM e POS, verificou-se igualmente um ligeiro crescimento na disponibilidade das mesmas. A quantidade de ATM por cada 100.000 adultos passou de 11,5 em 2016 para 11,6 em 2017. Por outro lado, a disponibilidade de POS passou de 175,3 por cada 100.000 adultos para 207,0 em 2017.

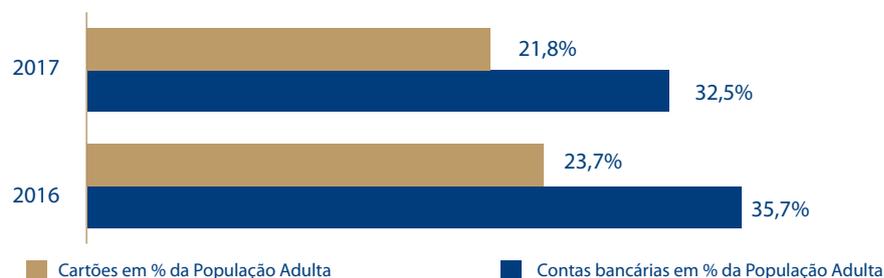
Gráfico 7: **Acesso demográfico das ATM e POS**



4.3. Uso

A proporção da população utilizadora dos serviços bancários reduziu ligeiramente no período em análise. Este facto pode ser resultado do crescimento rápido da população adulta no país. Em 2017, 32,5% da população adulta detinha pelo menos uma conta no sistema bancário nacional contra 35,7% em 2016.

Gráfico 8: **Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta**



Fontes: BM e INE

5. Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado

Ao longo de 2017, o Estado efectuou um total de cerca de 6.710,04 mil pagamentos através do STF. Comparando a quantidade de transferências com as de 2016, nota-se um crescimento na ordem de 4,8%. Em termos de valor, os pagamentos do Estado totalizaram 280.939,6 milhões de meticais, face aos 269.794,8 milhões de meticais registados em 2016, o que corresponde a um aumento de 4,1%.

Quadro 9: **Conta Única do Tesouro (Valores MN em 10⁶ MT, Quantidade MN em 10³)**

	2016		2017		Variation (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Moeda Nac.	6 400 269	269 794,8	6 710 042	280 939,6	4,8	4,1
Moeda Est.	229	-	757	-	230,6	-
Dólar	158	1 099,8	502	81 800,4	217,7	7 337,8
Euro	68	3 676,2	253	16 011,1	272,1	335,5
ZAR	3	895,4	2	131,9	-	33,3

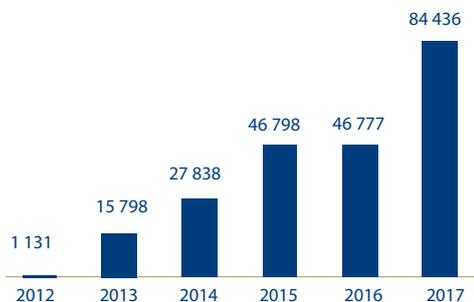
Fonte: BM

Durante o mesmo período, o Estado efectuou 757 transferências em moeda estrangeira, contra 229 registadas em 2016, representando um aumento de cerca de 230,6%, resultante fundamentalmente do aumento observado nas transferências denominadas em dólares americanos.

6. Metical em Tempo Real

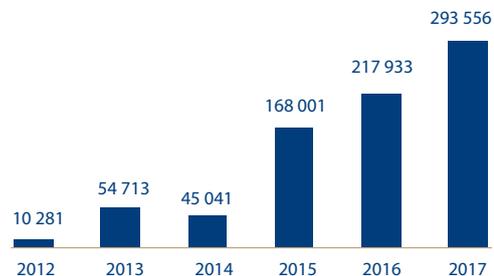
Ao longo de 2017 foram processadas no MTR 84.436 ordens de pagamento num valor total de 293.556 milhões de meticais. Estas cifras representam um aumento de 34,0% e 35% em termos de quantidade e valor respectivamente, quando comparadas com 2016 (Gráfico 9 e 10).

Gráfico 9: Volume das Operações do MTR



Fontes: BM

Gráfico 10: Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)



Fontes: BM

7. Sistema de Pagamentos da SADC - SIRESS

Em 2016 foi conferida autorização aos bancos moçambicanos para darem início ao processo de criação de condições para a ligação ao SIRESS, uma plataforma de liquidação financeira em tempo real das transacções transfronteiriças intra-regionais da SADC. Em Outubro de 2016 seis bancos moçambicanos entraram em produção neste sistema.

Durante o ano de 2017 os bancos moçambicanos enviaram através deste sistema 1.759 transacções correspondentes a cerca de 813.610,13 mil Rands. No mesmo período, estes bancos receberam 2.930 transacções que totalizaram cerca de 800.897,52 mil Rands tendo, em conjunto, totalizado uma saída líquida de 12.712,61 mil Rands.

